



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

FRANCISCO MARIA BRAGUÊS GOMES PEREIRA

**Entre o Claustro e o Palácio:
D. Fr. Inácio de São Caetano, carmelita descalço
(1718-1788)**

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Adélio Fernando de Lima Pinto Abreu

**Porto
2022**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Adélio Abreu, pela atenção e cuidado generosos na orientação deste trabalho e pelo exemplo de rigor e de excelência.

À nossa família, por nos revelar que a memória do passado é ocasião especial para fecundar o hoje e o amanhã. Em especial, à mãe Isabel por nos mostrar que em cada cabelo branco se esconde um rasto de vida infinito.

À Ordem dos Carmelitas Descalços, família que nos acolheu, herdeira de um património sublime constituído por homens e mulheres que descobriram em Deus o seu único tesouro. De forma especial, ao carmelita descalço P. José Carlos Vechina pelo testemunho de entrega silenciosa na auscultação do murmúrio dos claustros da história da Descalcez.

À comunidade carmelita da Foz, verdadeiro lar e espaço privilegiado de crescimento humano e espiritual, e a todos quantos a compuseram ao longo dos vários anos da nossa formação académica.

À comunidade carmelita de Braga, outrora habitada por Inácio de São Caetano, que nos recebeu na última fase de realização desta dissertação, pelo acolhimento generoso e pelo exemplo alegre de vida carmelita.

À Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços, pelo exemplar trabalho desenvolvido no cuidado da herança recebida. Em especial, ao Prof. Doutor Carlos Margaça Veiga e ao Prof. Doutor Nuno Falcão pelas sábias recomendações.

Ao ilustre investigador e estimado amigo José João Loureiro, companheiro de todas as horas e homem apaixonado pela história do Carmo Descalço em Portugal, pela paciente colaboração em acompanhar a elaboração deste trabalho e pelo exemplo de seriedade, verdade e autenticidade no exercício historiográfico.

À Academia Portuguesa da História, na pessoa da sua Presidente, a Prof.^a Doutora Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, pela disponibilidade e generosidade com que atendeu os nossos pedidos.

À Biblioteca Municipal de Penafiel, orgulhosa do prelado da extinta diocese penafidense, pela disponibilidade e ajuda generosas devotadas ao longo da nossa investigação.

Ao D. Carlos Azevedo, delegado do Conselho Pontifício da Cultura e ilustre historiador, pela intermediação com o Arquivo Apostólico Vaticano e por todo o apoio e ânimo dados ao longo da realização deste trabalho.

Ao P. António Júlio Trigueiros, presbítero da Companhia de Jesus, pela disponibilização de bibliografia imprescindível para a nossa investigação e por nos abrir as portas da magnífica biblioteca da Brotéria em Lisboa.

À Doutora Fernanda Guedes de Campos, pelo admirável trabalho realizado em redor dos livros e das bibliotecas e pelo precioso contributo dado sobre o autor estudado nesta dissertação.

Ao amigo José Marques, pela insuperável sabedoria, exemplo de vida e companhia nas aventuras da investigação.

ÍNDICE

ÍNDICE	3
RESUMO	5
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: DO BERÇO AO CLAUSTRO	13
1. INFÂNCIA E JUVENTUDE: 1718-1735	16
1.1. Os alvares entre paisagens transmontanas.....	16
1.2. O retrato de uma família flaviense	18
1.3. Serviço militar e fuga para Salamanca	19
1.5. O desejo de servir a Deus no Carmelo Descalço.....	20
2. PRIMEIROS PASSOS COMO CARMELITA DESCALÇO: 1735-1745	21
2.1. Na Ordem dos Carmelitas Descalços	21
2.2. O Noviciado nos Remédios de Lisboa	26
2.3. Estudos filosóficos e teológicos	27
3. NO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM BRAGA: 1745-1757	28
3.1. Diretor espiritual do Arcebispo de Braga.....	28
3.2. Docente e Prior do Colégio do Carmo.....	29
CAPÍTULO 2: ENTRE O CLAUSTRO E O PALÁCIO	33
1. PRIOR DO CONVENTO DE CARNIDE E CONFESSOR NA CORTE: 1757-1770	33
1.1. No reinado de D. José.....	34
1.2. Prior ativo em Carnide.....	38
1.3. Confessor da Princesa do Brasil e das Infantas de Portugal.....	39
1.4. Censor no Santo Ofício.....	43
1.5. Na Real Mesa Censória e na Questão de Coimbra.....	47
2. BISPO DE PENAFIEL: 1770-1778	50
2.1. Prelado de uma diocese efémera	51

2.2. Na criação da Congregação dos Carmelitas Descalços em Portugal.....	56
3. ARCEBISPO DE TESSALÓNICA E MINISTRO DA RAINHA: 1778-1788.....	59
3.1. No reinado de D. Maria I.....	59
3.2. Habitante do Palácio Real.....	60
3.3. No processo do Marquês de Pombal	61
3.4. Académico honorário da Academia das Ciências de Lisboa.....	64
3.5. Na fundação da Basílica da Estrela	64
3.6. Inquisidor-Geral	67
3.7. Retrato por William Beckford	69
3.8. O entardecer de uma vida	71
3.9. A trasladação para a Basílica da Estrela.....	72
CAPÍTULO 3: O <i>CORPUS</i> DE UM PERCURSO.....	77
1. A PARENÉTICA AO SERVIÇO DA CORTE	78
1.1. À Senhora, Mãe dos Homens, no nascimento do Príncipe.....	79
1.2. Ao Coração de Jesus, no aniversário do Príncipe.....	82
2. A APOLOGÉTICA DA SÉ BRACARENSE	86
2.1. Em favor do culto de São Pedro de Rates	88
2.2. Em torno da autenticidade do I Concílio Bracarense	92
3. A INSTRUÇÃO DOS PASTORES	95
3.1. O perfil de um pároco instruído.....	96
3.2. Um compêndio de vida cristã	99
CONCLUSÃO.....	105
BIBLIOGRAFIA	109
1. FONTES	109
1.1. Fontes inéditas	109
De Inácio de São Caetano.....	109
Outras	109
1.2. Fontes publicadas	110
De Inácio de São Caetano.....	110
Outras	111
2. ESTUDOS	112
ANEXOS	121
ANEXO 1	121
ANEXO 2	122
ANEXO 3	123

RESUMO

A presente dissertação versa sobre a vida e a obra de D. Fr. Inácio de São Caetano (1718-1788), um carmelita descalço que desempenhou um importante papel no decurso histórico de Portugal em Setecentos, bem como no seio da Ordem dos Carmelitas Descalços. Este trabalho apresenta o percurso biográfico desta figura, desde o seu nascimento em Chaves, passando por Braga e por Lisboa, até à Corte portuguesa, onde desempenhou a função de confessor da Princesa do Brasil e futura rainha D. Maria. Inserido no quadro iluminista em Portugal, Inácio de São Caetano assistiu e viu-se envolvido no seio de vários acontecimentos que acabaram por marcar o século XVIII. Inácio de São Caetano, bispo de Penafiel e arcebispo de Tessalónica, legou um *corpus* considerável, analisado nesta dissertação, reflexo do seu ideário e da sua vida enquanto homem religioso e político, num dia-a-dia vivido entre o claustro e o palácio.

PALAVRAS-CHAVE: Inácio de São Caetano, Carmelitas Descalços, Iluminismo, Pombalismo, Maria I, Diocese de Penafiel.

ABSTRACT

The present dissertation is about the life and work of Inácio de São Caetano (1718-1788), a Discalced Carmelite who played an important role in the historical course of Portugal in the 18th century, as well as within the Discalced Carmelite Order. This work presents the biographical path of this figure, from his birth in Chaves, through Braga and Lisbon, to the Portuguese Court, where he was the confessor to the Princess of Brazil and future Queen Maria. As part of the Enlightenment in Portugal, Inácio de São Caetano witnessed and was involved in several events that ended up marking the 18th century. Inácio de São Caetano, bishop of Penafiel and archbishop of Thessalonica, bequeathed a considerable *corpus*, analysed in this dissertation, reflecting his ideology and his life as a religious and political man, in a daily life lived between the cloister and the palace.

KEYWORDS: Inácio de São Caetano, Discalced Carmelites, Enlightenment, Pombalism, Maria I, Diocese of Penafiel.

INTRODUÇÃO

O século XVIII foi um período de particular importância e transformações a nível político, religioso e das mentalidades. Ao longo deste arco temporal, o absolutismo consolidou-se enquanto regime político dos impérios europeus.

Aliado a este ideário, propaga-se a afirmação do direito divino do monarca absoluto e da conseguinte independência face ao poder espiritual do Papado. Desta forma, começam a redigir-se obras de cariz episcopalista que pretendiam justificar a formação de igrejas nacionais, com o Altar submetido ao Trono.

No âmbito religioso surgem movimentos dentro do tecido eclesial que comungam das intenções do ideário político absolutista. Começam a circular as famosas obras de alguns ideólogos, como Febrônio, e condenam-se todos os que resistem às tendências emergentes. Além disso, e intimamente ligado a esta realidade, o jansenismo consolida-se a nível moral, condenando ferozmente o probabilismo e a casuística relacionados à Companhia de Jesus, congregação fortemente perseguida ao longo de Setecentos, culminando com a sua supressão em 1773 pelo papa Clemente XIV.

No campo das ideias, o Iluminismo procurava inaugurar a era moderna no pensamento, na filosofia, nas artes e nas ciências. A razão era agora elevada a um plano superior, dignificando o ser humano como um ser capaz de alcançar as verdades científicas através de novos métodos baseados unicamente no esforço humano, sobretudo racional, prescindindo de Deus no âmbito científico. O transcendente reservava-se apenas para a profissão de uma fé de carácter deísta, vertida numa religião natural e individual.

Chegaram também a Portugal os ventos que sopravam na Europa. O reinado de D. João V (1689-1750) foi de afirmação do absolutismo régio na nação lusitana. D. José I (1714-1777), para além de seguir o modelo político de seu pai, inaugurará um novo capítulo na página do absolutismo em Portugal, a do despotismo iluminado. Personagem central deste período é, indubitavelmente, o seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que, enquanto estrangeirado, havia contactado diretamente com o ideário suprarreferido.

O reinado de D. José I ficou marcado por diversos acontecimentos e factos que tornaram o seu reinado único. O terramoto que arrasou Lisboa no dia 1 de novembro de 1755 e que se converteu numa oportunidade singular para a reconstrução da capital portuguesa por parte de Carvalho e Melo segundo os novos modelos e cânones. Pombal foi um claro impulsionador da perseguição contra a Companhia de Jesus e contra algumas famílias influentes em Portugal, como os Távoras, que acabavam por impedir-lhe o exercício despótico de governo. Como se observa, o desejo de inaugurar uma nova era em Portugal, fortemente influenciada pelo ideário iluminista, justificou uma série de ações promovidas por Carvalho e Melo ao longo do reinado de D. José.

Após a morte do rei, sobe ao trono a sua filha, a primeira rainha de Portugal, D. Maria I (1734-1816). Com ela, abriram-se novos horizontes sintetizados na *viradeira* que marcou o início do seu reinado. Com a nova monarca seguiu-se a condenação do Marquês de Pombal e dos seus sequazes e o restabelecimento dos perseguidos pelo ministro plenipotenciário de D. José.

A época de Setecentos é marcada indelevelmente por uma série de acontecimentos e personagens relevantes que tornaram o século XVIII um século merecedor de um estudo aprofundado.

Inácio de São Caetano foi um carmelita descalço natural de Chaves. A sua origem rústica em nada augurava os lugares que iria ocupar ao longo da sua vida. No âmbito eclesiástico, desempenhou cargos importantes no seio da Ordem dos Carmelitas Descalços, desde a docência ao governo de conventos. Foi pregador e confessor na Corte Real, censor do Tribunal do Santo Ofício e deputado da Real Mesa Censória. Além disso, foi o primeiro e único bispo de Penafiel, arcebispo de Tessalónica e inquisidor-geral do Reino. Politicamente, enquanto confessor de D. Maria, quando esta subiu ao trono, esteve sempre a seu lado, aconselhando-a no governo, tendo sido nomeado seu ministro assistente ao despacho.

A vida de Inácio de São Caetano fica também gravada para a posteridade nas obras que escreveu. O seu *corpus* literário confirma a importância deste homem, as suas aspirações, preocupações, desejos e ideário. Contextualiza ainda a sua vida e pensamento na paisagem cultural e intelectual de Setecentos em Portugal.

Desta forma, estudar aprofundadamente a vida e a obra de Inácio de São Caetano significa percorrer as páginas mais importantes da história portuguesa ao longo do século XVIII. Através deste carmelita descalço, vislumbramos os acontecimentos fulcrais deste centénio. Acresce o facto de que uma melhor e mais fundamentada compreensão desta figura, tantas vezes incompreendida ao longo da história, permitirá colher novas luzes para a compreensão do período em que viveu e os anos seguintes. Partilhando com esta personalidade

a vocação carmelita descalça, aprouve-nos dedicar a nossa dissertação a este ilustre descalço. Além disso, pelo seu *corpus*, Inácio de São Caetano insere-se nos debates teológicos da sua época e apresenta uma visão sobre diversos temas, como a espiritualidade ou a moral. Consideramos, por isso ser pertinente apresentar no âmbito do trabalho final do Mestrado Integrado em Teologia a vida e a obra de D. Fr. Inácio de São Caetano.

O período de estudo da nossa dissertação estende-se ao arco temporal da vida de Inácio de São Caetano. Assim, desde 1718, ano do seu nascimento, até 1788, data da sua morte, percorreremos quase de forma integral o século XVIII. Para além da apresentação da biografia e da análise crítica das suas obras, enquadraremos a figura deste carmelita descalço nos acontecimentos fundamentais ocorridos ao longo desta centúria e nos movimentos e personagens que os protagonizaram.

O nosso trabalho encontra-se organizado em três capítulos, orientados para refletirem a biografia e a obra de Inácio de São Caetano. O primeiro consagra-se aos primeiros anos de Inácio de São Caetano em Trás-os-Montes, concretamente em Chaves. Nele apresentamos o contexto em que nasceu, o retrato da sua família e os primeiros estudos. Reservamos um pequeno apartado para informarmos da sua passagem pela vida militar e conseqüente fuga para Salamanca, onde desejava realizar estudos superiores.

Ainda neste primeiro capítulo veiculamos as suas aspirações vocacionais em ingressar na Ordem dos Carmelitas Descalços, onde viria a entrar em 1735 no convento dos Remédios em Lisboa. Prosseguimos com o percurso formativo do jovem carmelita descalço que culmina com a sua ordenação presbiteral em Coimbra. Por fim, o último apartado deste capítulo expõe a primeira conventualidade de Fr. Inácio de São Caetano, o convento e colégio de Nossa Senhora do Carmo na cidade de Braga. Aqui foi lente de Teologia e prior deste convento. Além disto, foi confessor e diretor espiritual do arcebispo de Braga, D. José de Bragança.

O segundo capítulo, centro da nossa dissertação, apresenta o período da vida de Inácio de São Caetano onde este se dividiu entre o claustro carmelita e a corte portuguesa. Inácio de São Caetano regressa a Lisboa para desempenhar o cargo de prior do convento de São João da Cruz de Carnide. Aquando da expulsão dos jesuítas da corte de D. José, foi nomeado confessor da Princesa do Brasil, D. Maria, e das infantas de Portugal. Sendo visita regular da corte, acaba por contactar de perto com figuras centrais na administração do reino de Portugal, como Sebastião José de Carvalho e Melo. Inácio de São Caetano passará a ser visto com confiança pelos círculos pombalinos e será integrado no Tribunal da Inquisição e na recém-criada Real Mesa Censória, intervindo diretamente em vários processos, como o de Gabriel Malagrida ou o do bispo-conde de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

O segundo apartado deste capítulo reserva-se para o curto espaço de tempo em que Inácio de São Caetano foi nomeado bispo de Penafiel, fruto da reforma da geografia eclesiástica empreendida por Pombal. Aproveitamos ainda para integrar a figura do prelado na criação da Congregação Geral dos Carmelitas Descalços em Portugal.

Encerramos este capítulo com a exposição dos últimos anos de vida de D. Fr. Inácio de São Caetano com a aclamação de D. Maria como Rainha de Portugal. No último decénio da sua vida, Inácio de São Caetano passará a habitar definitivamente na corte, como era desejado pela nova rainha, tornando-se seu ministro assistente ao despacho. Renunciará ao bispado de Penafiel, que se extinguirá, e será nomeado arcebispo de Tessalónica. Envolver-se-á no processo desencadeado contra o Marquês de Pombal e na fundação da Basílica da Estrela. Além disso, será integrado na recém-fundada Academia das Ciências de Lisboa e desempenhará o cargo de inquisidor-geral. Por fim, descrevemos a morte e o sepultamento do arcebispo de Tessalónica em Carnide e a subsequente transladação para a Basílica da Estrela.

Pretendemos com este segundo capítulo ilustrar e situar a figura de Inácio de São Caetano entre a vida conventual e o ambiente cortesão. Cremos que a sua vida, resumida na dialética que propomos entre o claustro e o palácio, reflete a sua importância no contexto português de Setecentos e do Iluminismo que perpassou o século XVIII. De facto, Inácio de São Caetano foi um homem do claustro, que viveu a sua vocação à vida religiosa na Ordem dos Carmelitas Descalços, mas foi igualmente um homem da corte. Como se observa ao longo deste capítulo, Inácio de São Caetano soube conviver sadiamente entre estes dois ambientes que acabaram por marcar o seu percurso e a sua importância para a história portuguesa.

O terceiro capítulo apresenta a obra escrita de Inácio de São Caetano. Dividimos o seu *corpus* em três partes: a obra parenética, onde incluímos os seus dois sermões; as duas obras apologéticas à arquidiocese bracarense, uma delas inédita; por fim, as suas obras pastorais destinadas aos pastores da Igreja e a fomentar uma reta vida cristã.

Para além da conclusão, apresentamos a bibliografia utilizada na nossa investigação e na elaboração desta dissertação. Concluimos o nosso trabalho apresentando alguns anexos com documentos inéditos relativos à nossa figura.

Procurámos nortear a realização desta dissertação seguindo o percurso biográfico de Inácio de São Caetano e a leitura crítica das suas obras. Para tal, socorremo-nos dos múltiplos testemunhos relativos a esta figura, contextualizando-os ao tempo da sua produção, sobretudo os subsídios do século XIX e do início do século XX. De facto, encontramos ao longo da nossa investigação várias monografias e artigos que se referiam à figura que estudámos. Reconhecemos que, apesar da válida produção encontrada, foi necessário distanciarmo-nos de

algumas perspetivas negativas relativas a Inácio de São Caetano.¹ Alguma historiografia, nomeadamente a do período liberal, não apresenta uma visão positiva em relação à nossa figura de estudo, chegando a expor Inácio de São Caetano de forma satírica. Outras perspetivas optam por ligar o carmelita flaviense a Pombal, considerando-o sua “criatura”, ou seja, um fantoche nas mãos do ministro plenipotenciário. Estas perspetivas não apresentavam uma visão integral de Inácio de São Caetano, prescindindo, por exemplo, do apuramento dos factos da sua vida ou da leitura das suas obras.

Foi nosso interesse, por isso, fundamentar a nossa investigação a partir das fontes, contactando com elas diretamente em vários acervos de diversos arquivos e bibliotecas. Assim, procurámos desenhar um retrato crítico e fidedigno desta personalidade tão importante do Portugal de Setecentos. Esse trabalho de investigação das fontes obrigou-nos a contactarmos com diversas entidades que, em boa hora, nos auxiliaram e facultaram o material solicitado. Com todo este processo demos conta como a vida e a obra de Inácio de São Caetano se guarda também em importantes arquivos e bibliotecas, como o Arquivo Apostólico Vaticano ou a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Isto representou para nós a importância da figura que estudámos e a possibilidade de contactar diretamente com a documentação que nos poderia ajudar a apurar acontecimentos ou períodos mais dúbios da vida de Inácio de São Caetano.

Assim, com a nossa dissertação, apresentamos um estudo fundamentado e crítico do percurso biográfico de Inácio de São Caetano, enquadrando-o no quadro cultural, político e religioso de Setecentos, e da sua produção escrita, elemento imprescindível para uma visão apurada desta figura. Procurámos, ao longo da investigação e da redação desta dissertação, ser isentos e verdadeiros nos dados e perspetivas apresentadas, fundamentando-nos nas fontes e remetendo para os demais estudos realizados direta ou indiretamente sobre esta figura. Pretendemos evidenciar com a metodologia e estrutura de trabalho adotadas, a importância e a atualidade de um estudo aprofundado sobre D. Fr. Inácio de São Caetano, figura indubitavelmente marcante no século XVIII em Portugal.

¹ Cf. Luís de Oliveira Ramos, *D. Maria I* (S. l.: Temas e Debates, 2010), 15.

CAPÍTULO 1: DO BERÇO AO CLAUSTRO

A vida de D. Fr. Inácio de São Caetano perpassa o século XVIII em Portugal. Como religioso carmelita descalço, confessor da princesa e futura rainha D. Maria I, bispo de Penafiel e arcebispo de Tessalónica, membro da Real Mesa Censória, Inquisidor-Geral do Reino, Inácio de São Caetano ocupa um lugar ímpar na História de Portugal.

Afirma o seu biógrafo, Manuel de Santo Ambrósio, que «nas acções deste Homem memorável, que fez a gloria do Carmelo Reformado, a honra da sua Patria, e o esplendor de Portugal, irá encontrar a sua instrucção o Religioso, o Prelado, o Ministro, o Sabio, o Christão, e o Politico, piedade, zelo, justiça, sabedoria, humildade, e desinteresse».² Declara o carmelita descalço Alberto da Virgem do Carmo que D. Fr. Inácio de São Caetano é «sem dúvida um dos mais ilustres Prelados da Igreja portuguesa».³ Afirma, ainda, Sandra Costa Saldanha que Inácio de São Caetano é «um dos vultos fundamentais no contexto eclesiástico e político da segunda metade do século XVIII em Portugal».⁴

Íntimo das cortes régias de D. José e de D. Maria I, «surge-nos uma figura de modesta aparência, contrastando com os lugares da mais alta hierarquia, que ia sucessivamente ocupando. [...] Ele veio afinal a desempenhar papéis importantíssimos na vida da Nação, a que a História não tem dado o devido relevo».⁵ Declara Mário Domingues:

No reinado de D. Maria, frei Inácio de São Caetano, confessor desta senhora tão estimável, também desempenhou um papel preponderante na política nacional. A sua influência foi mais profunda do que muita gente imagina no nosso tempo, tanto mais que a sua personalidade chegou até nós deturpada e, por vezes, confusa, através de historiógrafos mal informados ou apenas

² Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Ignacio de S. Caetano, Confessor da Rainha Nossa Senhora, Arcebispo de Thessalonica, Inquisidor Geral, e Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete* (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1791), prefação.

³ «Sin disputa uno de los más ilustres Prelados de la Iglesia lusitana». Alberto de la Virgen del Carmen, *Historia de la Reforma Teresiana* (Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1968), 312.

⁴ Sandra Costa Saldanha, *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), 24.

⁵ José Timóteo Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal da pena de morte* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979), 15.

obedientes a certos conceitos que o Liberalismo romântico introduzira na maneira de escrever a história.⁶

Este carmelita descalço assistiu aos destinos da nação lusa de muito perto, desde o interior da Corte. Estaria muito capaz de elaborar um retrato informado das decisões da Coroa sobre o Reino: «Ninguém estaria em melhores condições para o fazer se se entender as condições especiais de estima e alta confiança, com que foi tratado na corte, durante 29 anos».⁷ Inácio atesta que nem as origens humildes nem a opção pela vocação religiosa no Portugal setecentista impedem alguém de repousar nos anais da História pela sua vida, pela sua fé e pelos seus feitos.

Neste sentido, os altos postos sociais, religiosos e políticos deviam ser ocupados não por aqueles que os ambicionavam desenfreadamente, mas «deviam cair sobre os ombros das pessoas que, por suas virtudes, competências e isenção, mais dignas se mostravam de exercer os altos cargos directivos».⁸ Este carmelita seria, certamente, um desses homens. Declara Caetano Beirão, sobre Inácio de São Caetano:

Estranha figura, mas simpática e responsável, a dêste plebeu que, em tempos da Monarquia chamada absoluta, e sem sobra de adulação ante o poder, subiu aos mais eminentes postos da Igreja e do Estado, só pelo muito aprêço em que eram tidas pela soberana [D. Maria I] as suas qualidades intelectuais e morais.⁹

Sobre o primeiro biógrafo de D. Fr. Inácio de São Caetano, Manuel de Santo Ambrósio, também ele carmelita descalço, possuímos escassas informações. David do Coração de Jesus informa que Manuel de Santo Ambrósio terá nascido na Moita (Beira Litoral) em 1742, tomando o hábito na Ordem dos Carmelitas Descalços em 1761 e viria a falecer em 1802. David do Coração de Jesus refere ainda que este religioso escreveu duas obras, ambas consignadas a Inácio de São Caetano: o sermão pregado na trasladação dos restos mortais do Arcebispo de Tessalónica para o Real Convento da Estrela, publicado em 1790, e o Epítome da sua vida, já por nós citado, publicado em 1791.¹⁰

Declara Montalvão Machado que Fr. Manuel de Santo Ambrósio «foi companheiro e amigo dedicado de Fr. Inácio de São Caetano, conhecedor da sua biografia, por narrativas e confidências, que o frade flaviense lhe confiara».¹¹

⁶ Mário Domingues, *D. Maria I e a sua época: evocação histórica* (Lisboa: Livraria Romano Torres, 1972), 70.

⁷ Alice Lázaro, *O Reinado do Amor: Cartas íntimas da priora da Estrela para a rainha Dona Maria I (1776-1780)* (Lisboa: Chiado Editora, 2013), 423.

⁸ Machado, *Quem livrou Pombal*, 389.

⁹ Caetano Beirão, *D. Maria I: 1777-1792* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934), 102.

¹⁰ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal* (Lisboa: Oficinas de S. José, 1962), 228.

¹¹ Machado, *Quem livrou Pombal*, 35.

Conforme dissemos em cima, a primeira obra publicada por este carmelita descalço foi em 1790.¹² Trata-se do sermão que este proferiu na transladação do corpo de D. Fr. Inácio de São Caetano para a Basílica da Estrela a 6 de fevereiro desse mesmo ano: «No fim da Missa, houve o Sermão, como se tinha assentado, pregou o Padre Mestre Fr. Manuel de S.^{to} Ambrozio, Carmelita Descalço».¹³

Refere ainda o próprio Manuel de Santo Ambrósio que no final da Missa «recitou a Oração funebre o Padre Fr. Manoel de Santo Ambrosio, Carmelita Descalço, e conventual dos Remedios».¹⁴

O *Epítome* relativo à vida de Inácio de São Caetano, por ser a primeira biografia redigida sobre este religioso da Descalcez Carmelita e por ter sido publicada três anos após a morte do confessor da rainha D. Maria I, ganha especial importância e utilidade, pois é um testemunho direto que conservamos de todo o arco biográfico de Inácio. Confessa o autor:

He pois para utilidade da Igreja, e da Nação, que por obediencia me sujeitei ao onus, talvez bem superior aos meus talentos, de escrever a preciosa vida do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Ignacio de S. Caetano, Arcebispo de Thessalonica, Inquisidor Geral, Confessor, e Ministro Assistente da Augustissima, e Fidelissima Rainha de Portugal D. MARIA I.¹⁵

Todavia, Montalvão Machado não deixa de alertar que «alguns lapsos contém o *Epítome*, de Santo Ambrósio, sobretudo em matéria de datas e outros complementos circunstanciais»¹⁶. Esses lapsos referem-se, por exemplo, ao ano de nascimento do carmelita descalço, como veremos mais à frente.

O notável e louvável trabalho levado a cabo por Fr. Manuel de Santo Ambrósio permite-nos aproximar da figura de D. Fr. Inácio de São Caetano com maior segurança, acautelando-nos, indubitavelmente, dos limites que esta obra possa apresentar. É certo que, como reconhece o biógrafo, para este labor, é necessário «hum debuxo de cores hum pouco vivas, e agradaveis».¹⁷ Contudo, isto não significa que a verdade dos factos não seja honrada. Admite o biógrafo que

depois de huma exacta diligencia, não poderei lisongear-me de ter acabado huma pintura, que encha as curiosas vistas dos instruidos; mas o segredo inviolavel, em que este grande Prelado escondia as suas virtudes, junto com a pequena habilidade do artifice, ao mesmo tempo que diminuirem a belleza do Quadro, merecerão a desculpa dos seus erros.¹⁸

¹² Manoel de Santo Ambrósio, *Oração funebre recitada no Real Convento do SS. Coração de Jesus da Estrella no dia 6 de Fevereiro na transladação do corpo do Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Fr. Inácio de S. Caetano, Arcebispo de Thessalonica, Inquisidor Geral, Ministro Assistente ao Despacho do gabinete, e Confessor da Rainha Nossa Senhora* (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1790).

¹³ Manuel Pereira Cidade, *Memórias da Basílica da Estrêla* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926), 183.

¹⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 172.

¹⁵ Manoel de Santo Ambrósio, prefácio.

¹⁶ Machado, *Quem livrou Pombal*, 36.

¹⁷ Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, prefácio.

¹⁸ Manoel de Santo Ambrósio, prefácio.

A leitura da biografia de Manuel de Santo Ambrósio é, por um lado, um manancial sobre o percurso biográfico de Inácio de São Caetano. Por outro, esta obra publicada em 1791 obriga-nos a uma leitura atenta de apuração da verdade dos factos, confrontando-a com bibliografia complementar.

1. INFÂNCIA E JUVENTUDE: 1718-1735

Os primeiros anos de Inácio de São Caetano foram passados entre a sua terra de origem, Chaves, e Salamanca, para onde audazmente fugiu para estudar na Universidade. Marcam os passos do jovem Inácio as paisagens de Trás-os-Montes e os prados castelhanos por onde terá passado.

1.1. Os alvares entre paisagens transmontanas

O ano de nascimento de Inácio de São Caetano, devido a um lapso que encontramos na biografia escrita por Manuel de Santo Ambrósio, foi mal atribuído. José Timóteo Montalvão Machado, recuperando o assento de Batismo¹⁹ de Inácio, conclui que o ano de nascimento é 1718 e não 1719.²⁰ Esta informação é contrária àquilo que afirma o biógrafo: «O mundo o vio nascer [...] no anno de 1719».²¹ Podemos ler no registo de Batismo de Inácio de São Caetano:

Ignacio filho de Pedro Alvares Teixeira e de sua mulher Izabel Rodrigues moradores nas Portas de Sima nasceo aos trinta e hum de Julho de setecentos e dezoito anos: foi batizado nesta Matriz pello Reverendo Encommendado João de Sampaio e lhe pos os Santos olleos aos sete de Agosto do dito anno: forão Padrinhos Bartolomeu Gonçalves e sua mulher Antonia de Moraes moradores nas Portas de Sima assignou com o Padrinho Antonio Teixeira e Eu que este fiz e asignei dia mes era ut supra. O Cura Ant.º Roiz.²²

A mesma data é-nos assegurada e confirmada pelo processo consistorial de Inácio de São Caetano, aquando da sua nomeação como bispo de Penafiel.²³ Esclarece Montalvão Machado:

Santo Ambrósio indica para tal nascimento o dia 31 de Julho de 1719, quando o respectivo assento assevera que Fr. Inácio veio ao mundo em 31 de Julho de 1718. Nem se poderá argumentar com um possível engano do pároco, que poderia escrever 1719 quando se estava ainda em 1718. Com efeito, todos os assentos do mesmo livro, antecedentes e consequentes, contêm datas de 1718.

¹⁹ Ver Anexo 1.

²⁰ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 33.

²¹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 7.

²² Batismos 1714-1722, 51r, Paroquiais, Paróquia de Santa Maria Maior (Chaves), Arquivo Distrital de Vila Real. Acedido a 8 de setembro de 2021, <https://digitalq.advrl.arquivos.pt/details?id=1050196>.

²³ Cf. *Processus consistorialis*, 198r, 161, Archivio Concistoriale, Arquivo Apostólico Vaticano.

Escusado será dizer que, tendo sido Santo Ambrósio o primeiro autor a falar de Fr. Inácio, nunca mais os biógrafos lhe acertaram com a data de nascimento e sempre os livros de História ou Religião, os dicionários e enciclopédias, ficaram dizendo erradamente que São Caetano nasceu em 1719.²⁴

Assim, podemos afirmar que Inácio de São Caetano nasceu em Chaves, Trás-os-Montes, no dia 31 de julho de 1718, tendo sido batizado a 7 de agosto do mesmo ano, apadrinhado por Bartolomeu Gonçalves e Isabel Moraes, na Igreja da Senhora da Assunção, em Chaves.²⁵

O nome dado ao menino pode justificar-se pelo facto de no dia 31 de julho a Igreja Católica comemorar Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus. No dia 7 de agosto, data do Batismo de Inácio, a Igreja celebra São Caetano de Thiene. Ora, conforme afirma Fortunato de Almeida, na igreja onde foi batizado Inácio rezava-se a São Caetano.²⁶ De facto, refere Manuel de Santo Ambrósio «que o Menino tomou depois para ornamento do seu nome, e Protector da sua vida, e acções»²⁷ o nome deste santo e, mais tarde, para nome religioso como carmelita descalço.

Manuel de Santo Ambrósio, ao longo de várias páginas, vai enobrecendo a vila transmontana, exaltando a sua história que remonta à ocupação romana da Península Ibérica.²⁸ De toda a crónica da vila redigida, o ex-líbris desta mesma vila reside no facto de ter sido o berço do carmelita descalço flaviense que viria a ser D. Fr. Inácio de São Caetano:

Mãi fecunda de Engenhos elevados, ella tem produzido em todo o tempo illustres filhos, e bem conhecidos na Republica Literaria, e Marcial; e o que mais he, na da virtude, os quaes tem feito o credito, e o esplendor da sua Patria; e bastava para ennobrecella o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo, Inquisidor Geral, Confessor, e Ministro Assistente da Augusta Soberana [D. Maria I], que nos rege. As acções deste Prelado, as suas qualidades, e virtudes, que fazem o objecto desta Historia, podem fazer tambem a gloria da sua Patria; e ela mesma encher-se de huma santa vaidade, por ter sido berço deste grande Homem.²⁹

Foi, portanto, na vila transmontana de Chaves que o pequeno Inácio contemplou, pela primeira vez, a luz. Os seus pais, Pedro Álvares Teixeira e Isabel Rodrigues, eram «lavradores abastados mas de modesta condição».³⁰ Os pais do pequeno Inácio eram também pessoas «conhecidas naquella Villa, não pela nobreza, que o mundo préza, mas sim pela probidade que o Ceo estima».³¹ Manuel de Santo Ambrósio, na *Oração Fúnebre* que pregou em honra de D.

²⁴ Machado, *Quem livrou Pombal*, 36.

²⁵ Cf. Machado, 34.

²⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 3 (Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1970), 570.

²⁷ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 8.

²⁸ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, 1-4.

²⁹ Manoel de Santo Ambrósio, 3-4.

³⁰ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 24.

³¹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 4-5.

Fr. Inácio de São Caetano, confessava que o flaviense «antes escolhêra ser hum rustico camponez, mas virtuoso, que Monarca perverso».³²

1.2. O retrato de uma família flaviense

Pedro Álvares Teixeira e Isabel Rodrigues tiveram seis filhos, «cinco rapazes e uma rapariga [...] em que Inácio foi o benjamim da família».³³ É curioso que todos os filhos do casal flaviense de lavradores enveredaram pela vida sacerdotal e religiosa. Dois deles tornaram-se sacerdotes diocesanos; um deles «ilustrou por suas virtudes, e talentos raros, e admiráveis, louvados ainda hoje por voz commum no Arcebispado de Braga».³⁴ A única filha de Isabel Rodrigues e de Pedro Teixeira casou, mas acabou por se recolher no Convento das Franciscanas de Murça. Os outros três filhos do casal vestiram o hábito do Carmo Descalço. No seio da Ordem destacou-se, naturalmente, Inácio de São Caetano. Todavia, o seu irmão Manuel ocupa igualmente um lugar de destaque na história do Carmelo Reformado em Portugal. Escutemos o testemunho de Manuel de Santo Ambrósio:

Entre os que elegêrão a Religião, se distinguio grandemente N. M. R. P. Fr. Manoel da Cruz, que a governou muitas vezes, como Prelado immediato, e ultimamente como Geral desta Congregação de Portugal, de que pela doçura, prudencia, e suavidade do seu governo mereceo o amor, e huma inteira, e bem saudosa satisfação, que lhe protestárão os seus reconhecidos subditos até a mesma hora ultima da sua vida.³⁵

De facto, Manuel da Cruz, juntamente com o irmão de sangue e de religião, desempenhou um papel ímpar no governo da Ordem em Portugal, nomeadamente como prior do Convento de São João da Cruz de Carnide, por três vezes, e como Geral, entre 1775 e 1778 (ano da sua morte) da Congregação Portuguesa de Nossa Senhora do Monte Carmelo do Reino de Portugal, erigida em 1773.³⁶ Acerca da criação da Congregação Geral dos Carmelitas Descalços em Portugal teremos oportunidade, ao longo deste trabalho, de desenvolver essa temática, destacando o papel e a intervenção de Inácio de São Caetano.

Sobre a infância de Inácio não possuímos muitos dados. Alguns factos sobre o pequeno Inácio são-nos fornecidos por Manuel de Santo Ambrósio que, certamente, terá confidenciado com Inácio de São Caetano sobre a sua infância e juventude. O pai, Pedro Álvares Teixeira,

³² Manoel de Santo Ambrósio, *Oração funebre*, 7-8.

³³ Machado, *Quem livrou Pombal*, 37.

³⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 6.

³⁵ Manoel de Santo Ambrósio, 6.

³⁶ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 203.

nutria um carinho particular pelo seu filho mais novo. Fruto deste apreço especial, Pedro Álvares Teixeira chamava carinhosamente o infante de *Águia* e de *Santo*.³⁷

Tendo Inácio crescido e vendo-o capacitado para aprender a escrever, o pai procurou um mestre que lhe ensinasse as primeiras letras. O biógrafo apenas nos informa que Pedro Álvares Teixeira confiou o seu filho Inácio a um destes homens, por certo flaviense, mas não nos comunica mais nada sobre quem seria o mestre do menino³⁸. Sobre a identidade do mestre de Inácio de São Caetano, declara Montalvão Machado que Manuel de Santo Ambrósio

não nos diz contudo como se chamava, nem qual era a sua proveniência, mas nós presumimos que tal mestre devia ser um frade da família franciscana claustral, a qual, sob a protecção carinhosa da Casa de Bragança, tinha saído do Campo da Roda, a dois quilómetros da vila, e se instalara no adjunto Alto da Pedisqueira, depois chamado Forte de São Francisco. [...] A religião de São Francisco de Assis [...] era a única que em Chaves assentara arraiais, naquela época.³⁹

O pequeno Inácio foi um aluno notável, tendo realizado aprendizagens significativas enquanto acompanhado por um pedagogo: «Ignacio Caetano aprendeu bem depressa a ler, e escrever com gosto inexplicavel de seu Mestre, e igual alegria de seu Pai».⁴⁰ Todavia, Pedro Álvares Teixeira adivinhava para o seu filho mais novo, ao contrário dos restantes filhos que haviam seguido uma vida religiosa e sacerdotal, um futuro na carreira militar para «o maior adiantamento da sua Casa, e Familia no serviço do Soberano, e da Nação».⁴¹ Assim, «em 1732, por imposição paterna, o jovem Inácio segue o ofício das armas, assentando praça no regimento de infantaria do quartel de Chaves».⁴²

1.3. Serviço militar e fuga para Salamanca

Inácio anuiu ao desejo de seu pai e vestiu a farda militar no quartel flaviense em 1732. Manuel de Santo Ambrósio desconhece ao certo quanto tempo terá permanecido Inácio no regimento militar, conjecturando que terá sido por pouco tempo.⁴³ De facto, não nos surpreende que Inácio tenha estado pouco tempo no quartel militar, pois os diversos testemunhos dão-nos conta de que a vida militar não se coadunava com a personalidade de Inácio.⁴⁴

O descontentamento e a infelicidade que Inácio experimentou provocaram o desejo de abandonar a vida militar. Tal aconteceu quando este decidiu fugir para Salamanca, em Espanha.

³⁷ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 9-10.

³⁸ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, 10.

³⁹ Machado, *Quem livrou Pombal*, 38.

⁴⁰ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 11.

⁴¹ Manoel de Santo Ambrósio, 11.

⁴² Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 24.

⁴³ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 12.

⁴⁴ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 39.

Inácio considerava que em Salamanca iria «ter huma justa ocasião de fazer patente, que os desejos do seu coração erão seguir as bandeiras de Jesu Christo, e engrossar o feliz número dos seus soldados».⁴⁵

Chegado a Salamanca, inscreveu-se na histórica Universidade para iniciar os estudos académicos no ano de 1733. Os recursos económicos que Inácio teria ao seu dispor para custear os seus estudos seriam certamente parcos.⁴⁶ De facto, «o jovem fugitivo logrou obter em Salamanca a compaixão do próximo, a ponto de conseguir pousada e alimentação, o que lhe valeu continuar a sua preparação literária na Universidade local».⁴⁷ Podemos imaginar o drama da família ao desconhecer o paradeiro do benjamim.

Pedro Álvares Ribeiro e Isabel Rodrigues enviaram um dos filhos em busca de Inácio que foi encontrado em Salamanca e regressou com ele à casa paterna em Chaves. Regressado, a felicidade experimentada pelo casal foi notória, contudo o pai não deixou de repreender o ato insurreto. Acatando a admoestação paterna, o jovem Inácio «teve ocasião oportuna de dar-lhe a conhecer [ao pai], que a vida militar, a que o tinha destinado, era inteiramente contraria ao seu genio, e não menos oposta aos seus desejos».⁴⁸

Adivinhando um possível desejo de Inácio querer seguir carreira eclesiástica a exemplo de seus irmãos, Pedro Álvares Teixeira recomendou ao filho mais novo que prosseguisse estudos em Chaves. Iniciou os estudos de Latim em 1734 em que se notabilizou, mais uma vez, pelo seu génio e inteligência.

1.5. O desejo de servir a Deus no Carmelo Descalço

Já com 16 anos de idade, Inácio «sentia verdadeiramente a Mão invisível que o tocava; e principiando a olhar com desprezo as ninharias da terra, se resolveo de huma vez abandonallas».⁴⁹ É certo que teria receio de comunicar estas aspirações interiores a seu pai, que esperava que este seu filho não seguisse as pisadas dos irmãos. O benjamim desejava a vida religiosa e «parece ter influído nas escolhas de Inácio Caetano a vida religiosa de um seu irmão, mais velho, ele próprio já carmelita-reformado, de resto, como os outros dois».⁵⁰

O Provincial dos Carmelitas Descalços em Portugal era, nesta altura, Fr. Manuel da Ressurreição.⁵¹ O jovem flaviense terá conversado com Manuel da Ressurreição sobre os

⁴⁵ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 13.

⁴⁶ Cf. Lázaro, *O Reinado do Amor*, 401.

⁴⁷ Machado, *Quem livrou Pombal*, 40.

⁴⁸ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 15.

⁴⁹ Manoel de Santo Ambrósio, 18.

⁵⁰ Lázaro, *O Reinado do Amor*, 402.

⁵¹ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 202.

desejos de vestir o hábito de religioso carmelita descalço. O resultado destas conversações foi favorável à entrada de Inácio para o Claustro da Descalcez Carmelita, que veio a concretizar-se em 1735.

2. PRIMEIROS PASSOS COMO CARMELITA DESCALÇO: 1735-1745

Podemos questionar-nos sobre o porquê de três de os seis filhos do casal flaviense Pedro Álvares Teixeira e Isabel Rodrigues terem optado por ingressar a Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal.

De facto, os religiosos carmelitas descalços não haviam erigido convento em Chaves; ademais, como já referimos, apenas os franciscanos tinham convento na vila flaviense. O que podemos afirmar é que não deixa de ser altamente significativo que dos cinco rapazes, três tenham vestido o hábito carmelita descalço.⁵²

2.1. Na Ordem dos Carmelitas Descalços

A origem dos carmelitas remonta ao século XII no monte Carmelo, onde um grupo de homens se reuniu para viver vida eremítica sob a inspiração do profeta Elias. Os eremitas «estabeleceram-se “junto à Fonte de Elias” no *wadi'ain es-Siah*, um vale aberto para o Mediterrâneo, no lado oeste do Carmelo».⁵³

Mais tarde, estes eremitas pediram ao patriarca de Jerusalém, Alberto de Vercelli, que escrevesse uma regra que regesse a sua vida. Assim, Alberto de Jerusalém redigiu, entre 1206 e 1214, a regra de vida dos eremitas do monte Carmelo.⁵⁴

Ainda no século XIII estes eremitas começam a voltar-se para a Europa para aí fundarem cenóbios e estabelecerem a devoção de Nossa Senhora do Monte Carmelo (comummente denominada de Nossa Senhora do Carmo). Foi difícil adaptar o estilo de vida eremítica praticada no monte Carmelo à realidade europeia, o que motivou um pedido ao papa de adaptação da regra de vida.

Sobre a vinda dos eremitas do monte Carmelo para solo português, crê-se que os primeiros carmelitas, provenientes de Malta terão chegado a Portugal, mais concretamente a

⁵² Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 43-44.

⁵³ «Se establecieron “junto a la Fuente de Elías” en el *wadi'ain es-Siah*, un valle abierto al Mediterráneo en el flanco oeste del Carmelo». Joaquín Smet, *Los Carmelitas: Historia de la Orden del Carmen*, vol. 1 (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1987), 10.

⁵⁴ Cf. José Carlos Vechina, «Carmelitas Descalços», em *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, A-C (s. l.: Círculo de Leitores, 2000), 297.

Moura, em 1251.⁵⁵ Quase um século mais tarde, no final do século XIV, os carmelitas chegam a Lisboa para habitarem o convento fundado e patrocinado por Nuno Álvares Pereira, condestável do Reino. Como os carmelitas apenas possuíam em Portugal o convento de Moura, foi de lá que partiram os religiosos para fundarem o novo convento do Carmo de Lisboa.⁵⁶ Refere Velasco Bayón que «o Condestável Nuno Álvares Pereira não só levantou o grande complexo conventual do Carmo como dotou a instituição com abundantes bens do seu imenso património».⁵⁷ O Condestável do Reino, depois de uma longa vida entre as armas, decidiu recolher-se ao cenóbio que ele mesmo fundou e vestiu o hábito carmelita.⁵⁸

O papa Nicolau V, através da bula *Cum nulla fidelium* de 7 de outubro de 1452, permitiu ao então Geral da Ordem dos Carmelitas, João Soreth, a fundação de conventos carmelitas femininos.⁵⁹ Em 1535 toma o hábito carmelita no convento da Encarnação, em Ávila, D. Teresa de Ahumada e Cepeda, mais tarde conhecida por Teresa de Jesus ou Teresa de Ávila. É certo que se respirava na Espanha do século XVI «um ambiente de renovação e Teresa de Jesus, que levava uma vida de entre o mundo e Deus pensou, seriamente, na sua renovação espiritual motivada por um encontro muito pessoal com Cristo».⁶⁰

Neste clima de renovação e de reforma, Teresa decide abandonar o seu convento e fundar um novo onde se viva de forma radical a regra carmelita. Assim, no dia 24 de agosto de 1562 é inaugurado o convento de São José, em Ávila, o primeiro dos cenóbios da reforma da Ordem Carmelita empreendida por Teresa de Ávila.

Teresa de Jesus destacou-se pela atividade fundacional. Entre 1562 e 1582 fundou 17 conventos por toda a Espanha.⁶¹ Além disso, importa referir que Teresa é também responsável pela reforma do ramo masculino da Ordem: «Teresa começou a pensar atrair alguns padres da ordem para o estilo de vida contemplativa e para a direcção espiritual das suas religiosas. [...] No dia 28 de Novembro de 1568 abriu-se o primeiro convento para os religiosos em Duruelo».⁶² Sobre o ramo masculino do Carmelo Descalço, declara Daniel de Pablo Maroto:

A madre Teresa geriu também a reforma do Carmelo entre os frades, e escreveu os primeiros capítulos da sua história. [...] O ideário dos frades descalços é substancialmente idêntico nos seus componentes básicos de oração contemplativa, vida claustral e ascética, de silêncio e solidão, de formação cultural nas universidades, a ser possível, e com uma finalidade apostólica, diversa das

⁵⁵ Cf. José Carlos Vechina, «Carmelitas Descalços», 298.

⁵⁶ Cf. Balbino Velasco Bayón, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, trad. Manuel R. Freitas (Lisboa: Paulinas, 2001), 37-38.

⁵⁷ Velasco Bayón, 51.

⁵⁸ Cf. Velasco Bayón, 56.

⁵⁹ Cf. Pedro Ortega, *Historia del Carmelo Teresiano*, 3ª ed. (Burgos: Editorial Monte Carmelo, 2010), 56.

⁶⁰ José Carlos Vechina, «Carmelitas Descalços», 299.

⁶¹ Cf. Ortega, *Historia del Carmelo Teresiano*, 132.

⁶² José Carlos Vechina, «Carmelitas Descalços», 299.

monjas de clausura. A mente da Fundadora previu que aquele grupo de mulheres contemplativas na clausura ajudariam com a sua vida santa o exército de apóstolos e missionários.⁶³

Anos mais tarde, em 1580, pelo breve *Pia consideratione* de Gregório XIII, os carmelitas reformados adquiriram independência face à Ordem Carmelita, constituindo-se como Província autónoma.⁶⁴ O primeiro Provincial eleito dos Descalços foi o P. Jerónimo Gracián, nome muito importante na fundação do Carmelo Descalço em Portugal, como veremos. Só em 1591, no Capítulo celebrado em Cremona, os Carmelitas Descalços se separaram definitivamente dos Carmelitas Calçados, com o precioso patrocínio do rei Filipe II, protetor da Descalcez e íntimo da própria Teresa de Jesus.⁶⁵

Desde cedo que Teresa de Jesus manifestou interesse em estender a reforma até Portugal. Sabemos que a mística de Ávila se correspondia com D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, que desejava acolher no território da sua Arquidiocese um convento de descalças: «O relacionamento mais próximo do Dom Teotónio com Teresa de Ávila deve ter começado antes de 1574 (ano de que data a primeira carta conhecida) e a monja acompanhava os trabalhos, possivelmente eclesiásticos e diplomáticos, que o nobre português levava a efeito em Salamanca». ⁶⁶ Apesar da fundação não ter acontecido enquanto Teresa de Jesus ainda vivia, a D. Teotónio de Bragança devemos a primeira edição em 1583 da obra *Caminho de Perfeição* assinada por Teresa de Ávila.⁶⁷

No Epistolário de Santa Teresa de Jesus não deixamos de notar a sua preocupação com os destinos de Portugal, nomeadamente aquando da derrota em Alcácer-Quibir em 1578 das tropas portuguesas de D. Sebastião. Confessa Teresa numa carta dirigida a Jerónimo Gracián a 19 de agosto de 1578: «Muito me entristeci com a morte de tão católico rei como era o de Portugal, e mais me aborreci com aqueles que o deixaram ir meter-se em tão grande perigo». ⁶⁸ Sobre a crise de sucessão aberta pela morte de D. Sebastião, e uma possível guerra entre Portugal e Espanha, confessa Teresa de Ávila a D. Teotónio de Bragança numa carta de 22 de julho de 1579:

⁶³ «La madre Teresa gestionó también la reforma del Carmelo entre los frailes, y escribió los primeros capítulos de su historia. [...] El ideario de los frailes descalzos es sustancialmente idéntico en sus componentes básicos de oración contemplativa, vida claustral y ascética, de silencio e soledad, de formación cultural en las universidades, a ser posible, y con una finalidad apostólica, diversa de las monjas de clausura. La mente de la Fundadora previó que aquel grupo de mujeres contemplativas en clausura ayudarían con su vida santa al ejército de apóstoles y misioneros». Daniel de Pablo Maroto, *Santa Teresa de Jesús: Nueva Biografía (Escritora, fundadora, maestra)* (Madrid: Editorial de Espiritualidad, 2014), 236-237.

⁶⁴ Cf. Ortega, *Historia del Carmelo Teresiano*, 171.

⁶⁵ Cf. Ortega, 175.

⁶⁶ [Jesué] Pinharanda Gomes, *Caminhos Portugueses de Teresa de Ávila* (Braga: Editora Pax, 1983), 9.

⁶⁷ Cf. Gomes, *Caminhos Portugueses de Teresa de Ávila*, 24.

⁶⁸ «Mucho me ha lastimado la muerte de tan católico rey como era el de Portugal y enojado de los que le dejaron ir a meter en tan gran peligro». Teresa de Jesús, *Epistolario*, 2ª ed. (Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1984), 552.

Vossa Senhoria fazer saber se há alguma notícia de paz, que me traz em grande aflição o que por aqui oiço. [...] Porque se, pelos meus pecados, este negócio se resolve por meio da guerra, temo grandíssimo mal nesse reino, e a este não pode deixar de vir grande dano. [...] Por aqui dizem todos que o nosso rei é que está com a justiça e que fez todas as diligências que pôde para estar certo disso. [...] Em tempo em que há tão poucos cristãos, que se acabem uns aos outros é grande desventura.⁶⁹

A situação acabaria por terminar com a aclamação de Filipe II de Espanha como Rei de Portugal. Inaugura-se, assim, a dinastia filipina em Portugal. A união das coroas apresentava-se vantajosa para os planos fundacionais de Teresa de Jesus em Portugal, já que entre a mística de Ávila e Filipe II de Espanha, I de Portugal, havia uma relação salutar. De facto, «Ambrósio Mariano, quando veio fundar, teve grande aceitação no reino governado por Filipe II, graças à consideração do soberano por Santa Teresa».⁷⁰

Ambrósio Mariano, convidado pela própria Teresa de Ávila para aderir à Descalcez, foi enviado pela Reformadora a Portugal em 1581 para iniciar a fundação da presença carmelita descalça em solo luso. Sobre a chegada a Lisboa, narra o cronista Belchior de Santa Ana:

No primeiro dia de Outubro [de 1581] chegaram à famosa cidade de Lisboa, tão insigne e venturosa que em poder de senhorios vários e de várias nações costumadas a escurecer glórias alheias, aumentou tanto a sua que nos nossos tempos lhe coube ser sem controvérsia alguma Rainha do Oceano Atlântico, Arábico, Persico, Índico e Boreal, escolhida por Deus para esclarecer o mundo e acender o lume da fé em gentes bárbaras e nações feras.⁷¹

Acolhidos pelos carmelitas calçados em Lisboa, no convento do Carmo, Ambrósio Mariano e os sete carmelitas que o acompanharam iniciaram as diligências para a fundação do novo convento. A comitiva descalça visitou o Rei, tendo sido muito bem recebida, e foram recebidos pelo Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida que se encheu de alegria pela chegada da reforma teresiana a Portugal.⁷²

Para além do bom acolhimento do Rei e do Arcebispo de Lisboa, os religiosos reformados tiveram ainda o apoio, «a par da adesão de pessoas influentes e das camadas populares e dos demais estratos sociais, contou-se a das câmaras municipais, uma das instâncias de que dependia o consentimento para que os conventos se instalassem, depois da autorização régia e dos bispos residenciais».⁷³

⁶⁹ «Vuestra señoría me mande hacer saber si hay allá alguna nueva de paz, que me tiene hartó afligida lo que por acá oiço. [...] Porque si por mis pecados este negocio se lleva por guerra, temo grandísimo mal en ese reino, y a éste no puede dejar de venir gran daño. [...] Por acá dicen todos que nuestro rey es el que tiene la justicia y que há hecho todas las diligencias que ha podido para averiguarlo. [...] En tiempo que hay tan pocos cristianos, que se acaben unos a otros es gran desventura». Teresa de Jesús, 634.

⁷⁰ José Carlos Vechina, «Carmelitas Descalços», 300.

⁷¹ Belchior de Santa Ana, *Crónica de Carmelitas Descalços particular do Reino de Portugal e Província de Sam Fellype*, vol. 1 (Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1657) 79.

⁷² Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 10.

⁷³ Carlos Margaça Veiga, «A Ordem dos Carmelitas Descalços: Moldagem à realidade Portuguesa», em *A Reforma Teresiana em Portugal* (Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017), 132-133.

O primeiro local escolhido para iniciar vida religiosa foi na Pampulha, fora dos muros da cidade de Lisboa. Aí, no dia 15 de outubro de 1581, os carmelitas descalços celebraram a primeira missa e iniciaram a primeira fundação carmelita fora do solo espanhol; «para titular do convento escolheu-se São Filipe, em homenagem ao supremo magistrado da nação».⁷⁴ Esta primeira fundação recebeu São João da Cruz, quando se celebrou o Capítulo de 1585 em Lisboa. Refere Luis Frontela:

Apesar de ter sido o P. Ambrósio Mariano o fundador de Lisboa, 1581, é o P. Jerónimo Gracián a alma do nascente Carmelo Descalço Português. A presença do P. Jerónimo Gracián em terras portuguesas não esteve sempre relacionada com a implantação do Carmelo Descalço, mas sim com serviços a Filipe II, que apoiou a fundação de Lisboa e a implantação dos carmelitas Descalços em Portugal.⁷⁵

De facto, além de Ambrósio Mariano, Jerónimo Gracián, íntimo confidente de Santa Teresa de Jesus e da Corte espanhola, foi um dos protagonistas da fundação do Carmo Descalço em Portugal.

Como o número de novos religiosos foi aumentando, surgiu a necessidade de transferir a fundação para instalações maiores. Para tal, foi adquirida uma propriedade junto da capela de S. Crispim, perto do Castelo de São Jorge. A comunidade transferiu-se para o novo convento no dia 21 de outubro de 1604. Mais tarde, a 3 de maio de 1611, a fundação estabeleceu-se, definitivamente, perto do convento de Santo Alberto das Descalças, fundado em 1585, sob o orago de Nossa Senhora dos Remédios.⁷⁶

No Capítulo Geral, realizado em Pastrana, foi manifestado o interesse de erigir uma província portuguesa. A província andaluza, de quem dependiam os conventos descalços portugueses, opôs-se a tal ideia. Contudo, tal oposição foi superada mais tarde e, no Capítulo de Lisboa em 1612, foi erigida oficialmente a Província de São Filipe do Reino de Portugal.⁷⁷

Em 1735, Inácio ingressa na Província de São Filipe dos Carmelitas Descalços em Portugal, no convento dos Remédios, como dissemos. Nesta altura, a província contava com várias fundações, masculinas e femininas, em todo o território português.

Até à data de entrada de Inácio na Ordem, os carmelitas descalços haviam fundado os seguintes conventos masculinos: Nossa Senhora dos Remédios, em Lisboa (1581); Nossa

⁷⁴ David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 10.

⁷⁵ «A pesar de haber sido el P. Ambrosio Mariano el fundador de Lisboa, 1581, es el P. Jerónimo Gracián el alma del naciente Carmelo Descalzo portugués. La presencia del P. Jerónimo Gracián en tierras portuguesas no estuvo siempre relacionada con la implantación del Carmelo Descalzo, sino más bien con servicios a Felipe II, que apoyó la fundación de Lisboa y la implantación de los carmelitas Descalzos en Portugal». Luis Javier Fernández Frontela, «El Carmelo Descalzo: del carisma a la institucionalización», em *A Reforma Teresiana em Portugal* (Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017), 121.

⁷⁶ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 11-12.

⁷⁷ Cf. Fernández Frontela, «El Carmelo Descalzo», 121-122.

Senhora da Piedade, em Cascais (1594); Nossa Senhora dos Remédios, em Évora (1594); Divino Espírito Santo, em Alter do Chão (1595); Nossa Senhora do Carmo, em Figueiró dos Vinhos (1600); São José, em Coimbra (1603); Nossa Senhora do Carmo, em Aveiro (1613); Nossa Senhora do Carmo, no Porto (1617); Nossa Senhora do Carmo, em Viana do Castelo (1618); Nossa Senhora do Carmo, em Goa – Índia (1620); Santa Cruz, no Buçaco (1628); Santa Teresa de Jesus, em Santarém (1646); Nossa Senhora da Encarnação, em Olhalvo (1648); Nossa Senhora do Carmo, em Braga (1653); Nossa Senhora do Carmo, em Luanda (1659); Santa Teresa de Jesus, em Setúbal (1660); *Corpus Christi*, em Lisboa (1661); Santa Teresa de Jesus, na Baía – Brasil (1665); São João da Cruz, em Carnide – Lisboa (1681); Santa Teresa de Jesus, em Olinda – Brasil (1686). As irmãs carmelitas descalças tinham erigido cenóbios igualmente em todo o território: Santo Alberto, em Lisboa (1585); Santa Teresa de Jesus, em Carnide – Lisboa (1642); São João Evangelista, em Aveiro (1658); Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, em Lisboa (1681); São José, em Évora (1681); São José, no Porto (1702).⁷⁸

Esta longa lista fundacional demonstra a vitalidade que o Carmo Descalço manifestou em Portugal com inúmeras fundações, masculinas e femininas, aquém e além-mar. A estas seguiram-se ainda outras, já contemporâneas a Fr. Inácio de São Caetano. Importa ainda referir que os padroeiros destas fundações eram pessoas que gozavam de um alto estatuto na sociedade e na Igreja em Portugal. Vejamos, por exemplo, que o Convento feminino de Santa Teresa de Jesus e o Convento masculino de São João da Cruz, ambos em Carnide, tiveram como padroeira D. Maria Josefa de Santa Teresa, filho de D. João IV, rei de Portugal; o Convento masculino do *Corpus Christi*, em Lisboa, foi fundado e teve como padroeira a rainha D. Luísa de Gusmão; o Convento feminino de Santa Teresa de Jesus, em Braga, foi fundado pelo arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança; um exemplo bem elucidativo daquilo a que nos referimos e que se relaciona diretamente com Inácio de São Caetano é a fundação do Convento do Coração de Jesus da Estrela, em Lisboa, pela rainha D. Maria I, como veremos mais à frente neste trabalho.⁷⁹

2.2. O Noviciado nos Remédios de Lisboa

Como afirmámos, o jovem Inácio, com a tenra idade de 17 anos, tomou o hábito carmelita e iniciou o Noviciado no Convento dos Remédios, em Lisboa, no dia 5 de janeiro de

⁷⁸ Cf. José João Loureiro, «Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)», em *A Reforma Teresiana em Portugal* (Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017), 23-25.

⁷⁹ Cf. Loureiro, «Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)», 24-26.

1735. Manuel de Santo Ambrósio apresenta uma descrição sobre esta etapa inicial da vida religiosa:

São os Noviciados da Descalcez humas escolas de perfeição, onde se aprende a debellar as paixões, domar os appetites, mortificar os sentidos, contrafazer a vontade propria, o genio, e ainda o natural. Os rigores são de todos os instantes; a disciplina, o cilicio, o jejum, o silencio, o recolhimento perpetuos. O Coro, a oração, a lição, os exercicios de piedade quotidianos. A cama dura, o vestido aspero, a comida pobre.⁸⁰

Apesar da dureza manifestada nesta descrição, que deve ser compreendida à luz da época, o biógrafo de Fr. Inácio refere que este foi sempre assíduo nas obrigações exigidas no Noviciado dos Remédios em Lisboa: «Era Fr. Ignacio tenra planta, e o sabio Agricultor a foi regando de sorte que lançasse raizes fundas, e brotasse ramos verdes, e frutos agradaveis de honra, de benção, e de honestidade».⁸¹

O Mestre de Noviciado foi José de Santa Inês, «hum dos sujeitos mais habeis, que tem conhecido a Reforma para aquelle ministerio da maior importancia».⁸² O Prior do Convento de Nossa Senhora dos Remédios era Manuel de Jesus Maria José, que viria a ser Provincial no triénio de 1736-1739 e, ainda, Geral da Ordem entre 1754 e 1757.⁸³ Foi nas mãos de Manuel de Jesus Maria e José que Inácio fez a sua Profissão Religiosa no dia 6 de janeiro de 1736, tendo adotado como nome religioso Inácio de São Caetano, em honra dos santos que a Igreja no dia do seu nascimento e do seu Batismo.

2.3. Estudos filosóficos e teológicos

Em outubro de 1736, o jovem religioso Inácio de São Caetano parte para Évora, para o Colégio de Nossa Senhora dos Remédios, para prosseguir os estudos nas Artes e em Filosofia.

Era, então, Leitor neste Colégio da Descalcez o carmelita descalço José de Jesus Maria: «Os seus grandes talentos mercêrão o officio, e o credito de toda a Religião. Era Filosofo consumado, e versadissimo nas doutrinas, e systemas daquelles tempos, como testemunhão os ilustres discipulos, que deixou depois de si».⁸⁴ Inácio de São Caetano destacou-se no aproveitamento dos estudos filosóficos, merecendo a apreciação positiva do seu Mestre.

Concluído o triénio de estudos filosóficos em Évora, o carmelita flaviense é transferido em outubro de 1739 para o Colégio de São José, em Coimbra, para iniciar o estudo da Teologia.

⁸⁰ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 21-22.

⁸¹ Manoel de Santo Ambrósio, 24.

⁸² Manoel de Santo Ambrósio, 23.

⁸³ Cf. Silvério de Santa Teresa, *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y America*, vol. 11 (Burgos: Editorial Monte Carmelo, 1943), 515.

⁸⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 29.

A partir de 1623, por ter mestres bem formados em Teologia, os estudantes carmelitas tinham aulas no próprio Colégio.⁸⁵

Após os três anos de estudos de Teologia, os superiores pediram ao jovem estudante que permanecesse no Colégio de São José dos Marianos por mais três anos para se tornar Mestre em Teologia e aptar-se à lecionação nos colégios da Ordem.⁸⁶ Assim, Inácio de São Caetano permanecerá neste Colégio conimbricense até 1745, tendo sido ordenado presbítero⁸⁷ pelo bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação a 8 de setembro de 1742.⁸⁸

3. NO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM BRAGA: 1745-1757

Em 1745, Inácio de São Caetano é enviado para o Colégio de Nossa Senhora do Carmo, em Braga, como Lente substituto de Teologia. A fundação da Descalcez na Metrópole de Braga tinha ocorrido em 1653. Mais tarde, em 1739, este convento tornou-se Colégio de Filosofia e, em 1744, de Teologia.⁸⁹

3.1. Diretor espiritual do Arcebispo de Braga

A atividade docente de Inácio prosseguirá até que em 1748 regerá a cadeira de Sagrada Escritura no colégio bracarense, tornando-se Lente de Teologia. A fama de Inácio de São Caetano espalhou-se em toda a Arquidiocese, chegando aos ouvidos Arcebispo Primaz.⁹⁰

Era, então, arcebispo de Braga D. José de Bragança (1703-1756). Filho de D. Pedro II e de D. Francisca Clara da Silva, o prelado nasceu no dia 6 de maio de 1703. Estudou Filosofia e Teologia em Évora e doutorou-se em Teologia no ano de 1733. Foi ordenado presbítero em setembro de 1728 e nomeado arcebispo de Braga em 1739. Foi sagrado bispo na Sé Patriarcal de Lisboa a 5 de fevereiro de 1741. No dia 23 de julho de 1741 tomou posse solenemente da Mitra da Arquidiocese de Braga. Determinado em restabelecer a disciplina eclesiástica, o seu episcopado ficou marcado por diversos conflitos com o cabido bracarense. Numa visita pastoral realizada na vila de Ponte de Lima, veio a falecer a 3 de junho de 1756.⁹¹

⁸⁵ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 33.

⁸⁶ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 32.

⁸⁷ Ver Anexo 2.

⁸⁸ Cf. *Cabido e ordens de Missa: ordenações sacerdotais*, livro 3, 25v-26r, Arquivo da Universidade de Coimbra.

⁸⁹ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 75.

⁹⁰ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 55.

⁹¹ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, 604-605.

Para a missão episcopal que realizou na arquidiocese bracarense, quis D. José de Bragança ter como confessor e diretor espiritual Fr. Inácio de São Caetano. Declara Manuel de Santo Ambrósio:

O Serenissimo Senhor D. José de Bragança, meritissimo Arcebispo daquela Metropoli, mostrou bem o alto conceito que tinha formado da literatura de Fr. Ignacio, quando, depois de nomeallo Examinador Synodal do seu Arcebispado, o elegeo por Confessor da sua Real Pessoa, e usou antes, e depois do seu conselho para o bom regimen da sua extensa Diocese.⁹²

Desta forma, em 1745, quando chega a Braga já afamado das suas virtudes, é nomeado Examinador Sinodal da Arquidiocese bracarense. Refere Montalvão Machado que «não podia o prelado bracarense conseguir melhor confidente, para o ajudar a suportar as contrariedades tão amargas que vinha sofrendo, naquele mar eclesiástico, tão pouco bonançoso».⁹³

Na acima referida visita pastoral realizada em Ponte de Lima no ano de 1756, D. José de Bragança foi acompanhado pelo seu confessor. Assaltado por grave enfermidade, veio a falecer em plenas funções pastorais, tendo a seu lado Inácio de São Caetano. O confessor acompanhou o corpo do arcebispo até à Sé de Braga.⁹⁴

3.2. Docente e Prior do Colégio do Carmo

No Colégio de Nossa Senhora do Carmo, Inácio não se bastou a exercer funções docentes. Em 1754, no Capítulo Geral celebrado em São Pedro de Pastrana, foi eleito Prior do Colégio, tendo tomado posse a 10 de junho desse mesmo ano. Confessa o seu biógrafo: «Em huma palavra, em tudo era Prelado completo, e qual se requeria para hum Collegio da Reforma Carmelita».⁹⁵

Nesse mesmo Capítulo Geral foi eleito Geral o P. Fr. Manuel de Jesus Maria José, que havia sido prior dos Remédios quando Inácio era lá noviço, como dissemos. O novo Geral visitou vários conventos na Província portuguesa de São Filipe, tendo passado pelo Colégio do Carmo de Braga nos finais de agosto ou inícios de setembro de 1755. Em Braga, sendo Inácio prior do mesmo Colégio, celebrou-se o Definitório Geral. Nesta assembleia destacou-se Inácio de São Caetano quando foi solicitado para discursar, ele que era um reconhecido orador no seio da Ordem.⁹⁶

⁹² Manoel de Santo Ambrósio, 142.

⁹³ Machado, *Quem livrou Pombal*, 57.

⁹⁴ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 48-49.

⁹⁵ Manoel de Santo Ambrósio, 42-43.

⁹⁶ Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 25.

Entre os definidores gerais da Congregação levantou-se um debate relativo à primazia das Igrejas na Península, entre Braga e Toledo. O prior discursou eloquentemente, defendendo a primazia da Igreja de Braga. Mereceu o reconhecimento de todos os presentes de tal forma que lhe foi pedido que esclarecesse o Definitório sobre algumas dúvidas relativas à Predestinação que chegavam da Alemanha.⁹⁷

É inegável que o período passado por Inácio de São Caetano em Braga o ocupou a aprofundar algumas questões relativas a esta antiga arquidiocese. Prova disso são duas obras, dissertações críticas e apoloéticas, do seu *corpus* que refletem precisamente duas questões sobre a arquidiocese bracarense: uma versa sobre a autenticidade do primeiro concílio bracarense,⁹⁸ outra sobre o culto a São Pedro de Rates e outros santos especialmente venerados em Braga.⁹⁹ Ambas as obras, do ano de 1773 e assinadas sob o pseudónimo de *Lusitano Philopatris*, respondem a um “sábio moderno” que era António Pereira de Figueiredo (1725-1797), padre da Congregação do Oratório, e que iremos analisar no capítulo seguinte.¹⁰⁰

Fr. Inácio de São Caetano, no Capítulo Provincial celebrado em 1756 no Colégio de São José, em Coimbra, foi eleito primeiro substituto dos sócios para ir ao Capítulo Geral em São Pedro de Pastrana.¹⁰¹ A 31 de janeiro do ano seguinte, juntamente com os carmelitas Félix de Santa Teresa e Manuel de São Joaquim, parte para Pastrana para a celebração do Capítulo Geral. O P. Fr. Félix de Santa Teresa foi eleito Provincial e Fr. Manuel de São Joaquim foi nomeado Definidor Geral, tendo permanecido em solo espanhol. O prior de Braga recebeu também uma nova missão da parte do Capítulo Geral: havia sido nomeado prior do convento de São João da Cruz de Carnide, em Lisboa.¹⁰² Nesse mesmo ano de 1757, Inácio de São Caetano ocuparia ainda o lugar de cronista da Província de São Filipe.¹⁰³

Como prior do Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Braga, Inácio de São Caetano pautou-se por um incremento na qualidade do Colégio carmelita, tendo melhorado o seu espaço e o seu recheio.¹⁰⁴ A passagem de Fr. Inácio pela metrópole bracarense foi deveras profícua e

⁹⁷ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 45-46.

⁹⁸ Lusitano Philopatris [Inácio de São Caetano], *Dissertação crítica e apoloética da autenticidade do primeiro Concílio bracharense, celebrado em 411, vindicada contra os vãos esforços, que para provar a sua suposição fizeram Gaspar Estaço, o P. M. Macedo, o dr. Manuel Pereira da Silva Leal, e ultimamente um sabio moderno* (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773).

⁹⁹ Lusitano Philopatris [Inácio de São Caetano]. *Dissertação crítica e apoloética a favor do culto de S. Pedro de Rates, e outros muitos santos que se veneram na Igreja de Braga: Resposta á dissertação crítica, que contra o culto dos mesmos Santos, para servir de plano a reforma do Breviario da mesma Cathedral compôs hum Sabio Critico Moderno*. Série Azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

¹⁰⁰ Cf. Inocência Francisco da Silva, «D. Fr. Ignacio de S. Caetano», em *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 3 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1859), 205.

¹⁰¹ Cf. *Livro dos Capítulos Provinciais (1612-1772) da Província de S. Filipe e Capítulos Gerais (1772-1808) da Província de N. Senhora do Carmo da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços do Reino de Portugal*, 213r, Biblioteca da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços, Fátima.

¹⁰² Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 59.

¹⁰³ Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 25.

¹⁰⁴ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 49.

notável. Destaca-se a sua ação docente, onde brilha pelas suas qualidades intelectuais, já manifestadas no período formativo e ainda a sua eloquência e qualidades bem apreciadas de oratória. Note-se ainda o início da relação de Inácio de São Caetano com os Bragança, ocorrida em Braga, quando este se torna confessor do arcebispo de Braga, D. José de Bragança, irmão de D. João V. De facto, como veremos mais à frente, a relação do carmelita flaviense com a Coroa portuguesa prolongar-se-á.

Adivinhavam-se tempos novos na vida de Inácio de São Caetano. Desde o convento minhoto será chamado a regressar à capital do Reino para novas funções no seio da sua Ordem. Desde o claustro olisiponense abre-se um novo capítulo na biografia deste carmelita descalço, um período marcado pela convivência entre dois espaços distintos: o claustro e o palácio.

CAPÍTULO 2: ENTRE O CLAUSTRO E O PALÁCIO

O percurso de Inácio de São Caetano desde o berço até ao claustro foi marcado por várias geografias. Desde as paisagens transmontanas até aos prados castelhanos, o jovem Inácio acabou por decidir vestir o hábito de Descalço Carmelita fazendo o Noviciado nos Remédios de Lisboa.

Promissor nos estudos filosóficos e teológicos, o jovem carmelita demarcou-se dos seus pares e manifestou aos seus formadores as capacidades para a atividade letiva no seio da Ordem. Assim, em Braga, leu Teologia e priorou pela primeira vez um convento dos Descalços. Além disso, teve a oportunidade de orientar espiritualmente o Arcebispo de Braga e de contactar pela primeira vez com os Bragança.

Contudo, o percurso de Inácio de São Caetano não terminaria na metrópole bracarense. A *Águia*, como carinhosamente o tratava o pai, voaria agora novamente para a capital do Reino. Serão confiadas a este carmelita novas missões, nomeadamente como prior e diretor espiritual. Como prior, o célebre convento de São João da Cruz de Carnide, como diretor espiritual, a Corte de D. José.

Assim, Inácio de São Caetano ver-se-á entre o claustro e o palácio, como um religioso carmelita descalço a quem serão confiadas missões nos círculos áulicos e, por conseguinte, nos destinos do Reino luso.

1. PRIOR DO CONVENTO DE CARNIDE E CONFESSOR NA CORTE: 1757-1770

Foi o P. Fr. Inácio de São Caetano o vigésimo oitavo Prior do convento de São João da Cruz de Carnide, em Lisboa, tomando posse em 19 de junho de 1757. Durante o seu priorado, foi seu Superior o P. Fr. Manuel da Natividade.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Cf. *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços: De q hé Fundadora, & Padroeira a Sereniss^a Snra D. Maria, filha do Sereniss^o Rey, & Snr D. João o 4^o. Restaurador da liberdade Portuguesa, & verdadeyro Pay da Patria. Anno de 1681*, 32r, Convento de São João da Cruz de Carnide, livro 1, Ordem dos Carmelitas Descalços, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Em pleno reinado de D. José, importa situar o novo prior de Carnide no contexto político e eclesial que Portugal vive no início da segunda metade de Setecentos. Como veremos ao longo deste capítulo, Inácio de São Caetano contactará de perto com as figuras marcantes do Portugal do século XVIII.

1.1. No reinado de D. José

Em 1750 sobe ao trono de Portugal D. José (1714-1777), sucedendo a D. João V, seu pai, que havia morrido no dia 31 de julho do mesmo ano. No reinado de D. José irá sobressair uma figura que permanecerá para sempre na história portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Conde de Oeiras e, mais tarde, Marquês de Pombal.

A sua carreira política iniciou-se como diplomata, desempenhando funções como legado português em Londres e embaixador em Viena. Regressado a Portugal, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, em 1750, tornou-se Ministro do Reino de D. José. O perfil governativo de Carvalho e Melo ficou marcado pelo reformismo no âmbito do despotismo esclarecido que ele mesmo protagonizou.¹⁰⁶ Informa-nos Luís de Oliveira Ramos:

Como governante despótico, símbolo português do iluminismo católico, jansenico-regalista, revela-se o marquês de Pombal. No reinado de D. José I, este ministro adoptou fórmulas do despotismo esclarecido, marchetadas por oportuno realismo, ao enfrentar as dificuldades do país e do império. Famoso pela alergia a Aristóteles, pela perseguição e expulsão dos Jesuítas, pelo combate à alta aristocracia, designadamente eclesiástica, pela reforma ilustrada da universidade e pela transformação secularizante e humanitária da Inquisição, pela reconstrução da cidade de Lisboa das Luzes que o terramoto arrasara e que ele faz renascer erigida de templos, segundo o urbanismo das Luzes, Pombal exerceu severo controlo sobre o Portugal eclesiástico e acalentou a ideia de estabelecer uma Igreja portuguesa, segundo os princípios galicanos.¹⁰⁷

O ideário despótico de Pombal refletia-se em todos os âmbitos da vida, também no religioso. Com o despotismo esclarecido «pretendia-se a criação de um Estado secular, apesar de católico, totalmente liberto da pressão ultramontana em questões de jurisdição, inequivocamente soberano face ao poder pontifício, a Igreja e o clero subordinados ao poder da Coroa e não interferindo no governo temporal do rei».¹⁰⁸

A relação de Sebastião José de Carvalho e Melo com a Igreja ficou marcada pela expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 e pelo corte e reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé. Acresce ainda a reestruturação levada a cabo por Pombal no Tribunal do Santo

¹⁰⁶ Cf. Zília Osório de Castro, «Pombalismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, 462.

¹⁰⁷ Luís de Oliveira Ramos, «Iluminismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, 418.

¹⁰⁸ José Pedro Paiva, «A Igreja e o poder», em *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 2 (s.l.: Círculo de Leitores, 2000), 171.

Ofício.¹⁰⁹ Como veremos, Inácio de São Caetano figurará em algumas destas querelas. A visão de Pombal sobre a Igreja era clara:

A Igreja estava no Estado, dele fazendo parte e com ele colaborando na promoção da felicidade e tranquilidade dos “cidadãos”. O pombalismo, sem ignorar o caráter específico da missão da Igreja, atribuiu-lhe uma função política que, enquanto tal, a punha na dependência da autoridade do rei.¹¹⁰

Sem dúvida que esta opção política de Carvalho e Melo, manifestada não só no contexto eclesiástico (veja-se a execução dos Távoras), revela uma estratégia clara de implementar no Portugal de Setecentos a ideologia iluminista que brilhava na Europa. Neste sentido, refere Cândido dos Santos que «Pombal é um homem do século das luzes e a sua acção governativa, inspirada na filosofia política do Iluminismo, desenvolve-se na última fase do Absolutismo – o despotismo esclarecido».¹¹¹

Sebastião José de Carvalho e Melo apresentava um ideário claro nas suas intenções. Pombal pretendia uma independência face a Roma e à Igreja. Por isso, perseguirá a Companhia de Jesus e outras figuras eclesiásticas, como o bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação ou o inquisidor-gera D. José de Bragança. Além disso, as dissidências com o núncio apostólico refletem a vontade de Carvalho e Melo em libertar-se de Roma, afirmando a independência do poder do Estado.¹¹²

Interessa-nos escrutinar a campanha empreendida por Sebastião José de Carvalho e Melo contra a Companhia de Jesus. Trata-se de um assunto complexo, largamente tratado, mas que, como veremos, em alguns dos seus episódios, trará à luz o nome de Inácio de São Caetano.

É curioso que o ministro plenipotenciário de D. José, protegido inicialmente pelos padres da Companhia, «viria a tornar-se no seu mais feroz inimigo e implacável perseguidor, tendo levado a cabo a expulsão de 1759 e movido todos os recursos de que dispunha para obter de Roma a extinção da ordem inaciana».¹¹³

Em 1755, no dia 7 de junho, é criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão por D. José, proposta de Carvalho e Melo. Esta Companhia gozava de privilégios a nível comercial relativos ao Brasil, concentrando no aparelho do Estado o controlo do comércio da colónia brasileira. Vários jesuítas opuseram-se publicamente à criação da suprarreferida Companhia.

¹⁰⁹ Cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, 2ª ed. (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016), 334.

¹¹⁰ Zília Osório Castro, «Pombalismo», 464.

¹¹¹ Cândido dos Santos, «Pombal e o Iluminismo», *Humanística e Teologia* 3, n. 3 (1982): 299.

¹¹² Cf. Paiva, «A Igreja e o poder», 172.

¹¹³ António Júlio Limpo Trigueiros, «Expulsão, exílio e supressão dos Jesuítas na Assistência Lusitana», *Brotéria* 179, n. 5/6 (2014): 343.

Ora, tais manifestações de oposição custaram a expulsão de vários padres da Companhia de Jesus dos territórios do Grão-Pará e do Maranhão.¹¹⁴

Meses mais tarde, Lisboa foi devastada por um terrível terramoto, ocorrido no dia 1 de novembro de 1755. Na linguagem de José Eduardo Franco, o Terramoto de 1755 abria as portas ao «advento do sismo jesuítico».¹¹⁵

Os jesuítas, pela sua íntima ligação ao Papa e pelo controlo que tinham do ensino em Portugal, representavam uma clara oposição ao ideal pombalino de uma Igreja submetida ao Estado. Assim, «a campanha propagandística anti-jesuítica liderada por Carvalho e Melo e por um grupo de zelosos funcionários e editores levou à formulação de uma série de acusações publicitadas em toda a Europa, em sucessivas edições daquilo a que por vezes se chama, ironicamente, os ‘catecismos pombalinos’».¹¹⁶ Destaca Nuno da Silva Gonçalves:

Entre essas acusações encontravam-se: a resistência dos jesuítas à aplicação do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e a Espanha para a delimitação de fronteiras na América do Sul; a oposição, no Brasil setentrional, às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de actividades comerciais proibidas a religiosos; a decadência dos jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; a participação, pelo menos moral, no atentado contra D. José a 3 de Setembro de 1758 e na revolta popular do Porto ocorrida em 1757.¹¹⁷

O desastre natural ocorrido no dia 1 de novembro de 1755 não deixou de ser aproveitado por vários padres jesuítas para o assumirem como consequência das políticas administradas pelo ministro de D. José. Estes pregadores protelavam que o terrível terramoto que fustigou Lisboa era um castigo enviado por Deus pelos destinos que Carvalho e Melo traçava para Portugal. A mais famosa intervenção neste âmbito foi a do jesuíta italiano Gabriel Malagrida (1689-1761), que havia sido missionário no Brasil e se encontrava, naquela altura, em Lisboa a orientar exercícios espirituais a membros da aristocracia portuguesa.¹¹⁸

No opúsculo intitulado *Juízo da verdadeira causa do terramoto*, publicado em 1756, Malagrida «deixa passar uma crítica indirecta ao novo estilo de governação que se vinha afirmando sob a égide de Pombal»,¹¹⁹ nomeadamente da perseguição contra os jesuítas que se encontrava em marcha. Importa referir que o jesuíta italiano gozava de grande prestígio nos círculos nobres e na própria Corte portuguesa. De facto, e fruto dessa intimidade, chegou a oferecer exemplares do seu opúsculo à Família Real e ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo. Numa carta endereçada à Marquesa de Távora a 26 de novembro de 1756, confessa:

¹¹⁴ Cf. Trigueiros, «Expulsão, exílio e supressão dos Jesuítas na Assistência Lusitana», 350-351.

¹¹⁵ José Eduardo Franco, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», *Lusitania Sacra* 28, n. 2 (2006): 153.

¹¹⁶ Trigueiros, «Expulsão, exílio e supressão dos Jesuítas na Assistência Lusitana», 349-350.

¹¹⁷ Nuno da Silva Gonçalves, «Jesuítas», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, 26.

¹¹⁸ Cf. Franco, «O “terramoto” pombalino», 153-154.

¹¹⁹ Franco, 155.

«Dizem que o meu *Juízo no terramoto* despertou outros terramotos e que realmente estou arguido e condenado por infamar nele muita gente». ¹²⁰

Carvalho e Melo travou uma perseguição clara contra Gabriel Malagrida alimentada pelas afirmações deste nesta obra e, também, pela sua presumível implicação – juntamente com outros jesuítas – no atentado realizado contra o rei a 3 de setembro de 1758. ¹²¹

Conclui José Eduardo Franco: «A ousadia de Malagrida acabará por ser-lhe fatal, fortalecendo ainda mais a convicção crescente de Sebastião José de que os Jesuítas constituíam uma séria ameaça, uma força de bloqueio ao seu ideário político, que não bastaria simplesmente calar, mas que seria preciso eliminar». ¹²²

Por isso, Gabriel Malagrida foi desterrado de Lisboa para Setúbal. Desde Setúbal, o jesuíta italiano dirige-se ao Papa Clemente XIII em 1758. Escutemos as suas sentidas palavras:

Onde está a causa de tamanha destruição? A quem atribuir a culpa desta miserável tragédia? [...] Se indicar, na Corte, o Supremo Ministro Carvalho não me afastarei da verdade. Este é o arquiteto de tanta ruína, de tanto trabalho para obscurecer o esplendor do nome da nossa Companhia, foi ele que apertou demasiado seus olhos com seus escritos satíricos famosos. Por toda a Terra, saiu sua voz e, no extremo da Terra, suas palavras. Estes seus escritos, em que somos atacados com estilo cruento, mostram seu ódio tão imenso, virulento, implacável, até o ponto que, se fosse em seu poder, cortaria de um só golpe a cabeça de todos os jesuítas. Contra mim, sobretudo, vomitou a dureza de seu fel que a longo coletou. ¹²³

Mais tarde, já enfraquecido e malogrado, foi «julgado, e depois queimado vivo em 1761, por pretensa acusação de heresia, [...] associado à conjura dos Távoras». ¹²⁴ Analisaremos neste nosso trabalho este processo já que, como veremos, Inácio de São Caetano nele interveio diretamente.

Outro episódio fundamental da campanha contra os jesuítas é a expulsão da Corte de todos os padres da Companhia de Jesus na noite do dia 21 de setembro de 1759. O grupo de jesuítas que foram intimados a abandonarem imediatamente a Corte régia era constituído por «José Moreira, confessor de D. José I e de sua esposa, por Timóteo de Oliveira, preceptor dos infantes, pelo Pe. Jacinto da Costa, confessor de D. Pedro, e Manuel de Campos e José Aranquez, o primeiro director espiritual de D. António e o segundo de D. Manuel, tios do Rei». ¹²⁵

O jesuíta Timóteo de Oliveira, mestre e confessor da então Princesa do Brasil, D. Maria, futura rainha de Portugal, numa carta a ela endereçada em 1778 aquando do seu aniversário,

¹²⁰ Gabriel Malagrida, *Cartas e escritos*, trad. e org. de Ilário Govoni (Belém: Editora Paka-Tatu, 2012), 147.

¹²¹ Cf. Marocci e Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 337.

¹²² Franco, «O “terramoto” pombalino», 157.

¹²³ Malagrida, *Cartas e escritos*, 200-201.

¹²⁴ Adélio Fernando Abreu, «Iluminismo e cristianismo em Portugal: Uma abordagem histórica», *Humanística e Teologia* 33, n. 2 (2012): 57.

¹²⁵ Franco, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», 168.

declara: «Uma voz, que em outro tempo teve a honra e felicidade de ser ouvida, repetidas vezes, por V. Majestade, neste venturoso dia: uma voz, há mais de vinte anos muda, porque a mesma cruel e infiel mão, que a fez separar dos pés de V. Majestade com desumana violência lhe serrou a boca e a sepultura em vida». ¹²⁶ De facto, ficou gravada na história a tristeza e as lágrimas choradas pela Princesa do Brasil quando soube da expulsão do seu confessor naquela noite. ¹²⁷

Após a expulsão dos confessores régios, imediatamente foram escolhidos novos eclesiásticos para ocuparem os lugares vacantes. Informa-nos José Timóteo Montalvão Machado que

para confessor de el-rei foi escolhido o Padre Mestre Fr. António de Santa Ana, antigo provincial da Reforma de São Pedro de Alcântara; competiu à rainha D. Maria Ana Vitória o Padre Mestre Fr. António da Anunciação, antigo vigário geral dos agostinhos descalços; e finalmente para confessor da Princesa do Brasil e suas irmãs foi escolhido o Padre Mestre Doutor Fr. José Pereira de Santa Ana, antigo provincial e cronista da Ordem dos Carmelitas Observantes, ou seja, dos carmelitas calçados. ¹²⁸

José Pereira de Santa Ana, porém, não permaneceu muito tempo no desempenho desta função que lhe era confiada, provocada pela expulsão da corte dos padres da Companhia de Jesus.

1.2. Prior ativo em Carnide

A *Águia*, como lhe chamava o pai, voltou a voar para Lisboa, desta vez para o convento de Carnide. Este convento, como adiantámos em cima, fora erigido em 1681 sob o padroado régio de Maria Josefa de Santa Teresa, filha de D. João IV, descalça do cenóbio de Santa Teresa de Jesus no lugar de Carnide. D. Maria desejava ter os descalços mais perto para que assistissem espiritualmente ao seu cenóbio. Em 1787, um ano antes do falecimento de Inácio de São Caetano, este convento viria a ocupar a função de Colégio de Filosofia. ¹²⁹

Quando Inácio de São Caetano assumiu o priorado de Carnide, constatou que ao convento lhe faltavam algumas coisas. Por um lado, «como era estudioso, não se esqueceu de ir formando a livraria, em que gastou huma somma consideravel para livros escolhidos, e depois enriqueceu de muitas obras». ¹³⁰ Para a livraria muito contribuíram também D. Pedro III (esposo da futura rainha D. Maria I) e os seus irmãos, D. José e o infante D. António. Por outro lado, como destaca Sandra Saldanha, Inácio «promoveu importantes obras de beneficiação,

¹²⁶ Alice Lázaro, *A Virtuosa Arte de Reinar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I pelo seu Confessor* (Lisboa: Chiado Editora, 2016), 313.

¹²⁷ Cf. Lázaro, *A Virtuosa Arte de Reinar*, 312.

¹²⁸ Machado, *Quem livrou Pombal*, 94-95.

¹²⁹ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 95-97.

¹³⁰ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 57.

acabamentos e restauro dos estragos provocados pelo Terramoto, sobretudo no decurso do triénio do seu priorado». ¹³¹ Sobre a ação de Inácio de São Caetano na direção do convento de São João da Cruz de Carnide:

Desde o Padre mais grave até o ultimo Leigo, todos fazião o objecto da sua ternura, e de sua caridade, sem que deixasse de lembrar-se da idade, e necessidade de cada hum, conforme o preceito da Regra. Não sabemos com tudo, que attendesse a si mesmo, ainda quando seu trabalho, e fadigas pedião alguma mitigação a seu respeito. Em huma palavra, cuidava [...] em se fazer sinceramente a fôrma, e o modelo do seu rebanho. ¹³²

Refere ainda o *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide* que «meteo no Convento 60000 reis de mantas novas de Castella; cento e oitenta mil reis de livros, e fez mais obras a q Ds nosso Snr o ajudou». ¹³³ Muitas destas outras obras são elencadas por Sandra Costa Saldanha, nomeadamente a construção do claustro conventual, entre 1778 e 1781, já como arcebispo de Tessalónica. ¹³⁴ e a intervenção realizada na capela do Santíssimo Sacramento. ¹³⁵

Inácio de São Caetano nutria uma grande devoção pelo Sacramento da Eucaristia. Por essa razão, «sem reparar na despeza, [veio] edificar segunda vez a Capella do Santissimo do nosso Convento de Carnide, por não corresponder da primeira á sua devoção, e ainda menos ao seu desejo». ¹³⁶

No priorado do P. Fr. Duarte de S. João da Cruz (1772-1775), na altura como bispo de Penafiel, patrocinou a conclusão do dormitório do convento, obra iniciada no triénio anterior, quando era prior o irmão de sangue de Inácio de São Caetano, P. Fr. Manuel da Cruz. ¹³⁷ Com estas obras, vemos como Inácio de São Caetano, mesmo como bispo de Penafiel e arcebispo de Tessalónica, sempre se manteve próximo da sua Ordem.

1.3. Confessor da Princesa do Brasil e das Infantas de Portugal

No último dia do mês de janeiro de 1759 veio a falecer José Pereira de Santa Ana, confessor da Sereníssima Princesa e das Infantas, suas irmãs. O Rei quis acudir às suas filhas que se viam, novamente, desprovidas de confessor. Para tal, procurou encontrar alguém que fosse digno de ocupar este lugar e «veio por fim a declarar que a sua Real vontade se inclinava

¹³¹ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 27.

¹³² Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 58.

¹³³ *Livro da Fundação*, 33v.

¹³⁴ Cf. *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços*, 33r.

¹³⁵ Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 28.

¹³⁶ Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 137.

¹³⁷ *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços*, 33r.

ao Padre Fr. Ignacio de S. Caetano, Prior actual dos Carmelitas Descalços do Convento de Carnide». ¹³⁸

Em meados de fevereiro do mesmo ano de 1759 o carmelita descalço flaviense apresenta-se na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, diante de Carvalho e Melo, onde lhe é informada a vontade de D. José de que seja o confessor das suas filhas. Inácio de São Caetano aceita este novo ofício e parte para Salvaterra de Magos, onde se encontravam a Princesa e as Infantas, para iniciar funções. O novo confessor régio «já mais faltou de dia, ou de noite ao alívio, e consolação, que pudesse ser útil á Serenissima Princeza, e Infantas». ¹³⁹ A *Águia* voava agora para os círculos áulicos da Corte Portuguesa.

Sobre o modo de ser e de atuar de Inácio de São Caetano como confessor régio, declara Caetano Beirão que «o confessor da Rainha, fr. Inácio de S. Caetano, [...] não era dado a excessos de devoção e, pelo contrário, combatia no ânimo da sua régia confessada os exagerados escrúpulos que por vezes a assaltavam». ¹⁴⁰ Refere ainda Montalvão Machado que o carmelita flaviense se empenhava em «desviá-la do misticismo intenso, da superstição ignorante, da quimera absurda». ¹⁴¹ A partir destas palavras que descrevem de que forma o carmelita descalço orientava espiritualmente a Princesa e as Infantas, ressoa indubitavelmente a exclamação de Teresa de Jesus na sua autobiografia: «De devoções à toa, livre-nos Deus!». ¹⁴²

Ao lermos a biografia redigida por Manuel de Santo Ambrósio sobre Inácio de São Caetano, fica claro que a escolha do novo confessor partiu do próprio Rei. ¹⁴³ Outros, porém, não concordam com tal visão e afirmam que a eleição foi obra de Sebastião José de Carvalho e Melo. Uma dessas vozes é a de Fortunato de Almeida: «A eleição do novo confessor foi certamente obra do Marquês de Pombal, que nele [em Inácio de São Caetano] contava achar cego instrumento do seu despotismo, pronto a desfazer escrúpulos no ânimo da Rainha e das princesas». ¹⁴⁴

Na licença do Santo Ofício de um dos sermões de Inácio de São Caetano, Joaquim de Santa Ana, da Ordem de S. Paulo, declara: «Que bem o comprehendeo o nosso Fidelissimo Monarca, destinando-o para Confessor da Serenissima Senhora Princeza do Brasil, confiando de sua litteratura, e virtudes a direcção de huma tão Augusta Princeza». ¹⁴⁵

¹³⁸ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 62.

¹³⁹ Manoel de Santo Ambrósio, 72.

¹⁴⁰ Beirão, *D. Maria I*, 37-38.

¹⁴¹ Machado, *Quem livrou Pombal*, 195.

¹⁴² «De devociones a bobas nos libre Dios». Teresa de Jesús, *Libro de la Vida*, 4ª ed. (Burgos: Editorial Monte Carmelo, 1998), 132.

¹⁴³ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 64-65.

¹⁴⁴ Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 3, 570.

¹⁴⁵ Inácio de São Caetano, *Portugal agradecido: Oração gratulatoria* (Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1761), 56.

Montalvão Machado, na esteira de Manuel de Santo Ambrósio e através da apresentação de vários argumentos, não considera que a escolha do novo confessor tenha provindo do desejo do ministro de D. José, mas sim do próprio Rei. Declara:

Fr. Inácio não era homem para ostentações vaidosas, nem para tirar proveito de posições adquiridas. Nada nos permite supor que ele, entrado no Paço, fosse absorvido pela vontade e desejos de Carvalho e Melo. Era um religioso, como tal chegara ao seio da Família Real, mas não queria ultrapassar a barreira da sua missão. Quando, por mérito e virtudes, se recebe uma promoção, há naturalmente uma atitude de satisfação, perante o reconhecimento geral das qualidades demonstradas. Mas essa satisfação nem implica a exibição de vaidades, nem obriga a posições de subserviência, que molestam e rebaixam. Fr. Inácio de São Caetano assim o pensava e assim o realizava.¹⁴⁶

Num artigo recente publicado na revista *Brotéria* da Companhia de Jesus em Portugal, Paulo Drumond Braga discorre sobre a ação governativa de Pombal e o envolvimento de D. José nas decisões do seu ministro:

Convém nunca escamotear o facto de que a última palavra em relação a tudo o que se decidiu em Portugal entre o verão de 1750 e fevereiro de 1777 coube sempre ao rei D. José I, que, pouco interessado nas mil e uma tarefas de uma governação cada vez mais complexa, confiou-as ao valido e aos demais ministros, mas validou sempre as respetivas decisões.¹⁴⁷

O novo confessor da corte portuguesa procurava continuar a viver em fidelidade à sua vocação, conforme nos confessa o seu biógrafo: «Ahi mesmo era Carmelita Descalço; e procurando estar só comsigo no meio da multidão, cuidava que suas acções, e palavras não desdissem da sua profissão. [...] Recolhia-se ao seu quarto, e delle não sahia sem que a ocasião, ou obrigação indispensavelmente o requeressem».¹⁴⁸

Como já referimos, o carmelita flaviense, quando foi escolhido para ser o novo confessor da Princesa e das Infantas, era Prior do convento de São João da Cruz de Carnide. Achou, pois, conveniente permanecer no claustro de Carnide, apesar de desempenhar agora funções na Corte: «Desde Carnide acudia ao Paço nos dias do costume, e nos demais que era chamado; porém depois de satisfazer as funções do seu Ministerio, voltava logo ao Convento a gozar da tranquillidade da sua cella, e do seu sitio, que lhe roubava as atenções muito mais que as commodidades do Palacio».¹⁴⁹

Como vemos, quis Fr. Inácio continuar a viver no seu convento. Respeitando a sua decisão, o Rei quis prover de todas as condições o cenóbio de Carnide para que mais facilmente o confessor de suas filhas pudesse acudir ao Paço. O *Livro do Real Convento de Carnide de*

¹⁴⁶ Machado, *Quem livrou Pombal*, 96.

¹⁴⁷ Paulo Drumond Braga, «Para além da política: tarefas menos relevantes do Marquês de Pombal», *Brotéria* 192, n. 5/6 (2021): 484.

¹⁴⁸ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 67.

¹⁴⁹ Manoel de Santo Ambrósio, 68.

Carmelitas Descalços relata-nos que «p^a acomodação de dous mossos sege e bestas, q Elrey lhe deu p^a acodir as confissões as d^{tas} senhoras, mandou o m^o Snr. fazer as cazas q estão fronteiras alameda da Luz na nossa cerca, q custarão sinco mil e tantos cruzados». ¹⁵⁰

Inácio de São Caetano ocupou o cargo de prior de São João da Cruz de Carnide até 1760, quando foi substituído pelo seu irmão de sangue e de religião, Fr. Manuel da Cruz. ¹⁵¹ Exonerado deste cargo pelo Capítulo Geral para se encontrar mais livre para o serviço à Coroa, o carmelita flaviense não deixou de servir a sua Ordem. Desta vez, foi-lhe confiada a redação da História da Província da Descalcez em Portugal. ¹⁵²

No dia 3 de setembro de 1759, precisamente um ano após o atentado contra D. José, é publicada a lei que expulsa os padres da Companhia de Jesus de Portugal. Segue-se a saída dos jesuítas, a apropriação dos bens da Companhia e a publicação de pastorais por parte dos prelados sobre a expulsão dos filhos de Santo Inácio. Nesse mesmo ano o núncio apostólico Filipe Acciaiuoli é igualmente expulso de Portugal por não ter iluminado a sua residência em sinal de alegria e regozijo pelo casamento da princesa D. Maria, herdeira do trono português, celebrado a 6 de junho, com D. Pedro, seu tio paterno. Dava-se, desta forma, o corte de relações entre Portugal e a Santa Sé. ¹⁵³ De facto, «a exemplo de outros reis, D. José interrompe as relações com Roma, despede compulsivamente o núncio apostólico, o seu ministério propõe que os bispos outorguem licenças de casamento e chamem a si prerrogativas do foro papal, cujo influxo sobre a Igreja portuguesa sistematicamente procura reduzir». ¹⁵⁴ Consideramos importante frisar que

desde o início desta ofensiva, o poder pombalino teve especial preocupação de justificar as suas medidas com base em argumentos políticos, teológicos, jurídicos e históricos. Esse trabalho continuado de produção de um discurso antijesuítico – do qual se encarregaram o próprio Pombal e alguns dos seus principais colaboradores, como José de Seabra da Silva e António Pereira de Figueiredo – foi sistematicamente vertido quer em documentos de circulação restrita, quer no articulado das leis, quer, sobretudo, por meio de livros, opúsculos e panfletos impressos, muitos deles traduzidos – principalmente para francês, italiano, espanhol e alemão – e divulgados por toda a Europa. ¹⁵⁵

Mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e dos seus territórios, Carvalho e Melo prosseguiu o seu ataque contra a Congregação fundada por Santo Inácio. Declara Miguel de Oliveira:

¹⁵⁰ *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços*, 33v.

¹⁵¹ *Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços*, 33v.

¹⁵² Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 69.

¹⁵³ Cf. Trigueiros, «Expulsão, exílio e supressão dos Jesuítas na Assistência Lusitana», 356-357.

¹⁵⁴ Luís de Oliveira Ramos, «Regalismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, 98.

¹⁵⁵ José Vicente Serrão, «A supressão da Companhia de Jesus», em *História Global de Portugal*, dir. Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 484.

A obsessão dos jesuítas nunca mais deixou o espírito do Marquês. Em 1767, aparecia a *Dedução Cronológica*, dada à luz por José de Seabra da Silva, mas redigida por Sebastião José. [...] O tema geral é demonstrar que todos os males de Portugal, desde o reinado de D. João III, se devem aos jesuítas. A obra foi acolhida nos outros países, com enorme júbilo, pelos adversários da Companhia.¹⁵⁶

A demanda antijesuíta prosseguiria nas décadas seguintes, na Europa, tendo culminado com a supressão da Companhia de Jesus em 1773 pelo breve *Dominus ac Redemptor* de Clemente XIV. Sobre o “terramoto” contra a Companhia de Jesus, declara José Eduardo Franco:

Para o Marquês de Pombal desjesuitizar significava antes de mais iluminar, isto é, infundir as luzes da razão e do progresso no reino em ordem a dar-lhe oportunidade de recuperar o prestígio e a idade de ouro perdida. É nesta dinâmica política marcada pelo paradigma iluminista-reformista, que sob diferentes contextos e pretextos e com base em leituras acomodadas dos acontecimentos, de generalizações e efabulações, triunfou o pensamento conspiracionista que perpassou a política antijesuítica pombalina. Os Padres da Companhia foram, deste modo, envolvidos num manto mortal, e erguidos como uma esfinge mitificada do mal do Estado, como o grande alibi, donde o líder do governo despótico soube extrair, com habilidade, força mobilizadora e eficácia para realizar o seu ideário de transformação em Portugal.¹⁵⁷

Apesar da clara influência portuguesa em todo este processo, importa referir que a supressão se deve igualmente à onda antijesuítica que se ia formando na Europa e que apelava ao Papado que extinguisse a Companhia de Jesus.¹⁵⁸

1.4. Censor no Santo Ofício

Como censor do Tribunal do Santo Ofício, Inácio de São Caetano esteve envolvido em vários processos a cargo deste tribunal que vinha a ser assumido progressivamente por Pombal e pelo seu ideário político.

De entre as várias tarefas desempenhadas pelo carmelita pretendemos destacar o seu envolvimento no processo de Gabriel Malagrida e a sua apreciação à *Tentativa Theologica* do oratoriano António Pereira de Figueiredo, ideólogo de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em Portugal ficaram vários jesuítas, entre eles Gabriel Malagrida, encarcerado na Junqueira por ordem de Carvalho e Melo. Em 1760, o Tribunal da Inquisição encontrava-se numa situação *sui generis*. Nesse ano, o ministro do rei procurava publicar um texto de teor regalista da autoria de João Inácio Ferreira Souto. O censor que analisou este texto, João Batista, considerava que o mesmo oferecia dúvidas e, por isso, a licença tardava em chegar. Souto

¹⁵⁶ Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal* (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994), 202.

¹⁵⁷ Franco, «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal», 218.

¹⁵⁸ Cf. Serrão, «A supressão da Companhia de Jesus», 484-485.

apelou ao inquisidor-geral, D. José de Bragança (1720-1801), filho de D. João V e de Madre Paula de Odivelas. Este recomendou-lhe que falasse diretamente com o censor. Tal “diálogo” resultou no furto do manuscrito por parte do autor a João Batista. D. José de Bragança, um dos três “Meninos de Palhavã”, determinou a prisão de João Inácio Ferreira Souto e o arresto do manuscrito.

Sebastião José de Carvalho e Melo deslocou-se a Palhavã para reprovar o ato do inquisidor-geral. Presume-se que, neste encontro, António de Bragança, irmão de D. José de Bragança, exaltou-se contra o secretário de Estado e deu-lhe uma bofetada, arrancando-lhe a cabeleira. Além disto, pontapeou-o e ordenou que abandonasse a sala.¹⁵⁹

No dia 11 de julho de 1760, o inquisidor-geral endereçou uma carta a D. José referindo que o seu estado anímico e de saúde não se compatibilizavam com as funções que ocupava. Não se conhece que D. José de Bragança sofresse problemas de saúde, o que leva a crer que esta demissão tenha sido imposta. D. José e António de Bragança foram desterrados para o cenóbio dos carmelitas descalços no Buçaco, de onde saíram após a morte de D. José em 1777. Assim,

afastado o inquisidor-geral após um nunca visto pedido de demissão, para mais quando as relações com a Sé Apostólica estavam cortadas, sinal inequívoco do poder que a Coroa já tinha sobre a Inquisição, e com Paulo de Carvalho e Mendonça na cabeça do Conselho Geral [irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo], abriu-se um período em que durante quase dez anos não houve inquisidor-geral. O caminho estava totalmente livre para Carvalho e Melo moldar o Santo Ofício a seu gosto.¹⁶⁰

Este controlo por parte de Sebastião José de Carvalho e Melo da Inquisição portuguesa realizou, mais uma vez, o seu ideário iluminado e despótico de submeter aos interesses do Trono os valores do Altar. Neste sentido, afirma Francisco Bethencourt que só com o Marquês de Pombal

se veio separar, na prática, os interesses do Estado dos interesses da Igreja, colocando os primeiros à frente dos segundos no seu domínio de actuação específico. Esta mudança de sistema de valores iria revelar-se, aliás, irreversível, com a ironia da própria Inquisição passar a ser utilizada pelo governo de Pombal para a promoção de novos grupos sociais.¹⁶¹

É neste contexto que o processo contra Gabriel Malagrida se irá desenrolar. Preso durante dois anos, é apresentado ao tribunal da Inquisição a 17 de janeiro de 1761 em sessão presidida por Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão de Pombal. Enquanto encarcerado, na Junqueira, Gabriel Malagrida redigiu duas obras – *Vida de Santa Ana* e *Tratado da Vida e*

¹⁵⁹ Cf. Marcocci e Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 340-341.

¹⁶⁰ Marcocci e Paiva, 341-342.

¹⁶¹ Francisco Bethencourt, «Inquisição», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, 453.

Império do Anticristo – que foram analisadas pelos censores teológicos destacados para tal. Os censores das obras do “padre das barbas brancas”, como era vulgarmente conhecido, foram dois carmelitas descalços: Luís do Monte Carmelo (1715-1785) e Inácio de São Caetano, nomeados como teólogos do Tribunal do Santo Ofício a 19 de maio de 1761.¹⁶² O parecer emitido pelos dois carmelitas considerou que Gabriel Malagrida era herético e blasfemo.¹⁶³ Acontece, porém, que as cópias a que os dois censores tiveram acesso a partir das transcrições realizadas das obras de Malagrida continham erros que adulteravam o texto original do jesuíta italiano.¹⁶⁴

Gabriel Malagrida várias vezes fora acautelado pelo carmelita flaviense para se justificar. O *Mantinha*, como era tratado por Malagrida, nunca conseguiu convencer o jesuíta italiano a retratar-se dos erros de que era acusado. Contudo, não teria havido nenhum censor mais bem formado e que melhor tenha argumentado com Gabriel Malagrida ao longo de todo o processo.¹⁶⁵

Com o passar do tempo, o réu, de avançada idade, foi definhando devido a uma perturbação mental. A sentença ditou que fosse queimado em auto-de-fé, tendo perecido nas chamas a 21 de setembro de 1761. Foi a última vítima do Tribunal do Santo Ofício a sofrer esta pena. Refere Stefan Gatzhammer que «com o doente mental Malagrida não foi eliminado nenhum membro da Companhia capaz de culpa, mas sim um “jésuite encombrant”».¹⁶⁶

A condenação de Gabriel Malagrida percorreu a imprensa internacional.¹⁶⁷ De facto, «a perseguição e a morte de Malagrida, símbolo da subordinação do Santo Ofício aos interesses da Coroa, foram amplamente divulgadas. A sentença do processo, publicada em português, francês e italiano, causou enorme impacto na opinião pública, tanto no reino como no estrangeiro».¹⁶⁸

Em 1761 foi publicada em Lisboa uma obra que marcou o ideário das Luzes em Portugal: a *Tentativa Teologica* de António Pereira de Figueiredo. A *Tentativa*

reveste-se de um carácter central. Com esta obra se impôs no país como doutrinador da reforma eclesial de Carvalho e Melo, e se projectou na Europa como um dos nomes importantes do movimento regalista. A finalidade de Pereira na *Tentativa* é a de demonstrar que, impedido o recurso a Roma, os Bispos podem dispensar dos impedimentos matrimoniais nos graus que o direito canónico de então reservava à Santa Sé.¹⁶⁹

¹⁶² Cf. Wilhelm von Kratz, *Der prozess Malagrida: nach den originalakten der Inquisition im Torre do Tombo in Lissabon* (Roma: Macioce & Pisani, 1935), 17-18.

¹⁶³ Cf. Stefan Gatzhammer, «Antijesuitismo Europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)», *Lusitania Sacra* 5, n. 2 (1993): 183.

¹⁶⁴ Cf. Matias Rodrigues, *Vida do padre Gabriel Malagrida*, trad. Ilário Govoni (Belém do Pará: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010), 557-561.

¹⁶⁵ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 143-144.

¹⁶⁶ Gatzhammer, «Antijesuitismo Europeu», 184-185.

¹⁶⁷ Cf. Isaías da Rosa Pereira, «O auto-da-fé de 1761», *Revista de História das Ideias* 4, n. 1 (1982): 368.

¹⁶⁸ Cf. Marcocci e Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 343-344.

¹⁶⁹ João Seabra, «A Teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: Episcopalismo e concepção do primado romano na *Tentativa Teológica* do Padre António Pereira de Figueiredo», *Lusitania Sacra* 2, n.7 (1995): 362-363.

Como vemos, trata-se de uma obra central na redação do ideário reformista em Portugal, tão desejado pelo Marquês de Pombal. Em plena época de corte de relações com a Sé Apostólica, Figueiredo pretende demonstrar como os bispos não necessitam de recorrer para Roma em certos casos. As ideias do episcopalismo e do regalismo começam, assim, a tomar forma para que o reformismo ilustrado de Carvalho e Melo se coloque em marcha.¹⁷⁰ Declara João Seabra: «Todo o esforço teológico é episcopaliano, conciliarista, defensor da tradição das autonomias locais; mas o resultado prático, em tempos de absolutismo régio, é regalista. Os bispos são afirmados e demonstrados autónomos em relação ao papa – e a conclusão é a sua sujeição completa ao rei».¹⁷¹

Os louvores unânimes à publicação desta obra chegaram, em primeiro lugar, dos censores do Santo Ofício: o carmelita descalço Luís do Monte Carmelo, Manuel da Ressurreição, João Baptista de S. Caetano e, por fim, mas não menos importante, Inácio de São Caetano.¹⁷² Importa-nos analisarmos a censura elaborada pelo carmelita flaviense à *Tentativa* de António Pereira de Figueiredo.

Inácio de São Caetano começa por dizer que a questão tratada por Figueiredo não é dogmática, mas sim disciplinar. Além disso, a matéria é de suma importância e encontra ressonâncias em toda a História da Igreja.

Em seguida, informa-nos o censor: «Eu para confessar a Vossas Excellencias a verdade, ha muitos tempos, que me inclino á mesma opinião, que nesta *Tentativa* pretende persuadir o sapientissimo Theologo, que a compoz».¹⁷³ De acordo com o carmelita descalço, Figueiredo retrata nestas páginas o verdadeiro rosto do ministério episcopal, conforme a Escritura e a Tradição eclesial, ao contrário de certos canonistas e teólogos. Mais adianta que a doutrina vertida neste livro não é contrária aos dispostos do Concílio de Trento.

Assim, Inácio de São Caetano considera que se deve publicar e divulgar esta obra «não só para illuminar aos Theologos mediocres, e ao Povo deste florentissimo Reino, que tanta necessidade tem de luzes neste, e outros pontos semelhantes; mas taõbem a muitos dos senhores

¹⁷⁰ Cf. Emily Joyce Oliveira Lopes Silva. «A faceta política da *Tentativa Teológica* (1766): relações estado-igreja na obra de um ilustrado português», *Temporalidades* 11, n. 2 (2019): 361.

¹⁷¹ Seabra, «A Teologia ao serviço da política religiosa de Pombal», 402.

¹⁷² Cf. Cândido dos Santos, «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*: Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2.^a metade do século XVIII», *Revista de História das Ideias* 4, n. 1 (1982): 178.

¹⁷³ António Pereira de Figueiredo, *Tentativa Theologica, em que se pretende mostrar que impedido o Recurso á Sé Apostolica se devolve aos Senhores Bispos a faculdade de dispensar nos Impedimentos Publicos do Matrimonio, e de prover espiritualmente em todos os mais Cazos Reservados ao Papa, todas as vezes que assim o pedir a publica e urgente necessidade dos subditos* (Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1766), Licenças do Santo Ofício.

Bispos, que não sei, se compreendem bem, o que he o Ministerio Episcopal na Igreja de Deos». ¹⁷⁴

Conclui o censor afirmando que «he necessario, que se publiquem Livros, para dissipar as trevas das preoccupaçoes, em que estavamos, e que communicuem as verdadeiras luzes, de que carecíamos: e tudo isto se faz nesta *Tentativa*». ¹⁷⁵

Conforme descrito, Inácio de São Caetano, para além de bem inserido na corte lusa como confessor real, situa-se muito bem nos círculos pombalinos marcados pelas ideias das Luzes, bem como do episcopalismo e conciliarismo crescentes. A presença de Inácio de São Caetano não se reduzirá ao Tribunal do Santo Ofício, como veremos a seguir. A sua ação nos corredores do Iluminismo em Portugal continuará.

1.5. Na Real Mesa Censória e na Questão de Coimbra

Em 1768 ocorre uma nova reforma, neste caso no âmbito do controlo e da vigilância das obras publicadas em Portugal. A faculdade de controlar a publicação de livros estava reservada ao Santo Ofício. Carvalho e Melo, porém, transferiu essa vigilância para a Real Mesa Censória, criada em 5 de abril de 1768. Pombal pretendia que este novo órgão fosse constituído por eclesiásticos letrados e por outras figuras ilustres, tais como António de Figueiredo, Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, Manuel do Cenáculo Villas-Boas, Manuel de Vasconcelos Pereira e Luís do Monte Carmelo, carmelita descalço. ¹⁷⁶ Para presidir à Real Mesa Censória foi escolhido D. João Cosme da Cunha, arcebispo de Évora. ¹⁷⁷

Uma das personalidades escolhidas para desempenhar o cargo de deputado extraordinário foi Inácio de São Caetano, nomeado a 9 de abril de 1768 e empossado a 29 do mesmo mês na primeira sessão da recém-formada Real Mesa Censória. ¹⁷⁸ Manuel de Santo Ambrósio vinca, novamente, que a escolha de Inácio para ocupar este cargo foi do próprio rei D. José. ¹⁷⁹

Como deputado da Real Mesa Censória, o carmelita flaviense viu-se obrigado a intervir em diversas frentes desta instituição. ¹⁸⁰ Como nos recorda Sandra Saldanha, uma delas foi «o cancelamento do nome e culto de Santo Inácio de Loyola no calendário eclesiástico». ¹⁸¹

¹⁷⁴ Figueiredo, *Tentativa Theologica*, Licenças do Santo Ofício.

¹⁷⁵ Figueiredo, Licenças do Santo Ofício.

¹⁷⁶ Cf. Evergton Sales Souza, *Jansenismo et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 à 1790* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004), 327.

¹⁷⁷ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 118-120.

¹⁷⁸ Cf. Souza, *Jansenismo et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais*, 328.

¹⁷⁹ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 75.

¹⁸⁰ Cf. Seabra, «A Teologia ao serviço da política religiosa de Pombal», 360.

¹⁸¹ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 26.

Inácio de São Caetano esteve igualmente envolvido na famosa Questão de Coimbra, ou seja, no processo de condenação do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação (1704-1779).¹⁸² Miguel da Anunciação é uma das figuras mais relevantes do movimento português formado no início de Setecentos que ficou conhecido por jacobea. Nascida entre os Eremitas Calçados de Santo Agostinho, no Colégio da Graça em Coimbra, a jacobea «aliava ao caminho de perfeição pessoal, entendido como renúncia ao mundano, enquanto expressão do mal, e da união a Deus, supremo bem, a vocação apostólica de conversão dos outros. Isto é, a jacobea pretendia-se simultaneamente ascética, mística e apostólica».¹⁸³

Anteriormente a Miguel da Anunciação, outras individualidades se haviam unido à jacobea, como D. Fr. Inácio de Santa Teresa (1682-1751), cónego regrante de Santo Agostinho, que foi arcebispo de Goa e mais tarde bispo do Algarve.¹⁸⁴

De facto, como afirma João Lavrador, «quando eleito Bispo e tomou conta da diocese, vemos, pelas suas pastorais, que foi de um zelo extraordinário, na reforma dos costumes, não cedendo em qualquer campo».¹⁸⁵

Sobre o contexto de formação da jacobea, declara Helena Queirós que, «num contexto de relaxação dos costumes do clero e da sociedade em geral, os jacobeus almejaram um retorno à observância rigorosa dos princípios evangélicos, numa espiritualidade mais interior do que ritualista».¹⁸⁶ Efetivamente, «só se poderá conectar a figura do Bispo [D. Miguel da Anunciação] com a jacobea no sentido do rigor, da observância estrita e de uma lita extrema de tudo o que não estivesse na linha da integridade moral e disciplinar».¹⁸⁷

Por aquilo que acabámos de expor, é legítimo perguntar qual a razão que justifica a perseguição que a jacobea sofreu sob a ação do Conde de Oeiras. Zília Osório Castro informa-nos que

os jacobeus eram curialistas e ultramontanos e D. Miguel da Anunciação era o seu mais ilustre representante. Isto significava que o bispo e o ministro de D. José estavam em pólos opostos quanto aos princípios políticos que professavam. Um defendia a primazia do poder espiritual sobre o temporal; o outro, o do temporal sobre o espiritual. Os jacobeus, embora separados dos Jesuítas no plano das concepções teológico-morais, estavam, pois, do mesmo lado quanto às relações entre o Estado e a Igreja.¹⁸⁸

¹⁸² Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 203.

¹⁸³ Zília Osório de Castro, «Jacobea», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, 6.

¹⁸⁴ Cf. Ana Ruas Alves, «A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 14, n. 1 (2014): 226-227.

¹⁸⁵ João Lavrador, *Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995), 109.

¹⁸⁶ Helena Queirós, «Subsídios para a história do Carmo Descalço em Portugal: Quem foi D. Fr. Luís de Santa Teresa (1693-1757)?», *Studia Carmelita* 1, n. 1 (2019): 148.

¹⁸⁷ Lavrador, *Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação*, 110.

¹⁸⁸ Zília Osório de Castro, «Jacobea», 7.

Como vemos, o movimento da jacobea, além das motivações religiosas, alcançou contornos políticos e ideológicos que chocavam naturalmente com o despotismo iluminado de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O caso de D. Miguel da Anunciação prende-se com a publicação de uma carta pastoral¹⁸⁹ a 8 de novembro 1768

na qual proibia a todos os fiéis da diocese a leitura de um conjunto de livros que continham doutrinas consideradas perniciosas. Entre eles destacavam-se a Enciclopédia, o Dicionário Filosófico, bem como obras de Rousseau, Voltaire, Febronius, Dupin. Os argumentos que o bispo expendeu são reveladores das suas intenções, pois ele justifica a proibição que determinava, ao declarar que os livros estigmatizados visavam «introduzir o indiferentismo e fanatismo, capazes de fazer que muitos naufraguem na fé», considerando os respectivos autores «apóstolos da mentira» que «tem causado na Cidade Santa maior ruína que os gentios nos primeiros séculos e nos seguintes os hereges».¹⁹⁰

A proibição destas obras de autores tão apreciados por Carvalho e Melo e pelos seus amigos mais íntimos, como António Pereira de Figueiredo, conduziu o bispo de Coimbra para um processo que o levaria ao cárcere no forte de Pedrouços a 9 de dezembro de 1768. A 23 de dezembro é emitido o parecer da Real Mesa Censória, assinado pelos carmelitas descalços Inácio de São Caetano e Luís do Monte Carmelo.¹⁹¹

No ano seguinte, a 8 de abril de 1769, a Real Mesa Censória, novamente com a assinatura de Manuel do Cenáculo e de Inácio de São Caetano, condena à prisão o bispo-conde de Coimbra pela reprovação realizada na sua pastoral aos autores acima referidos e por ser «o chefe dos jacobeus».¹⁹² Sobre o processo de D. Miguel da Anunciação, esclarece Zília Osório de Castro que,

instaurado o processo, ouviu a sentença da Real Mesa Censória sem ter sido sequer ouvido. Assinada pela mão de Frei Manuel do Cenáculo e de Frei Inácio de São Caetano condenava «a falsa, infame sediciosa pastoral». Como tal, foi publicamente queimada. Ao bispo restou a prisão, aos jacobeus a repressão, à jacobea a condenação que levaria à extinção.¹⁹³

Creemos que, devido à publicação desta pastoral por parte de um bispo que contrariava as diretrizes governativas, D. José obrigou, a 9 de dezembro de 1768, ao beneplácito régio todas as cartas pastorais dos bispos em Portugal.¹⁹⁴

¹⁸⁹ Cf. Manuel Augusto Rodrigues, «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra», *Revista de História das Ideias* 4, n. 1 (1982): 285-288.

¹⁹⁰ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 169

¹⁹¹ Cf. Rodrigues, «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra», 288-298.

¹⁹² Elisa Maria Lopes da Costa, «A Jacobea: achega para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista», *Arquipélago* 2, n. 14-15 (2010-2011): 43.

¹⁹³ Zília Osório de Castro, «Jacobea», 7.

¹⁹⁴ Cf. Paiva, «A Igreja e o Poder», 174.

Inácio de São Caetano, juntamente com Manuel do Cenáculo, foi uma das mãos que assinou a sentença que condenou a pastoral de D. Miguel da Anunciação, votando-o ao cárcere até 1777. D. José dirigiu ao bispo de Coimbra uma carta a 21 de fevereiro de 1777, três dias antes de falecer, perdendo ao prelado e ordenando a sua libertação do forte de Pedrouços. A 7 de julho do mesmo ano, D. Miguel da Anunciação, já libertado, enviaria uma carta a D. Maria I. De facto, e a título de curiosidade, a carmelita descalça Teresa de Melo (1735-1794) – com o nome religioso de Teresa de Jesus – havia pedido em carta datada de 1 de fevereiro de 1777 que D. Maria se compadecesse de D. Miguel da Anunciação: «Compadeça-se deles e dos presos, entre eles, do inocente bispo de Coimbra».¹⁹⁵ Por fim, voltaria à sua Diocese no dia 22 de agosto de 1777, entrando solenemente na Catedral conimbricense.¹⁹⁶

Às portas de uma nova década, adivinham-se novidades na vida do Reino de Portugal, em especial nas suas relações com a Santa Sé, e ainda na vida de Inácio de São Caetano, cujos voos não haviam ainda terminado.

2. BISPO DE PENAFIEL: 1770-1778

Portugal havia cortado relações com a Sé Romana em agosto de 1760, como já ilustrámos no nosso trabalho. A 2 de fevereiro de 1769 faleceu Clemente XIII, após um papado de 11 anos, que nunca conseguiu reatar relações diplomáticas com o reino português.

Com a morte de Clemente XIII, foi eleito papa Clemente XIV (1769-1774), que viria inaugurar uma nova fase nas relações entre o Estado Pontifício e Portugal. Em janeiro de 1770 nomeou um novo núncio apostólico para Portugal – Inocencio Conti – e em agosto do mesmo ano o Rei promulgou o decreto que restabelecia as relações diplomáticas com a Sé Apostólica. Foi tal o gáudio de Clemente XIV por esta reaproximação entre ambos os Estados que mandou realizar festas públicas na Cidade Eterna entre 25 e 25 de setembro.¹⁹⁷ Declara José Pedro Paiva:

Instaurava-se agora uma terceira fase na governação pombalina, caracterizada pela reaproximação a Roma. Os novos ventos manifestaram-se, inclusivamente da parte de Roma, através da supressão da Companhia de Jesus, decretada pela bula *Dominus ac Redemptor*, de 21 de Julho de 1773, que a extinguiu durante 41 anos; em louvores ao rei, a quem em 1770 se atribuiu a Rosa de Ouro; em cartas papais gratulatórias da acção pombalina; e até em manifestações de desagravo, como o jantar que, em Dezembro de 1770, o núncio Conti deu em Lisboa para «compensar o comportamento absurdo» do seu antecessor Acciaiuoli, quando este não acendera luminárias por altura do consórcio de D. Maria.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Lázaro, *O Reinado do Amor*, 261.

¹⁹⁶ Cf. Manuel Augusto Rodrigues, *D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra* (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982), 2.

¹⁹⁷ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 138.

¹⁹⁸ Paiva, «A Igreja e o poder», 175.

De facto, até 1774, as relações entre a Coroa e o nuncio Conti foram muito positivas, chegando este último a favorecer o ideário iluminado de Carvalho e Melo, legitimando, a título de exemplo, a Real Mesa Censória e a prisão do bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação.

Além disso, como já vimos, a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios lusos permitiu a Carvalho e Melo o reescrever da vida eclesiástica em Portugal:

A expulsão dos Jesuítas constituiria o fundamento, a base, os alicerces da «reedificação» da Igreja em Portugal, exactamente como a expulsão da moirama durante a primeira dinastia fora o fundamento, a base, o alicerce da primeira monarquia. Pombal estabelece assim um perfeito paralelismo entre a sua acção de estadista e as façanhas de um D. Afonso Henriques na conquista e reconquista do solo da pátria.¹⁹⁹

Os frutos das proficuas relações entre Portugal e a Santa Sé e do contexto interno do país começariam a despontar, nomeadamente na reforma da geografia eclesiástica empreendida por Pombal que resultou na criação de novas dioceses: Bragança, Penafiel, Pinhel, Aveiro, Castelo Branco e Beja.²⁰⁰ A reforma eclesiástica, porém, empreendida por Pombal, fruto do seu ideário iluminista e regalista, da política antijesuíta e da boa fama que gozava em Roma, não perdurou no tempo.²⁰¹

Não deixa de ser curioso que os dois nomes que assinaram a decisão da Real Mesa Censória de prender D. Miguel da Anunciação viriam a ocupar duas das novas mitras criadas por Sebastião José de Carvalho e Melo: Manuel do Cenáculo para a diocese de Beja e Inácio de São Caetano para a diocese de Penafiel. De facto, da Real Mesa Censória saíram vários prelados,²⁰² que partilham origens sociais modestas.²⁰³

2.1. Prelado de uma diocese efémera

A diocese de Penafiel foi criada a 21 de junho de 1770, juntamente com a diocese de Pinhel.²⁰⁴ Vários são os documentos que compõem a história da ereção desta nova diocese.²⁰⁵ Contudo, o primeiro documento que identificámos é a carta régia de elevação a cidade da vila

¹⁹⁹ António Brásio, «Três dioceses pombalinas: Castelo Branco, Penafiel, Pinhel», *Lusitania Sacra* 1, n. 3 (1958): 165.

²⁰⁰ Cf. José Pedro Paiva, «Dioceses e organização eclesiástica» em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 192.

²⁰¹ Cf. Brásio, «Três dioceses pombalinas», 168.

²⁰² Cf. Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, 551-552.

²⁰³ Cf. José Pedro Paiva, «Os mentores», em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 230.

²⁰⁴ Cf. Brásio, «Três dioceses pombalinas», 173.

²⁰⁵ António Brásio apresenta a transcrição dos documentos fundamentais sobre a criação e a supressão da diocese de Penafiel: Cf. Brásio, «Três dioceses pombalinas», 190-208.

de Arrifana de Sousa com o nome de Penafiel assinada a 3 de março de 1770. Não era conveniente que a cabeça de uma nova diocese tivesse apenas a dignidade de vila.²⁰⁶

Nos propósitos de Pombal para a ereção da diocese pintiense estava o desejo de desmembrar o vasto território da diocese do Porto que, aos olhos de Carvalho e Melo, não se justificava. Além disso, uma diocese com uma área tão extensa não era vantajosa ao cuidado pastoral, bem pelo contrário, segundo este.²⁰⁷

Refere Fortunato de Almeida que «D. José determinou pedir a criação de uma diocese que seria forma com as cento e duas paróquias da comarca de Penafiel e os benefícios nelas existentes».²⁰⁸ O território da diocese de Penafiel não se circunscrevia, porém, ao espaço geográfico de Arrifana de Sousa: «A extensão da nova diocese penetrava dentro da cidade do Porto; de facto, a freguesia do Bonfim, incluindo o Poço das Patas (actual Campo 24 de Agosto), e a Quinta do Prado ficavam integradas na nova diocese».²⁰⁹ O rei alegou, influenciado certamente por Pombal, que a extensão da diocese do Porto justificava a criação de uma nova diocese a partir do seu território, conforme escreve na carta que dirigiu ao Papa Clemente XIV a 5 de março de 1770.²¹⁰ O breve de Clemente XIV da ereção da diocese de Penafiel chegará a 10 de julho de 1770.²¹¹

Para ocupar a mitra da recém-criada diocese de Penafiel foi escolhido Inácio de São Caetano,²¹² que gozava de boa fama e apreço pelo núncio apostólico.²¹³ D. José nomeou o confessor das suas filhas como bispo de Penafiel a 31 de julho de 1770, dia do aniversário natalício de Inácio.²¹⁴ Como é normal no processo de nomeação de um novo bispo, várias testemunhas foram auscultadas para reconhecerem a idoneidade da pessoa proposta. No caso de Inácio de São Caetano, as testemunhas que atestaram as suas qualidades foram três carmelitas descalços: Salvador de Santa Teresa, Luís do Monte Carmelo, que era companheiro de Inácio no Tribunal da Inquisição e na Real Mesa Censória, e Paulo de Jesus Maria, que havia sido provincial no triénio de 1766-1769.²¹⁵

No dia 10 de novembro do mesmo ano era sagrado bispo Inácio de São Caetano na Real Capela da Ajuda com a presença da Família Real. O ministro da sagração foi o Cardeal-

²⁰⁶ Cf. Francisco Ribeiro da Silva, «Diocese de Penafiel», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, 424.

²⁰⁷ Cf. Brásio, «Três dioceses pombalinas», 175.

²⁰⁸ Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 3, 13.

²⁰⁹ Francisco Ribeiro da Silva, «Diocese de Penafiel», 424-425.

²¹⁰ Cf. *Processus*, 194v-195r.

²¹¹ Cf. José Fernando Coelho Ferreira, *Diocese de Penafiel: 1770-1778* (Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel e Livrofiel, 2016), 43-48.

²¹² Ver Anexo 3.

²¹³ Cf. Brásio, «Três dioceses pombalinas», 176.

²¹⁴ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 79.

²¹⁵ Cf. *Processus*, 188v-193v.

Patriarca de Lisboa, D. Francisco de Saldanha, assistido por D. António Bonifácio Coelho, vigário-geral do Patriarcado de Lisboa e Arcebispo de Lacedemónia, e por D. Fr. Manuel do Cenáculo, prelado de Beja.²¹⁶ Na sagração esteve presente igualmente D. Fr. João Rafael de Mendonça, bispo do Porto.²¹⁷

D. Maria ofereceu ao seu confessor, que havia sido elevado ao episcopado, um conjunto de pontificais e de paramentos que, atualmente, se conservam no Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora e foram adquiridos pelo arcebispo de Évora D. Joaquim Zavier Botelho de Lima.²¹⁸

Para Sé da Igreja de Penafiel foi escolhida a Igreja da Misericórdia que seria nomeada como Catedral de Nossa Senhora e São José, conforme o decreto régio datado de 24 de dezembro de 1771.²¹⁹ A 8 de março de 1773, Clemente XIV emite o breve *Necessitatibus ecclesiarum* para que os rendimentos das igrejas se destinassem ao estabelecimento da igreja diocesana e, ainda, para a construção do Paço Episcopal.²²⁰ A residência do bispo de Penafiel não chegou a ser construída, pois a 9 de fevereiro de 1773 foi adquirida uma casa que se situava diante da Sé a D. Bárbara Jacinta Pereira Pinto de Almeida e a seu esposo José de Beça Veloso de Barbosa, que mais tarde ficaria conhecida como Quinta do Bispo.²²¹

A diocese de Penafiel teve uma existência efêmera de apenas oito anos e o seu bispo nunca aí residiu devido às funções que continuava a desempenhar na Corte, como confessor da Princesa D. Maria e de suas irmãs. Contudo, o biógrafo de D. Fr. Inácio informa-nos que o desejo do prelado penafidelense era de partir para a sua diocese:

Quizera D. Fr. Ignacio de S. Caetano ir apascentar o rebanho, de que o Espírito Santo o fizera Pastor, e residir na sua Igreja, como pedia a Dignidade, e os Canones; mas obistou a seus intentos mais de huma vez expressados, a vontade d'ElRei, e o interesse da Princeza na sua assistencia, e outros motivos justos, e bem dignos de attenção. Recolheo-se ao seu Convento de Carnide; e sem que a honra, a que se via sublimado, o fizesse esquecer da profissão de Carmelita Descalço, se deo todo inteiro ás providencias necessarias para o bom regímen do Bispado, e opportunas ao bem de seus Diocesanos. Procurou logo Ministros zelosos, sabios, e prudentes, que vigiassem sobre a observancia da Lei santa, e administração da justiça, e proovessem as Igrejas de Pastores subalternos, que fossem dignos do Ministerio, e capazes de ensinar os póvos com a palavra, e com o exemplo.²²²

²¹⁶ Cf. José Augusto Ferreira, *Memorias Archeologico-historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos): Sec. VI – Sec. XX*, vol. 2 (Braga: Cruz & Comp.^a, 1924), 352.

²¹⁷ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 147.

²¹⁸ Cf. Augusto Abreu Lopes de Cepêda, *Évora e D. Frei Inácio de S. Caetano* (Penafiel: s. ed., 2002), 3.

²¹⁹ Cf. Ferreira, *Diocese de Penafiel*, 31-32.

²²⁰ Cf. Ferreira, 67-68.

²²¹ Cf. Helena Bernardo e Laura Sousa, «Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edifício», *Oppidum* 9, n. 8 (2015): 70.

²²² Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 80-81.

Apesar disso, as obrigações para com a Corte obrigaram-no a ficar em Lisboa, continuando a residir no claustro de Carnide: «Não faltava por isso aos mais deveres dos seus Ministerios, e principalmente á consolação, e alivio da Serenissima Princeza nos duros golpes, a que poderia succumbir o seu espirito, a faltar-lhe o socorro do Ceo, e a assistencia do Excelentíssimo Confessor».²²³

Em Penafiel, tinha ao seu dispor o provisor e procurador Félix Martins de Araújo, abade de Jovim, que habitava no Paço Episcopal. Além disso, «no Paço Episcopal funcionava também o auditório eclesiástico, do qual faziam parte um vigário geral, ministros e outros oficiais, afixando-se os editais nas portas do edificio por ordem do bispo».²²⁴

O prelado penafidelense preocupou-se também em emitir cartas pastorais para a sua diocese. Abílio Miranda, em 1938, publicou as quatro cartas pastorais e os dois avisos, assinados por Félix Martins de Araújo, que D. Fr. Inácio de São Caetano emitiu para a diocese de Penafiel.²²⁵

D. Fr. Inácio de São Caetano assina a sua primeira carta pastoral a 5 de junho de 1773.²²⁶ Nela, em conformidade com a Lei de 25 de maio de 1773, o prelado abole a distinção de cristãos-novos, nomeação «que a intriga, e prepotência Jesuitica, há dois séculos tinha dado aos novos convertidos infamando-os, e fazendo uma divisão [...] entre os seus vassallos, [...] contra o espírito de toda a Igreja».²²⁷

A pastoral reabilita no acesso a officios e cargos todos os que estavam impedidos por serem reconhecidos como cristãos-novos, fruto das «maquinações Jesuiticas»,²²⁸ e extingue os interrogatórios realizados a estas pessoas e o officio de juiz das justificações da génese.

A segunda pastoral de D. Fr. Inácio de São Caetano data de 24 de setembro de 1773.²²⁹ Trata-se de uma pastoral relativa à extinção da Companhia de Jesus pela bula *Dominus ac Redemptor* de Clemente XIV assinada a 21 de julho de 1773, como já indicámos neste trabalho.

O tom do prelado penafidelense para se referir à extinta Companhia de Jesus é verdadeiramente duro:

Veneraveis Irmãos, que chegou emfim o tempo determinado [...] em que Jesus Cristo Verdadeiro Guarda da Sua Casa [...] vendo-a há mais de dois Seculos impugnada nos seus Dogmas, na Sua Moral, e na Sua disciplina, por aquela Sociedade, em que algum tempo se chamou de Jesus, vendo-a perturbada em todos os seus membros, e as Monarquias, que São as Suas Colunas, sem sossêgo, nem tranquillidade inspirou o Seu Vigário, cabeça visivel da mesma Igreja, e o Pastor, e

²²³ Manoel de Santo Ambrósio, 82.

²²⁴ Bernardo e Sousa, «Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edificado», 73.

²²⁵ Cf. Abílio Miranda, *As pastorais do bispo de Penafiel*, Separata de folhetins de *O Penafidelense* (Penafiel: s.ed., 1938), 6-16.

²²⁶ Cf. Miranda, *As pastorais do bispo de Penafiel*, 12-14.

²²⁷ Miranda, 12.

²²⁸ Miranda, 13.

²²⁹ Cf. Miranda, 9-12.

Pai Comum do Cristianismo, para que satisfazendo os desejos dos mais Católicos, Príncipes, as queixas dos mais zelosos Bispos, ao Voto geral de todos os bons fieis extinguisse de tódo, e abolisse a sobredita sociedade, e desse a paz à Igreja, perturbada, a todas as Monarquias Católicas e a todo o Mundo descoberto.²³⁰

Executando a bula do Pontífice Romano e obedecendo ao *placet* régio e ao declarado na carta do rei D. José, D. Fr. Inácio de São Caetano ordenou ao seu Vigário que «faça convocar o clero, da cidade, na catedral e tendo todos juntos se cante depois o Te Deum Laudamus com as orações costumadas, quando se dão Graças a Deus por um grande, público e comum benefício, como êste que êle foi servido fazer à sua Igreja e a todo o mundo».²³¹

Os dois avisos, assinados pelo vigário Félix Martins de Araújo, datam do dia 20 de junho de 1774. Num desses avisos é determinado que se divida o território da Igreja de Penafiel em dois para que melhor e de forma mais breve circulem as informações nas igrejas do bispado.²³² No outro aviso, é ordenado que se entreguem os exemplares das constituições diocesanas pelas quais se regiam a diocese de Penafiel para serem substituídas por novas constituições.²³³

De facto, na última pastoral que conhecemos do bispo de Penafiel, de 27 de outubro de 1777,²³⁴ são abolidas as antigas constituições diocesanas e substituídas por novas, conforme carta régia de 16 de maio do mesmo ano, por nelas se mencionar a *Bula da Ceia*. Declara o prelado que as antigas constituições, «formadas no tempo, em que dominava a ignorância»,²³⁵ continham «as relaxadas, e reprovadas doutrinas das *cazuistas*».²³⁶

A 7 de dezembro de 1778, a Rainha D. Maria suprime a diocese de Penafiel através do decreto romano da Congregação Consistorial que volta a unir o território da diocese penafidense à mitra do Porto, extinguindo a efémera diocese. O bispo D. Fr. Inácio de São Caetano renuncia à mitra de Penafiel a 12 de agosto de 1778, continuando a usufruir de uma pensão anual de dez mil cruzados e da Quinta do Prado, segundo alvará da Rainha assinado a 12 de março de 1779 que obrigava o bispo do Porto a assegurar o disposto no alvará régio.²³⁷ Suprimia-se, assim, a mitra de Penafiel.²³⁸ Declara António Brásio:

Estava clamorosamente demonstrado que a «urgentíssima necessidade» da divisão do «disforme território» da Diocese do Porto não existia senão na fértil imaginação e sobretudo na sanha rabiosa

²³⁰ Miranda, 9-10.

²³¹ Miranda, 11.

²³² Cf. Miranda, 14-15.

²³³ Cf. Miranda, 15-16.

²³⁴ Cf. Miranda, 6-8.

²³⁵ Miranda, 6.

²³⁶ Miranda, 7.

²³⁷ Cf. Ferreira, *Diocese de Penafiel*, 105-109.

²³⁸ Para além do recente trabalho de José Fernando Coelho Ferreira sobre a diocese de Penafiel, queremos destacar ainda outros contributos: Augusto Abreu Lopes de Cepêda, *D. Frei Inácio de S. Caetano: Bispo de Penafiel*, separata do Boletim n.º 10 comemorativo do 20º aniversário do Rotary Club de Penafiel (Penafiel: s. ed., 1993); António Gomes Sousa, *O bispo e o bispado de Penafiel* (Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 1985); Américo da Silva Ribeiro, *O bispado de Penafiel* (Penafiel: Editora Penafiel, 1995).

do poderoso Marquês, que nele era já uma ideia fixa, uma psicose doentia contra as «maquinações» dos Padres da Companhia de Jesus.²³⁹

A efémera existência da diocese de Penafiel, cuja geografia se revelava ineficaz para o exercício pastoral, dever-se-á aos propósitos que levaram a edificá-la. Obra de Pombal, que pretendia reformar a geografia eclesiástica portuguesa, a mitra pintiense reflete o ideário pombalino. Além disso, cremos que a elevação ao episcopado de Inácio de São Caetano se prende ao facto de o carmelita ter desempenhado funções honrosas em organismos controlados por Carvalho e Melo, como o Tribunal da Inquisição e a Real Mesa Censória.

Como veremos a seguir, o prestígio adquirido pela dignidade episcopal de Inácio de São Caetano auxiliará em muito a concretização de outros propósitos, agora no seio da sua Ordem. Como homem influente e de boa fama em Portugal e em Roma, o prelado penafidelenense, que tão bem se movia no palácio, jamais esqueceu o claustro da Descalcez.

2.2. Na criação da Congregação dos Carmelitas Descalços em Portugal

Outro assunto sobre o qual nos queremos deter neste apartado do nosso trabalho é a ereção da Congregação Geral da Virgem Maria do Monte Carmelo dos Carmelitas Descalços do Reino de Portugal em 1772/1773.²⁴⁰ O nome da figura de D. Fr. Inácio de São Caetano encontra-se indubitavelmente ligada a este marco da história do Carmo Descalço em Portugal.

Há algum tempo, como considera Alberto da Virgem do Carmo, que a província portuguesa de São Filipe manifestava intenções de se separar da Congregação espanhola. Vários fatores contribuíram para o desejo e conseqüente consumação desta separação no século XVIII:

Os contínuos atritos das Cortes de Lisboa e Madrid enrareceram a atmosfera da mútua amizade e compreensão, Sobretudo, desde o infeliz Pacto de Família (25 de agosto de 1761) assinado com Paris por Carlos III. Por outro lado, o Regalismo havia se apoderado perigosamente da Corte lusa e possuía o seu máximo expoente no ministro Pombal, que se tinha convertido num *factotum* do civil e do eclesiástico. [...] Aos Descalços, essas ideias vulcânicas concentraram-se e descarregaram-se sobre o objetivo, que desde há muito tempo não haviam perdido de vista: separar-se da Congregação Espanhola.²⁴¹

²³⁹ Brásio, «Três dioceses pombalinas», 177.

²⁴⁰ Cf. Loureiro, «Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)», 25.

²⁴¹ «Los continuos roces de las Cortes de Lisboa y Madrid enrarecieron la atmósfera de la mutua amistad y comprensión. Sobre todo, desde el malhadado Pacto de Familia (25 de agosto de 1761) firmado con París por Carlos III. De otra, el Regalismo se había adueñado peligrosamente de la Corte lusa y tenía su máximo exponente en el ministro Pombal, que se había convertido en un *factotum* de lo civil y eclesiástico. [...] A los Descalzos, esas ideas volcánicas se concentraron y descargaron sobre el objetivo, que de tiempos atrás nunca habían perdido de vista: separarse de la Congregación Española». Virgen del Carmen, *Historia de la Reforma Teresiana*, 308-309.

Quer pelo contexto interno da Ordem, quer pelo ambiente regalista do reinado de D. José, os carmelitas descalços em Portugal ansiavam por formar uma congregação independente da espanhola. Desta forma, os superiores da Descalcez procuraram reunir o apoio do Núncio – e, por conseguinte, do Papa – e, ainda, da Corte para realizarem a obra tão desejada. Afirma Carlos Margaça Veiga que este corte «constituiu uma medida do regalismo vigente pelo qual o rei era o principal responsável, mas que tinha como inspirador e executor o marquês de Pombal. Foi no contexto deste clima político que se corou o último elo de ligação da ordem à Congregação de Espanha».²⁴²

A 6 de junho de 1772 reuniu-se no convento dos Remédios, em Lisboa, o Capítulo Provincial com vigor de Capítulo Geral. Este capítulo «estava adossado neste termo pelas Letras do Núncio em Portugal, Mons. Inocêncio, de 5 de junho de 1772, solicitadas pelo Rei D. José I (1750-1777), e pelo decreto do poderoso ministro Sebastião Carvalho e Melo, Marquês de Pombal».²⁴³ As Letras do Núncio Conti – aprovadas pela Secretaria de Estado e registada nas atas capitulares²⁴⁴ –, permitindo a realização deste Capítulo com valor de Capítulo Geral, atestam as boas e salutares relações entre o Carmelo lusitano e o Núncio Apostólico.

Certamente que estas boas relações e o sucesso da separação e consequente ereção da congregação portuguesa dos carmelitas descalços foram apoiadas pelo homem que presidiu ao sobredito Capítulo Geral: D. Fr. Inácio de São Caetano.²⁴⁵ «Sob tão prestigiosa presidência»,²⁴⁶ para usarmos as palavras de Alberto da Virgem do Carmo, Inácio de São Caetano, «muito douto e zeloso da pureza da fé em Portugal»,²⁴⁷ como declara Silvério de Santa Teresa, presidiu ao Capítulo que elegeu como primeiro Geral Rodrigo de Santa Teresa (1772-1775). Declaram as atas capitulares: «Determinou o capitulo, que o Prelado Sup^{or} da Prov^a que sahir eleito se intitule Prior G^{al} seguindo o costume de todas as religioens deste Reyno, que não reconhecem Prelado Superior fora d'elle; e tivese as mesmas facultades, que tem o G^{al} pelas leys, excepto naquellas couzas que lhe forem limitadas».²⁴⁸

Os quatro definidores gerais eleitos foram Manuel da Cruz, prior de Carnide e irmão consanguíneo de Inácio de São Caetano, Carlos dos Santos, prior dos Remédios de Lisboa, Francisco da Visitação, prior do cenóbio de Figueiró dos Vinhos e, por fim, José da

²⁴² Veiga, «A Ordem dos Carmelitas Descalços: moldagem à realidade portuguesa», 138.

²⁴³ «estaba avalado en dicha característica por Letras del Nuncio en Portugal, Mons. Inocencio, del 5 de junio de 1772, solicitadas por el Rey José I (1750-1777), y por el decreto del poderoso ministro Sebastián Carvalho y Mello, Marqués de Pombal». Domingo A. Fernández de Mendiola, *El Carmelo Teresiano en la historia: una nueva forma de vida contemplativa y apostólica*, vol. 4 (Roma: Istituto Storico Teresiano, 2013), 365.

²⁴⁴ Cf. *Livro dos Capítulos*, 254r.

²⁴⁵ Cf. *Livro dos Capítulos*, 252v.

²⁴⁶ «Bajo tan prestigiosa presidencia». Alberto de la Virgen del Carmen, *Historia de la Reforma Teresiana*, 309.

²⁴⁷ «muy docto y celoso de la pureza de la fe en Portugal». Silvério de Santa Teresa, *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y America*, vol. 12 (Burgos: Editorial Monte Carmelo, 1944), 259.

²⁴⁸ *Livro dos Capítulos*, 256r.

Expectação.²⁴⁹ No triénio de 1775-1778, Manuel da Cruz, irmão consanguíneo de Inácio, seria eleito o segundo Geral da Congregação.

Neste primeiro Capítulo Geral, o bispo de Penafiel propôs aos padres capitulares que determinassem que Luís do Monte Carmelo, deputado da Real Mesa Censória, pelo privilégio dado pelo Rei, pudesse votar em todos os capítulos celebrados pela Congregação. Tal proposta foi unanimemente aceite pelos presentes e, de imediato, foi chamado ao convento dos Remédios o sobredito religioso.²⁵⁰ Como vimos, existia há alguns anos uma clara ligação entre estes dois carmelitas: tinham trabalhado em conjunto no Tribunal da Inquisição e na Real Mesa Censória, e Luís do Monte Carmelo foi uma das testemunhas escolhidas para atestar a idoneidade de Inácio de São Caetano para o episcopado. Agora, Luís do Monte Carmelo, agraciado por privilégio real, via confirmada a sua dignidade no seio da recém-formada Congregação Geral pela mão do seu confrade e amigo.

Consumava-se assim a separação da província de São Filipe da Congregação Espanhola, erigindo-se a Congregação Geral da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo do Reino de Portugal, confirmada pelo breve apostólico de 10 de junho de 1772 e pela Constituição Apostólica *Paterna Sedis* do Papa Clemente XIV de 28 de abril de 1773.²⁵¹ Foi formada uma comissão para preparar os novos textos legislativos, como as Constituições, e litúrgicos da recém-criada Congregação.²⁵² Determinou-se, ainda, que os Capítulos Gerais seriam celebrados trienalmente, ao contrário das Congregações espanhola e italiana que os celebravam de seis em seis anos.²⁵³

É certo que a historiografia espanhola considera como negativa e infrutífera a criação da Congregação Geral portuguesa.²⁵⁴ Analisando apenas as novas fundações que nasceram neste período, podemos pensar que a nova Congregação não florescera em solo luso.²⁵⁵ De facto, contam-se apenas duas novas fundações femininas: o convento do Desterro de Jesus, Maria e José em Viana do Castelo (1780) e o convento do Coração de Jesus da Estrela, em Lisboa (1781),²⁵⁶ sobre o qual falaremos mais à frente.

Uma visão apenas ao nível quantitativo pode provocar conclusões precipitadas que não reflitam as consequências históricas da criação da Congregação Geral portuguesa. O contexto da ereção da mesma Congregação ilustra as boas relações da Coroa com o Carmo Descalço em Portugal, anteriores à ereção da Congregação. Neste sentido, é digno de destaque que no

²⁴⁹ Cf. *Livro dos Capítulos*, 253r.

²⁵⁰ Cf. *Livro dos Capítulos*, 252r-253r.

²⁵¹ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 203.

²⁵² Cf. Alberto de la Virgen del Carmen, *Historia de la Reforma Teresiana*, 310.

²⁵³ Cf. Mendiola, *El Carmelo Teresiano en la historia*, vol. 4, 365.

²⁵⁴ Cf. Alberto de la Virgen del Carmen, *Historia de la Reforma Teresiana*, 309-310.

²⁵⁵ Cf. Fernández Frontela, «El Carmelo Descalzo: del carisma a la institucionalización», 124.

²⁵⁶ Cf. Loureiro, «Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)», 25-26.

Capítulo Provincial de 14 de abril de 1769, celebrado no convento dos Remédios em Lisboa, o Conde e a Condessa de Oeiras tenham sido admitidos como irmãos da Província de São Filipe «sem obrig^{am} alguma da parte delles, pelas m^{tas} obrigaçoens, que lhe deviamos, no cazo que elles o quisessem ser».²⁵⁷

Além disso, é-nos revelada uma relação com Roma muito profícua. Não deixa de ser curioso que o Papa, poucos meses antes de extinguir a Companhia de Jesus, tenha erigido a Congregação Geral dos descalços em Portugal. Foi igualmente nosso propósito situar a figura de D. Fr. Inácio de São Caetano e a sua importância neste contexto. O prelado penafidense presidirá a todos os Capítulos Gerais até à sua morte em 1788.

3. ARCEBISPO DE TESSALÓNICA E MINISTRO DA RAINHA: 1778-1788

O ano de 1777 marca uma viragem no decurso da ação régia e governativa da Coroa lusa. A 24 de fevereiro de 1777, D. José falecia após quase 27 anos de reinado. No dia 13 de maio do mesmo ano, a Princesa do Brasil era aclamada como Rainha de Portugal por milhares de portugueses que saíram para as ruas de Lisboa para saudarem efusivamente a sua nova Soberana.

Uma nova rainha e um novo reinado significam novos destinos para a nação lusa. Muitos dos sequazes de Pombal, como veremos, verão a sua vida dificultada na Corte da Rainha. O seu confessor, porém, apesar dos obstáculos levantados por alguns, permanecerá ao lado da primeira monarca portuguesa.

3.1. No reinado de D. Maria I

O reinado de D. Maria I ficou conhecido pelo nome de *viradeira*. Recorda Sandra Costa Saldanha que «logo após a subida de D. Maria ao trono são repostos os nomes dos santos jesuítas no hagiológico português [...] e é liberto o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação».²⁵⁸

Após 18 anos de serviço à Sereníssima Princesa, Inácio de São Caetano considerava que, achando-se agora Rainha de Portugal, devia escolher outro ilustre prelado para seu confessor. Desta forma, poderia D. Fr. Inácio de São Caetano «ir pessoalmente repartir o pão da vida, e da doutrina aos seus Diocesanos, e ficar de huma vez no meio deles».²⁵⁹ A Rainha,

²⁵⁷ *Livro dos Capítulos*, 247r.

²⁵⁸ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 27.

²⁵⁹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 88.

porém, não consentiu com o desejo do prelado penafidense, impedindo-o, pois, de que «deixasse o Confessionario; e que elle mesmo visse o modo, que devião ter as cousas para se ficar no Paço sem escrupulo, e assistir-lhe com a sua direcção, e conselhos, de que por ser Rainha necessitava ainda mais».²⁶⁰

3.2. Habitante do Palácio Real

Assim, como já afirmámos, D. Fr. Inácio de São Caetano em 1778 irá renunciar à mitra de Penafiel, extinguindo-se o bispado, e será nomeado Arcebispo de Tessalónica a 13 de dezembro de 1778.

Ao longo dos dezoito anos como confessor, nunca o religioso carmelita havia abandonado o claustro do seu convento de Carnide. Agora, a Rainha determinara que o seu confessor coabitasse consigo no Palácio, estando, assim, inteiramente ao dispor da Soberana. D. Maria esperava do seu confessor não só o auxílio espiritual, mas também a ajuda na administração do reino luso. Para tal, nomeou Inácio de São Caetano membro do Conselho de Estado e seu ministro assistente ao despacho, a 22 de agosto de 1787.²⁶¹

Contudo, anota o seu biógrafo: «Mudou sim de habitação; mas não mudou de costumes o Excelentíssimo Arcebispo, e para o Paço levou consigo o ser de Carmelita Descalço, que tinha professado, e de que não podia eximillo a mudança de lugares, por ser onus, que recahe sobre a Pessoa».²⁶²

Anota Manuel de Santo Ambrósio sobre a ação do arcebispo-confessor:

Estudava o Arcebispo em suavizar-lhe o grande pezo do Governo com as suas instrucções. Os seus dictames, sem detrimento da justiça, sempre propendião para a misericórdia. Os seus conselhos todos erão de rectidão, e piedade, e as suas decisões todas guiadas pelo espirito de doçura, que prescreve o Evangelho. Nunca a adulação o percerteo; nem elle pode já mais falar esta linguagem tão usada nos Palacios. Procurava felicitar a Soberana, e o Reino; e a lisonja he a fonte da infelicidade, e da desgraça dos Imperios.²⁶³

Nesta passagem observamos como Inácio de São Caetano, vendo-se agora como confessor da Rainha, entendeu que o seu officio era não só um serviço pessoal a D. Maria, mas à Nação portuguesa. De facto, o carmelita flaviense, agora também Arcebispo de Tessalónica, sabia que era um elemento de extrema confiança da Rainha. Inácio de São Caetano sabia que

²⁶⁰ Manoel de Santo Ambrósio, 90.

²⁶¹ Cf. Mary del Priore, *D. Maria I: As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como «a louca»* (Alfragide: Casa das Letras, 2020), 127.

²⁶² Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 91-92.

²⁶³ Manoel de Santo Ambrósio, 95.

D. Maria confiaria nele a orientação das suas ações, não só do foro espiritual – como o fazia há dezoito anos –, mas também do âmbito governativo, como seu Ministro.²⁶⁴

D. Fr. Inácio de São Caetano foi ministro de D. Maria apenas durante 16 meses. Contudo, como ministro assistente ao despacho, o arcebispo de Tessalónica foi responsável por várias decisões de alcance. Inácio de São Caetano promulgou um diploma para apressar a reconstrução da cidade de Lisboa que havia sido dizimada pelo terramoto em 1755, facilitou as trocas comerciais nos portos do império português e emitiu vários decretos favoráveis ao vinho do Porto. Além disso, estabeleceu a 30 de janeiro de 1788 um tratado entre Portugal e a Rússia para promover as relações de amizade e comerciais entre ambos os países, entregou as fábricas de lanifícios de Portalegre e de sedas em Trás-os-Montes a particulares. O ministro principal de D. Maria tomou ainda várias medidas sanitárias para controlar a epidemia de raiva, provinda dos cães vadios.²⁶⁵

Apesar da sua dignidade, o arcebispo-confessor vivia no Palácio de forma muito austera, conforme a sua vocação de descalço carmelita: «O vestido decente, mas sem fausto; as fivelas dos çapatos erão de ferro: em fim tudo nos dava a conhecer que no seu coração revivia, e reinava a simplicidade, e singeleza dos Santos Bispos da Igreja Primitiva».²⁶⁶

Privado propositadamente de todos os mordomos cortesãos a que tinha direito, serviu apenas D. Fr. Inácio de São Caetano um carmelita descalço, o irmão Bernardo de Nossa Senhora do Carmo (1736-1802), «com muita honra, e satisfação até o fim da sua vida».²⁶⁷ Cremos que seria muito querido pela Rainha, já que esta, após a morte de D. Fr. Inácio de São Caetano em 1788, permitiu-lhe que continuasse a residir no Paço. O carmelita, porém, optou por recolher-se no claustro dos Remédios de Lisboa, onde viria a falecer.

3.3. No processo do Marquês de Pombal

Com a subida ao trono de D. Maria e com a *viradeira* que marcou o seu reinado, o Marquês de Pombal entendeu que não poderia persistir na Corte. Assim, a 1 de março de 1777 Carvalho e Melo apresenta a sua demissão, manifestando o seu desejo de se mudar para a quinta de Pombal. A 4 de março a Rainha responde ao pedido de demissão de uma forma muito cordial.²⁶⁸

²⁶⁴ José Maria Latino Coelho, *Historia Politica e Militar de Portugal: Desde os fins do XVIII até 1814*, vol. 2 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1885), 93.

²⁶⁵ Cf. Ramos, *D. Maria I*, 77-78.

²⁶⁶ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 110.

²⁶⁷ Manoel de Santo Ambrósio, 111.

²⁶⁸ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 196-197.

Relata Joaquim Veríssimo Serrão que, «recolhido à casa de Oeiras, o ancião mandou confiar os seus papéis de governo a Frei Inácio de S. Caetano, bispo de Penafiel e confessor da rainha. Este se encarregaria de os entregar à soberana, que daria a “estas Memórias” o destino que lhe aprouvesse».²⁶⁹

Na Corte, o ambiente era hostil e violento para Pombal e os seus sequazes. Certamente que Inácio era mal visto por diversos cortesãos. Confessa Montalvão Machado:

Odiado por uns, desprezado por outros, poucos o tolerariam, e só uma pessoa continuava a conceder-lhe a sua estima, a rainha D. Maria I. [...] Agora, na situação única de confessor da rainha e a confiança absoluta da sua confessada, ficava o novo arcebispo ao abrigo da maledicência dos corifeus da política nova.²⁷⁰

Apesar da demissão e saída de Pombal da Corte, este último não se livraria de um processo político liderado por tantos que publicamente o odiavam, como Francisco José Caldeira Soares Galhardo de Mendanha.²⁷¹ O processo desenrolado, por sinal deveras complexo, a cargo do Desembargo do Paço, ia encaminhando-se para condenar o ministro de D. José à pena capital. No ano de 1779, numa carta dirigida à Rainha, a madre Teresa de Jesus (Teresa de Melo), carmelita descalça, confia o destino das ações de D. Maria ao Coração de Jesus, para que a ilumine «neste caso do marquês que, confiança lhe peço, que se acerte e que a livre de omissões».²⁷²

Em outubro de 1779 ocorreram os interrogatórios a Carvalho e Melo em Pombal que se prolongaram ao ano seguinte. O desfecho era iminente para o Marquês e para a Marquesa, sua esposa, e as esperanças escasseavam. Contudo, «havia um homem, que ainda não se manifestara claramente e a quem a família Pombal se podia dirigir sem desdouro. Era Fr. Inácio de São Caetano, confessor da rainha».²⁷³ Assim, após os interrogatórios a que fora sujeito, Pombal apelou ao Arcebispo de Tessalónica através do seu filho, o conde de Oeiras e mordomo da Corte: «O Marquês não tinha, aliás, qualquer dúvida sobre as pressões que haveriam de fazer-se sentir junto da rainha, no sentido de o condenar à pena capital. Por isso, logo que os dois juízes deixaram a vila, Pombal escreveu a D. Frei Inácio de S. Caetano, bispo de Penafiel e confessor da rainha, a pedir a sua intercessão».²⁷⁴

²⁶⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista* (Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982), 181.

²⁷⁰ Machado, *Quem livrou Pombal*, 210-211.

²⁷¹ Cf. Machado, 292.

²⁷² Lázaro, *O Reinado do Amor*, 393.

²⁷³ Machado, 320.

²⁷⁴ Serrão, *O Marquês de Pombal*, 182.

Restava a Carvalho e Melo a clemência da Rainha, adquirida através da ação do seu confessor.²⁷⁵ Por fim, a 16 de agosto de 1781 era publicada a sentença, condenando Sebastião José de Carvalho e Melo e votando-o ao exílio, mas poupando-lhe a vida.²⁷⁶

Podemos questionar-nos da mesma forma como José Timóteo Montalvão Machado intitidou a sua obra: *Quem livrou Pombal da pena de morte? Apesar do desabrimento* de Inácio de São Caetano perante o caso de Carvalho e Melo, não podemos negar que houve uma clara intervenção do carmelita flaviense no desfecho deste processo. Não conhecemos resposta à carta endereçada a 18 de janeiro de 1780 pelo Marquês de Pombal ao Arcebispo de Tessalónica. O que é possível afirmar é que, após esta carta, na «correspondência trocada, dentro da família Pombal, começa a mostrar menos preocupações do que as que revelavam cartas anteriores».²⁷⁷ Declara Montalvão Machado:

De tudo quanto acabamos de dizer, somos levados a concluir que, durante aqueles três anos e meio, que vão de Março de 77 a Agosto de 80, o arcebispo de Tessalónica só aparentemente ficou alheio à desdita do Marquês de Pombal. Habilmente, discretamente, ele foi preparando, como pôde e como soube, a defesa do antigo ministro. [...] Vemos em todo este processo a sombra prestigiosa e grave do arcebispo de Tessalónica. Ele contribuiu, mais do que ninguém, para livrar Pombal da pena de morte.²⁷⁸

Já num manuscrito da carmelita descalça Maria do Carmo do Coração de Jesus, publicado pelo jesuíta Costa Lima, se acena à clemência de D. Maria I na véspera da sua aclamação, intermediada pelo seu confessor.²⁷⁹ A religiosa relata, certamente a partir de tradição oral, que Carvalho e Melo havia preparado um decreto de abdicação ao trono por parte da Rainha na véspera da sua aclamação. O seu confessor recomendou-lhe que não assinasse o documento, pois suspeitava de alguma conspiração encetada contra D. Maria. Pombal ter-se-á dirigido a Inácio de São Caetano clamando por misericórdia. A Rainha, descobrindo todo o esquema que havia sido montado contra ela, pergunta ao seu confessor sobre o que deveria fazer com Carvalho e Melo. A resposta do carmelita foi clara: «Senhora, já se vê que isto só com a morte. Porém, parece bem a Vossa Majestade levantar uma forca no dia da sua aclamação? Desterre-o para, em toda a sua vida, não poder sair da sua Vila de Pombal».²⁸⁰

Podemos adivinhar que este período da vida de D. Fr. Inácio de São Caetano foi de imensa proximidade com D. Maria. A verdade é que as quase duas décadas de acompanhamento

²⁷⁵ Cf. Ramos, *D. Maria I*, 92.

²⁷⁶ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 337.

²⁷⁷ Machado, 342.

²⁷⁸ Machado, 342-343.

²⁷⁹ Cf. J. da Costa Lima, *Carmelitas da Estrela: virtudes ignoradas e outras narrações* (Lisboa: s. ed., 1945), 30-31.

²⁸⁰ Lima, *Carmelitas da Estrela*, 31.

espiritual do carmelita flaviense à Princesa do Brasil e, agora, Rainha de Portugal, ofereceram-lhe a possibilidade de intervir nos destinos das ações de D. Maria.

3.4. Académico honorário da Academia das Ciências de Lisboa

A 24 de dezembro de 1779, sob o beneplácito de D. Maria, foi fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa. A criação desta Academia, com as classes de Letras e de Ciências é fruto, sobretudo, de D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões e primeiro Presidente, e de José Correia da Serra, juntamente com o apoio de Domingos Vandelli e ainda do visconde de Barbacena. Esta instituição, bem como as demais Academias já criadas em Portugal sob patrocínio régio (Academia Portuguesa, Academia da História), ocuparam um lugar importante na cultura portuguesa: «as academias se deixaram tutelar pelo Poder, deixando transparecer possivelmente a realidade mais forte na definição das instituições de saber durante o Antigo Regime, a sua estreita e colaborante dimensão com os poderes instituídos».²⁸¹

Na primeira sessão da Academia realizada a 16 de janeiro de 1780, foi eleito como académico honorário D. Fr. Inácio de São Caetano.²⁸² Cremos que esta eleição significa uma honrosa gratificação a um homem notável e ilustre entre os intelectuais à época em Portugal.

Este dado, que não encontramos em nenhum estudo realizado anteriormente sobre Inácio de São Caetano, revela-se de particular importância. A inserção do seu nome no catálogo dos académicos da recém-criada Academia das Ciências de Lisboa é um marco notável na vida do carmelita flaviense que, mais uma vez, o insere nas dinâmicas intelectuais e culturais da sua época.

3.5. Na fundação da Basílica da Estrela

Se houvesse necessidade de apontar a grande obra erigida no reinado de D. Maria, certamente que não duvidaríamos em afirmar o Real Convento e Basílica da Estrela. Também neste grande empreendimento, verdadeiro ex-líbris português, encontramos a presença ativa e interventiva de Inácio de São Caetano.

A história da Basílica da Estrela inicia-se em 1760, quando a então Princesa do Brasil se casara com seu tio, o infante D. Pedro. D. Maria confessou ao seu diretor espiritual que desejava um filho varão para garantir a sucessão. Aconselhada pelo carmelita, fez um voto a 24

²⁸¹ António Camões Gouveia, «Estratégias de interiorização da disciplina», em *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 4 (s.l.: Círculo de Leitores, 1993), 444-445.

²⁸² Cf. *Processos Académicos*, 26r, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

de outubro de 1760 ao Sagrado Coração de Jesus para gerar um primogénito.²⁸³ Caso o seu voto fosse atendido, a Princesa prometeu «erigir um bom templo na periferia de Lisboa, para o que se poderia aproveitar o Casal da Estrela, o qual, por andar adstrito à Casa do Infantado, pertencia agora a seu marido, infante D. Pedro».²⁸⁴ Como nos informa o seu biógrafo, também Inácio de São Caetano, como «era tão ardente o seu desejo pela perpetuidade do Throno, que elle mesmo fez hum voto ao Santissimo Coração de Jesus, de jejuar no seu dia a pão, e agua, para que o Senhor dêsse á Rainha quem lhe sucedesse no Reino».²⁸⁵

O desejo de D. Maria viria a concretizar-se, já que a 21 de agosto de 1761 viria a nascer o seu tão desejado filho primogénito, o príncipe D. José (1761-1788). Perante o nascimento, «tão satisfeita ficou a princesa D. Maria e tanta estima tinha já pelo seu confessor, que não hesitou em concordar com o desejo do frade carmelita descalço: o templo a construir, bem como um convento anexo, sob a designação do Sagrado Coração de Jesus, seriam entregues à meritória Ordem dos Carmelitas Descalços».²⁸⁶

Inácio de São Caetano, em 1761²⁸⁷ e em 1762²⁸⁸ viria a proferir dois sermões em gratidão pelo nascimento de D. José. Reparemos que o segundo destes sermões – *Gratidão desempenhada* – é dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, a quem foi dirigido o voto da Princesa e do seu confessor. Sobre eles falaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Concordamos com Sandra Saldanha: «Figura fulcral na concretização do projecto, o papel desempenhado por D. Fr. Inácio de São Caetano prende-se, antes do mais, com a influência que, de forma crescente, foi exercendo sobre a soberana, primeiro cumprindo a sua missão espiritual, depois assistindo-a nas decisões políticas do país».²⁸⁹ Já fomos aqui referindo a influência clara de Inácio de São Caetano na vida da Rainha, mas também a confiança da soberana no seu confessor.

D. Fr. Inácio de São Caetano demonstrar-se-á como claro impulsionador da Basílica da Estrela «em dois aspectos distintos: por um lado, o apoio inicialmente manifestado ao culto do Santíssimo Coração de Jesus e, por outro, a influência que seguramente exerceu na escolha das religiosas que viriam a habitar o novo cenóbio».²⁹⁰ Contemplamos a ação de Inácio de São Caetano na propagação do culto ao Sagrado Coração de Jesus, nomeadamente, no sermão

²⁸³ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 148.

²⁸⁴ Machado, *Quem livrou Pombal*, 378.

²⁸⁵ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 95.

²⁸⁶ Machado, *Quem livrou Pombal*, 378.

²⁸⁷ Inácio de São Caetano, *Portugal agradecido: Oração gratulatoria* (Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1761).

²⁸⁸ Inácio de São Caetano, *Gratidão desempenhada: Oração gratulatoria, e parenetica* (Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762).

²⁸⁹ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 30-31.

²⁹⁰ Saldanha, 31.

pregado em 1762 na Capela Real da Bemposta, que é verdadeiramente uma ode ao Coração de Jesus. Além disso, numa carta de 12 de junho de 1776, a carmelita descalça Teresa de Melo, também ela orientada espiritualmente pelo descalço flaviense, escreve: «No nosso Padre da alma [Inácio de São Caetano], a quem escolheu, por meio, para lhe radicar esta devoção, prometida à sua serva Alacoque».²⁹¹ A madre Teresa de Jesus refere-se à devoção ao Santíssimo Coração de Jesus, que desde cedo Inácio de São Caetano foi inculcando a D. Maria.

A obra da Basílica da Estrela esteve a cargo do arquiteto Mateus Vicente de Oliveira e, após o falecimento deste em 1786, a Reinaldo Manuel dos Santos.²⁹² Os trabalhos iniciaram-se em 1778 e a 15 de novembro de 1789 viria a ser sagrada a nova Basílica. Em 1781, uma comunidade de carmelitas descalças oriundas do cenóbio de Santa Teresa de Jesus de Carnide partiram para o convento, cuja edificação se encontrava já concluída. D. Fr. Inácio de São Caetano benzeu o novo Carmelo e colocou o Santíssimo Sacramento no sacrário da provisória capela da comunidade.²⁹³

A ação de Inácio de São Caetano na construção da Basílica e Convento da Estrela é clara. Afirma Manuel de Santo Ambrósio que o Arcebispo de Tessalónica foi «o motor desse Real, e magnífico Convento»,²⁹⁴ Ayres de Carvalho propõe Inácio de São Caetano como «segundo fundador do Convento e da Basília da Estrela».²⁹⁵ Afirma:

A esta obra que seria magnífica e quase sem par desde que o *Magnânimo* erigiu o grandioso Convento e Basílica de Mafra dedicada aos pobres franciscanos, ficaria para sempre ligado o nome do confessor da rainha Fr. Inácio de São Caetano, então já Arcebispo de Tessalónica e que há quase vinte anos exercia a sua missão espiritual. [...] Sem dúvida que Fr. Inácio de S. Caetano foi o primeiro devoto da tão discutida veneração ao “Coração de Jesus” e também o protector da Ordem dos Carmelitas Descalços a que desde sempre pertenceu.²⁹⁶

Silvério de Santa Teresa, já por nós citado, afirma que o Real Convento e Basílica da Estrela representa «o ápice da grande estima que o Carmelo reformado gozava entre os mais altos poderes e entre o povo».²⁹⁷ Conclui Montalvão Machado:

Foi este templo que D. Maria I escolheu para vir um dia a guardar os seus restos mortais. Num gesto bem significativo da mais alta admiração, estima e gratidão pelo seu antigo confessor e conselheiro, e numa atitude de solidariedade humana, jamais verificada na nossa História, quis a rainha que os seus próprios ossos viessem a jazer a lado dos ossos de Tessalónica.²⁹⁸

²⁹¹ Lázaro, *O Reinado do Amor*, 226-227.

²⁹² Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 148-149.

²⁹³ Cf. Lima, *Carmelitas da Estrela*, 21-22.

²⁹⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epítome da vida*, 163.

²⁹⁵ Ayres de Carvalho, *A Basílica Estrela: no segundo centenário da sua fundação* (Lisboa: s. ed., 1979), 5.

²⁹⁶ Carvalho, *A Basílica da Estrela*, 9.

²⁹⁷ «el ápice de la grande estima que el Carmelo reformado gozaba entre sus más altos poderes y el pueblo». Silvério de Santa Teresa, *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y America*, vol. 12, 272.

²⁹⁸ Machado, *Quem livrou Pombal*, 224.

O mecenato de D. Fr. Inácio de São Caetano não se remeteu apenas à Basílica da Estrela. O seu biógrafo informa-nos que «os demais Conventos da Congregação experimentarão a sua caridade antes, e depois da sua morte, e eu mesmo a confesso pelo Collegio de Figueiró».²⁹⁹ Além disso, é sabido que «Fr. Inácio contribuiu significativamente para a manutenção do convento da Visitação de Santa Maria [...] de religiosas salésias»,³⁰⁰ conforme também declara Manuel de Santo Ambrósio.³⁰¹

É conhecida a grande devoção nutrida pelo arcebispo-confessor ao Santíssimo Sacramento. Inácio de São Caetano juntou-se ao movimento de desagravo do acontecido em 1630 na igreja de Santa Engrácia, em Lisboa. É neste âmbito que é construído o “conventinho” do Desagravo do Santíssimo Sacramento, fundado em 1766 pela infanta D. Maria Ana, cujo confessor era Inácio de São Caetano.³⁰²

A ação caritativa do Arcebispo de Tessalónica estendeu-se igualmente a outras pessoas. Manuel de Santo Ambrósio informa-nos que «aos pobres de Salvaterra, e dos mais lugares, aonde hia com a Soberana, mandava vestir, além das mais esmolas com que soccorria a sua indigência».³⁰³ Era igualmente um benfeitor dos enfermos de Lisboa.

Além disso, proveu de dote algumas religiosas, nomeadamente uma sua parenta, Mariana do Coração de Jesus, carmelita descalça da Estrela e Isabel Maria Vaughan, jovem irlandesa que viria a ingressar no mosteiro da Visitação, acima referido, com o nome de Leonor Inácia, em homenagem ao seu benfeitor.³⁰⁴

3.6. Inquisidor-Geral

Em 1787, na linha do ideário pombalino da Coroa controlar o Tribunal do Santo Ofício, o arcebispo-confessor de D. Maria I foi escolhido para desempenhar o cargo de inquisidor-geral.³⁰⁵ Nesta altura, era igualmente membro do Conselho de Estado e ministro do Despacho da mesma Rainha, nomeado a 25 de julho de 1787, com autorização de remeter negócios encarregados pela própria D. Maria, segundo decreto de 22 de agosto de 1787.³⁰⁶ Ocupou este cargo apenas durante 20 meses, já que a 29 de novembro do ano seguinte viria a falecer.³⁰⁷

²⁹⁹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 123.

³⁰⁰ Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 29.

³⁰¹ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 123-124.

³⁰² Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 28.

³⁰³ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 124.

³⁰⁴ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, 119-120.

³⁰⁵ Cf. Francisco Bethencourt, «A Inquisição», em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 111.

³⁰⁶ Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 27.

³⁰⁷ Cf. Marcocci e Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 381-382.

Embora o governo do arcebispo de Tessalónica tenha sido curto, podemos acenar a algumas medidas que promoveu, apesar do reduzido impacto motivado pelo parco tempo que esteve em exercício. Em primeiro lugar, procurou reformar o *Regimento* de 1774, nomeando, para tal, Pascoal José de Melo Freire dos Reis. Este jurista propôs a aplicação de uma série de medidas de forma a «tornar aceitável aos olhos da população uma instituição detestada, conforme confessara a D. Maria I».³⁰⁸

O novo Regimento da Inquisição procurava espelhar uma nova visão sobre o direito penal em Portugal querida por D. Maria:

Para a rainha, a elaboração do projecto do Novo Código de Direito Público, que não foi por diante, apesar das insistências da monarca, assim como a reforma do Regimento da Inquisição, cara ao arcebispo de Tessalónica, constituiu um dos temas emblemáticos da sua política, a exemplo da acção penal que excluía o sangue em favor das medidas tendentes ao arrependimento dos condenados.³⁰⁹

Em segundo lugar, Inácio de São Caetano preocupou-se em reformar a ação censória da Coroa. A Real Mesa Censória, onde o arcebispo de Tessalónica havia desempenhado um importante papel, formada em 1768, era agora extinta pelo alvará régio de 21 de junho de 1787. A antiga Real Mesa Censória era substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, deixando de integrar o círculo orgânico da Inquisição.

Manuel de Santo Ambrósio oferece-nos uma descrição da forma como D. Fr. Inácio de São Caetano desempenhou este ofício:

Conheceo-se bem a pureza da sua fé, o zelo pelo seu augmento, a inteireza misturada com a compaixão dos delinquentes, a sabedoria em o methodo de se tratarem as causas daquele santo, e rectissimo Tribunal. Seus integerrimos Ministros, e Officiaes ainda hoje confessão publicamente a sua prudencia, e a sua justiça, e tambem a sua piedade; e a Soberana, que o honrou tanto, tem a gloria do seu acerto na exacção, com que o Arcebispo satisfez os relevantes empregos, que lhe incumbio.³¹⁰

Podemos concluir que, às portas da Revolução Francesa, «a Inquisição deixara de ser campo de formação e recrutamento privilegiado das elites da Igreja, e cada vez mais raramente os seus membros ocupavam funções de destaque em conselhos e tribunais da Coroa».³¹¹

³⁰⁸ Marcocci e Paiva, 383.

³⁰⁹ Ramos, *D. Maria I*, 238.

³¹⁰ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 102-103.

³¹¹ Marcocci e Paiva, *História da Inquisição Portuguesa*, 384.

3.7. Retratado por William Beckford

Gostaríamos, neste momento, de apresentar um testemunho da época sobre a figura central deste nosso trabalho. Trata-se das apreciações que William Beckford (1760-1844) nos oferece em algumas cartas que expediu no ano de 1787 desde Portugal. Consideramos que o testemunho de Beckford sobre D. Fr. Inácio de São Caetano é muito interessante pois transparece aquilo que seria o carácter do carmelita antes e depois do contacto direto com ele. William Beckford é prova de que «a sua aparência rústica de transmontano poderia induzir em erro quem o observasse superficialmente. Só no convívio se lhe descobriam as virtudes».³¹²

Este viajante inglês, numa das viagens realizadas pela Europa, passou por Portugal, hóspede do embaixador britânico em Portugal, e contactou proximamente com o Portugal de Setecentos. Desde Lisboa enviou diversas cartas que acabam por nos oferecer um retrato contemporâneo a Inácio de São Caetano do Reino português e da Corte de D. Maria.

Numa carta de 14 de junho de 1787, Beckford, durante um passeio noturno pelo Terreiro do Paço, vislumbra pela primeira vez o arcebispo-confessor. Escutemos as suas palavras:

N'uma das sacadas ostentava a volumosa figura o Arcebispo Confessor. Este, actualmente, importantíssimo personagem era um camponio, que assentou praça de soldadoraso; de soldado passou a cabo de esquadra, de cabo de esquadra fez-se frade, e nesta qualidade deu tantas provas de tolerância e bom humor, que o marquez de Pombal, topando-o por um d'esses acasos que desafiam todos os cálculos, julgou-o sufficientemente astuto, jovial e ignorante para fazer delle um inoffensivo e commodo confessor de Sua Magestade, então Princeza do Brasil, e depois da sua ascensão ao throno foi nomeado Arcebispo, *in partibus*, e Inquisidor-Mór, e veio a ser a mola principal do actual governo. Nunca vi sujeito mais grosseiro do que elle. Parece banhar-se em agua de rosas, e ri e engorda, apesar da critica situação dos negócios do paiz, e dos justos receios que os verdadeiros patriotas nutrem de o verem outra vez reduzido a província hespanhola!³¹³

Com esta passagem, torna-se evidente que o primeiro contacto que William Beckford teve com Inácio de São Caetano foi deveras negativo e desagradável. Podemos adivinhar a fama que corria em Lisboa sobre o Arcebispo de Tessalónica.

Mais tarde, numa carta redigida a 12 de setembro de 1787, Beckford relata uma visita que fez ao Paço. Nessa visita, foi visitar Inácio de São Caetano:

Fomos, conforme a indicação que tínhamos recebido, visitar o Arcebispo-Confessor, sendo immediatamente admittidos no seu *sanctum sanctorum* – um agasalhado aposento, forrado de apparatusas e alegres tapeçarias, que communicava com os quartos da Rainha por uma escada de caracol. Um leigo rústico, gordo e patusco [muito possivelmente, Bernardo de Nossa Senhora do Carmo], tão completamente grosseiro e vulgar como qualquer carreiro ou arrieiro da christandade, entreteve-nos, enquanto o seu amo não veio, contando-nos algumas interessantes, posto que não mui decentes historias do palácio.³¹⁴

³¹² Domingues, *D. Maria I e a sua época*, 70.

³¹³ William Beckford, *A Côte da Rainha D. Maria I* (Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901), 38-39.

³¹⁴ Beckford, *A Côte da Rainha D. Maria I*, 110.

Entretanto, o Arcebispo de Tessalónica chega aos seus aposentos. Reparemos no relato apresentado por Beckford:

Aquelles que esperam encontrar no Grande Inquisidor de Portugal um rosto sêcco e lúgubre, e um olhar reprovador e de maldição, ficam logrados. Raras vezes a gente tem o prazer de ver uma physionomia mais agradável, mais jovial, do que aquella com que o ceu benignamente o dotou. Recebeu-me da maneira mais franca e cordeal, e tenho rasões para crer que estou em grande valimento junto da sua pessoa.³¹⁵

No primeiro encontro que o jovem inglês tem com o carmelita flaviense, a apreciação que faz é totalmente diferente daquela que apresenta na carta datada de 14 de junho. Cremos que o arcebispo-confessor apreciou a figura de William Beckford, pois não deixou que este se retirasse. Convidou-o a visitarem a Sala dos Cisnes, no Palácio, onde estavam os cortesãos. Inácio de São Caetano desafiou Beckford a fazer um retrato do círculo áulico de então. Não deixa de ser graciosa a reação dos cortesãos aquando da chegada de Beckford e de Inácio:

Metade dos circumstantes dobravam o joelho, uns com petições, outros com memoriaes, aquelles pedindo logares e promoções, estes bênçãos, de que o meu reverendo conductor não era de certo pródigo. Elle parecia tratar todas estas vivas demonstrações de adulator servilismo com o modo mais desdenhoso, e, cortando pela multidão, que se afastava respeitosa para nos dar passagem.³¹⁶

William Beckford atesta aquilo que Manuel de Santo Ambrósio afirmou acerca da repulsa dos hábitos cortesões por parte de Inácio de São Caetano. Interrompido por ter sido chamada pela Rainha, o arcebispo-confessor despede-se do jovem inglês com um convite para jantar, convite raro da parte do carmelita. Sobre esse jantar e, enfim, o caráter de Inácio de São Caetano, relata Beckford:

A jovialidade do Arcebispo chegou ao seu auge, e, supondo que eu não era menos sensível ao prazer das libações entre convivas do que muitos dos meus compatriotas, serviu-me tantas vezes e com tanta alacridade, como se eu fosse um dos seus imaginários arcebispos, ou o próprio lord Tyrawley, que tivesse voltado d'essas frias regiões, onde não se dão jantares nem circulam as garrafas. O leigo era uma tal fonte de anedoctas, o Arcebispo estava de tal forma alegre, e Marialva tão jubiloso, por ter sido admittido a este secreto festim, que é impossível dizer por quanto tempo elle se prolongaria, se não se aproximasse a hora do passeio de Sua Magestade, e o Arcebispo não fosse chamado para a acompanhar.³¹⁷

Desta forma vemos como o caráter de D. Fr. Inácio de São Caetano era pautado pela boa disposição, a alegria e o bom acolhimento dos seus convidados. Além disso, o testemunho

³¹⁵ Beckford, 111.

³¹⁶ Beckford, 113.

³¹⁷ Beckford, 116-117.

de William Beckford permite-nos desvelar como seria o estilo de vida do Arcebispo de Tessalónica entre os cortesãos no Paço Real.

3.8. O entardecer de uma vida

Na noite de 23 para 24 de novembro de 1788, D. Fr. Inácio de São Caetano começou a sentir-se mal. Tendo-se agravado o seu estado de saúde, o Arcebispo de Tessalónica viria a falecer, muitíssimo doente, a 29 de novembro de 1788 no Palácio de Queluz, tendo consigo a relíquia da mão esquerda de Santa Teresa de Jesus,³¹⁸ muito querida aos Bragança e, naturalmente, a todo o Carmelo Descalço em Portugal.³¹⁹ Noticiou a *Gazeta de Lisboa*:

D. Fr. Ignacio de S. Caetano, da Ordem dos Carmelitas Descalços, Arcebispo de Thessalonica, Confessor de S. M. e AA., Inquisidor Geral, e Conselheiro Assistente ao Despacho do Gabinete, faleceu no Real Palacio de Quéluz a 29 do mez passado em idade de 70 annos, e foi sepultado no Convento dos Religiosos Teresios de Carnide.³²⁰

Sobre a morte de Inácio de São Caetano, declara Manuel de Santo Ambrósio: «Sentio a Soberana a falta de hum Confessor, e de hum Ministro; a Religião a de hum filho; o povo a de hum Protector; todos a de hum Exemplar».³²¹ Declara Mário Domingues que «D. Maria I iria sentir-lhe muito a falta. Ele fora o conforto do seu espírito atribulado e o seu forte amparo de rainha bem intencionada».³²²

Com a morte do seu confessor, um verdadeiro pilar a vários níveis, D. Maria viu-se mais vulnerável e incapaz de reagir contra as suas tendências depressivas e escrupulosas. A morte de D. Fr. Inácio de São Caetano pesou indubitavelmente no agravamento da saúde mental da soberana.³²³

O seu confessor era não só um confidente a nível espiritual, mas também político. Inácio de São Caetano foi um personagem indispensável ao longo da vida da monarca: «A franqueza e o desprezo pela lisonja áulica de Tessalónica, o seu conhecimento dos meandros tanto da vida cortesã, como da mente devota da rainha, o seu senso comum apurado, fizeram dele, desde o princípio do reinado, o indispensável, o fiável conselheiro régio para os assuntos domésticos e de Estado».³²⁴

³¹⁸ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 139.

³¹⁹ Cf. José João Loureiro, «A Mão da Santa Madre Teresa de Jesus» em *A Reforma Teresiana em Portugal* (Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017), 451.

³²⁰ *Gazeta de Lisboa*, 2 de dezembro, 1788, 4.

³²¹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 155.

³²² Domingues, *D. Maria I e a sua época*, 75.

³²³ Cf. Priore, *D. Maria I*, 146.

³²⁴ Ramos, *D. Maria I*, 226.

Inácio de São Caetano foi substituído por D. José Maria de Melo, bispo do Algarve, no cargo de confessor de D. Maria. Com o novo confessor, de linha jansenista, assistiu-se a um retrocesso no equilíbrio da saúde mental e espiritual da rainha. Faltava a D. José Maria de Melo a autoridade do arcebispo de Tessalónica e a capacidade de tranquilizar a soberana nos seus escrúpulos. Envolvida nesta espiral, D. Maria viria a ser considerada incapaz para governar no inverno de 1792.³²⁵

Outras hipóteses relativas à morte de Inácio de São Caetano foram levantadas por vários autores, nomeadamente a suspeita do assassinio do confessor da Rainha pelo príncipe D. João ou pelo visconde de Cerveira.³²⁶ Caetano Beirão, por outro lado, rejeitando a hipótese do homicídio, considera que a morte de Inácio de São Caetano se deveu a uma congestão gástrica.³²⁷

No dia 1 de dezembro o seu corpo foi sepultado no convento de São João da Cruz de Carnide, na capela do Santíssimo Sacramento, mandada construir pelo próprio Inácio de São Caetano, como já referimos neste trabalho. O ofício foi celebrado por D. José Maria de Melo, bispo do Algarve e sucessor de Inácio no cargo de confessor da Rainha, e cantado pelos músicos da Capela Real. A 17 de dezembro o Tribunal da Inquisição celebrou exéquias pelo inquisidor-geral na igreja dos frades dominicanos. A 19 do mesmo mês foi levantada uma essa e celebrada Missa pelo falecido confessor régio na igreja de Santa Isabel, com larga audiência aristocrática e eclesiástica.³²⁸

A 14 de janeiro de 1789 foi levantada nova essa, desta vez pelo fiel servo do Arcebispo de Tessalónica, Bernardo de Nossa Senhora do Carmo, para ser celebrada uma Missa no cenóbio masculino de Carnide, tendo pregado o Geral da Congregação, António do Nascimento.

3.9. A transladação para a Basílica da Estrela

No ano de 1790, de acordo com a vontade de D. Maria, foi decidida a transladação do corpo de D. Fr. Inácio de São Caetano para a Basílica da Estrela, esse templo dedicado ao Sagrado Coração de Jesus que ele mesmo havia impulsionado. Sobre a solene transladação do corpo de Inácio, relata-nos com pormenor Manuel Pereira Cidade.³²⁹

³²⁵ Cf. Ramos, 230-231.

³²⁶ Cf. Saldanha, *A Basílica da Estrela*, 29.

³²⁷ Cf. Beirão, *D. Maria I*, 339.

³²⁸ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, 157-158.

³²⁹ Cf. Cidade, *Memórias da Basílica da Estrêla*, 177-185.

Concluídas as obras da Real Basílica, levantou-se «na Sacristia um honrado, nobre e soberbo moimento, para servir de deposito perpetuo do Arcebispo; de modo que no dia 5 de Fevereiro se ordenou a sua Trasladação».³³⁰ Levantada a elevada essa no interior da igreja, reuniram-se no adro os carmelitas descalços dos Remédios e do convento do *Corpus Christi*, juntamente com os inquisidores do Santo Officio que carregaram o caixão, que veio do cenóbio de Carnide, e o colocaram sobre a essa. Relata Manuel de Santo Ambrósio:

Nesse dia sobre a tarde era bem gostoso ver a multidão, que se ajuntou na lameda de Carnide para fazerem o ultimo obsequio ao Arcebispo, e mostrarem a sua gratidão, acompanhando o seu corpo ao jazigo preparado. Já se sabe que á Piissima Rainha se deve toda a pompa, e magnificencia desta função, e por sua ordem se apromptarão os coches, criados, e tudo o mais necessario para o grande esplendor.³³¹

O officio da trasladação foi celebrado pelo Geral da Congregação portuguesa dos carmelitas descalços, António do Nascimento, que benzeu o sarcófago onde repousariam os restos mortais de Inácio de São Caetano.³³²

Na noite de 5 para 6 de fevereiro foram cantados os noturnos do Officio de Defuntos pelos franciscanos, os carmelitas calçados, os frades dominicanos e as Laudes pelos carmelitas descalços dos Remédios. De seguida, com a presença da Família Real, iniciou-se

a Missa de Pontifical, que celebrou o Ex.^{mo} Principal Cunha, sobrinho da Priora, que teve por Ministros do Evangelho, e Epistola D. Desiderio de Alencastre e Manoel Pedro Sinel de Cordes, e Assistente D. Antonio de Alencastre, todos Conegos da S.^{ta} Igreja Pathriarcal; e a Missa foi Officiada pelos Cantores, e Muzicos da mesma S.^{ta} Igreja; e da mesma erão todos os Mestres de Ceremonias, e os mais Acolitos, os quaes fôrão em grande numero.³³³

Ao fim da missa solene, foi pregado um sermão por Manuel de Santo Ambrósio, carmelita descalço dos Remédios que nos ofereceu a primeira biografia de Inácio de São Caetano. O carmelita descalço inspirou o seu sermão no versículo 9 do capítulo 47 do livro do Eclesiástico: *In omni opere dedit confessionem Sancto, et Excelso in verbo gloriae*, «O Santo Deos foi o objecto de todas as suas obras, e as suas palavras derão gloria ao Excelso».³³⁴

Manuel de Santo Ambrósio iniciou o sermão alertando os seus ouvintes que os méritos que Inácio de São Caetano gozou em vida não se devem às múltiplas dignidades que gozou, mas sim à sua integridade de vida: «As honras, que gozou o Ex.^{mo}, e R.^{mo} Senhor D. Fr. Ignacio de S. Caetano, não são capazes de fazer o seu louvor. Sobre o mérito das suas acções, e das suas palavras he que deve fundar-se a sua gloria».³³⁵ Por isso, exclama o pregador:

³³⁰ Cidade, 177-178.

³³¹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 165-166.

³³² Cf. Manoel de Santo Ambrósio, 169.

³³³ Cidade, *Memórias da Basílica da Estréla*, 182-183.

³³⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Oração funebre*, 3.

³³⁵ Manoel de Santo Ambrósio, 5.

Das suas Dignidades nada resta, mais que nomes estrondosos. As suas virtudes todas inteiras vivem na immortalidade. O caracter da sua grandeza cauca consumio-se com o corpo, o da sua probidade he eterno com a alma. Confessor, Bispo, Arcebispo, Inquisidor Geral, Ministro Assistente; ah! meus irmãos, esquecei essa vaidade que o mundo idolatra. Tudo nada, tudo insignificante nas vistas da Religião. Acções de hum animo sinceramente Christão, palavras nascidas de hum coração verdadeiramente Catholico, o Evangelho as canoniza, Deos tem ahi a sua gloria, e o meu Heróe o seu louvor.³³⁶

De seguida, Manuel de Santo Ambrósio afirma a coerência de vida de D. Fr. Inácio de São Caetano, quer enquanto religioso carmelita, quer enquanto prelado:

Foi Grande sobre a terra; mas a sua grandeza nunca levou o seu espirito fóra dos justos limites de hum Christão, e de hum Descalço Carmelita. As suas acções na Religião, e no Paço mostram bem que as virtudes não estão ligadas aos tempos, ás pessoas, ou lugares determinados. Ao menos elle as praticou no Claustro, e no Palacio; no tempo da sua pobreza na Religião, e no da sua abundancia no Bispado.³³⁷

É curioso, que neste sentido, Manuel de Santo Ambrósio afirme que a mitra lhe fora confiada pelo falecido rei D. José, tal como vincará um ano mais tarde quando publicar o *Epitome da vida* do carmelita flaviense: «Ainda depois que o Soberano o distinguiu pelo Grande Ministerio, que se dignou confiar-lhe».³³⁸ Além disso, o pregador recorda que Inácio sempre recusou as honras a que merecia pelas suas dignidades, aceitando todos os cargos por respeito a quem lhos confiava: «a mesma Augusta Soberana, mais respeitavel ainda pela piedade grande, que orna o seu Animo generoso, que pelo Real Sangue, que lhe circula nas veias, não iria escolher para Ministerios tão excelsos hum sujeito indigno de recebellos, e incapaz de desempenhallos».³³⁹

Se alguns tivessem uma ideia menos clara e positiva sobre o arcebispo-confessor, acautela o pregador:

Se o vosso entendimento tem formado alguma ideá menos descorosa á probidade deste Homem incomparavel, tendes monumentos bem claros, que fação desaparecer essas sombras tenues, que no vosso conceito deslustrão talvez a bella pintura da sua vida. Se... Basta. Mas a ser bom Patricio, bom Cidadão, bom Ministro, e bom Amigo, deveis imitar esse Heróe.³⁴⁰

Entretanto, Manuel de Santo Ambrósio louva o convento carmelita de São João da Cruz de Carnide porque assistiu e acompanhou, de forma privilegiada, a vida de Inácio de São Caetano: «E a ti, Convento de Carnide, lá te fica o coração para lenitivo da tua dor [...] porque

³³⁶ Manoel de Santo Ambrósio, 5-6.

³³⁷ Manoel de Santo Ambrósio, 8.

³³⁸ Manoel de Santo Ambrósio, 12.

³³⁹ Manoel de Santo Ambrósio, 13-14.

³⁴⁰ Manoel de Santo Ambrósio, 22.

viste tu mesmo dentro dos teus Claustros os exemplos das suas virtudes; porque foste sempre o objecto particular da sua caridade, e o lugar das suas delicias».³⁴¹

Ao terminar o sermão, Manuel de Santo Ambrósio exorta os seus ouvintes a imitarem a vida deste seu *Herói*:

Choremos pois a sua falta; mas estimemos ainda mais os exemplos que nos deixou. Procuremos antes as suas virtudes, que as suas Dignidades; antes ser Christão solidos, do que Christãos respeitados: antes desvalidos; mas de probidade, que validos, e perversos: antes desprezados dos homens, e acceitos ao nosso Deos, do que estimados Principes, e desagradaveis ao Senhor. Eu digo tudo de huma vez: antes homens da Religião, e do Evangelho, como o Excelentissimo Arcebispo, de que vos tenho fallado, do que homens da Politica, e do Estado.³⁴²

Confessa Manuel Pereira Cidade sobre o sermão:

Resumi em poucas palavras a fortuna toda do Arcebispo, e que a sua maior fora em elle dar claros testemunhos da sua virtude, e da candura sincera do seu coração, a qual nunca perdera no meio das pompas da Corte, e no exercício de todas as suas dignidades; e relatou outras muitas mais excellencias d'este Prelado, sendo ao mesmo tempo escutado com muita atenção; porque o gosto que todos tinham em ouvir de novo tão signaladas acções, que nenhum ignorava, foi occasião de soarem com nova graça nas orelhas dos Ouvintes.³⁴³

Terminado o sermão, o nuncio apostólico Filipe Acciaiuoli, também convocado para a solene trasladação, benzeu o féretro com água benta e incensou-o. De seguida, o Geral António do Nascimento, juntamente com outros carmelitas descalços, acompanharam os inquisidores que carregaram os restos mortais de D. Fr. Inácio de São Caetano que foi depositado no belo sarcófago na sacristia, «projecto do Architecto José da Costa e Silva, com escultura de Machado de Castro».³⁴⁴ Consideramos curioso que Manuel Pereira Cidade refira que, com o novo Ritual, esta foi a segunda trasladação ocorrida em Portugal. A primeira havia sido a do arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1609.³⁴⁵

Na urna onde repousam ainda hoje os restos mortais de D. Fr. Inácio de São Caetano poder ler-se em latim:

D. D. Fr. Ignatius a Divo Caetano, Ordinis Carmelitarum Excalceatorum, primum Penafielensis Piscopus, deinde Archiepiscopus Thessalonicensis de rebus ad fidem pertinentibus Quaesitor maxumus Mariae I Reginae Fidiendis Minister adsistens, hujus regii Coenibii exaedificandi sedulus impulsor doctrina et pietate clarissimus. H. S. E. vix ann LXX. M. III. D. XXVIII ob III cal. Decembr. CC. DCC. LXXXVIII eadem Maria Augusta sepulcrum bene merenti possuit.

³⁴¹ Manoel de Santo Ambrósio, 25.

³⁴² Manoel de Santo Ambrósio, 26.

³⁴³ Cidade, *Memórias da Basílica da Estrêla*, 183.

³⁴⁴ Carvalho, *A Basílica da Estrela*, 29.

³⁴⁵ Cf. Cidade, *Memórias da Basílica da Estrêla*, 184.

Declara Montalvão Machado:

Ali ficou na sacristia da Basílica da Estrela o túmulo de Tessalónica, que jamais foi desviado. [...] Estava feita a vontade da rainha, D. Maria I, que desejava manter no seu templo da Estrela os restos mortais do seu antigo confessor e conselheiro, e ali os guardar religiosamente, até ao dia em que ela própria lhe fosse fazer companhia.³⁴⁶

Creemos que a descrição da trasladação do corpo de D. Fr. Inácio de São Caetano sintetiza o percurso da sua vida, que quisemos apresentar da melhor forma neste primeiro capítulo. Encontramo-nos perante um homem cuja vida se desenrola entre os grandes acontecimentos do século XVIII em Portugal. Enfim, não nos resta senão concordar com José Timóteo Montalvão Machado: «Estranha figura da História nacional, à qual se não tem dado o merecido relevo».³⁴⁷

Inácio de São Caetano passou mais de 30 anos da sua vida na capital portuguesa. Aí serviu a Ordem dos Carmelitas Descalços no convento de São João da Cruz de Carnide e a corte portuguesa, como confessor da Princesa do Brasil e das Sereníssimas Infantas. Ao longo deste período da sua vida, circulou entre o claustro e o palácio, no desempenho das suas funções.

Entre o palácio e o claustro, Inácio de São Caetano foi nomeado para outros ofícios e cargos que o elevaram a um lugar de destaque: censor da Inquisição, deputado da Real Mesa Censória, inquisidor-geral, bispo de Penafiel e, por fim, arcebispo de Tessalónica. No desempenho destas funções pôde contactar com as grandes figuras e vivenciar pessoalmente os acontecimentos importantes do século das Luzes. Íntimo da corte portuguesa, veio a habitar nela permanente com a ascensão ao trono da sua confessada. Pela confiança e estima que depositava em Inácio de São Caetano, D. Maria confiou ao seu diretor espiritual não só a sua vida, mas os destinos de Portugal.

Assim, a vida de D. Fr. Inácio de São Caetano, que simultaneamente percorreu os claustros conventuais e os corredores da corte, torna-o numa figura ímpar do século XVIII em Portugal. Contudo, o *corpus* deste carmelita descalço repercute o mesmo quadro histórico em que se desenrola a sua vida. Por isso, não é possível realizar um estudo sério sobre esta figura sem ler e analisar a sua produção escrita.

³⁴⁶ Machado, *Quem livrou Pombal*, 381.

³⁴⁷ Machado, 389.

CAPÍTULO 3: O *CORPUS* DE UM PERCURSO

A biografia de Inácio de São Caetano está marcada por diversos espaços, lugares, acontecimentos e conjecturas que marcaram indubitavelmente a sua existência e ação. Um dos legados importantes deste carmelita são os seus escritos: «Depois de Confessor, e Bispo, ninguém ignora as estimáveis, e bellissimas produções do seu espirito, e que este grande Homem nas horas vagas do seu ministerio applicava os seus talentos ao lucro de seus irmãos, e á gloria de Portugal».³⁴⁸

Ao longo deste segundo capítulo pretendemos apresentar o *corpus* de Inácio de São Caetano. Apesar de não nos ter deixado uma longa lista de obras, cremos que os escritos do carmelita flaviense, pela sua diversidade temática, são meritórios de uma leitura e estudo aprofundados. Além disso, como declara Montalvão Machado, «como escritor religioso, Fr. Inácio de São Caetano foi autor de obras, que mereceram o mais justo louvor dos seus pares».³⁴⁹

De acordo com o *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva, escreveu cinco obras.³⁵⁰ José Timóteo Montalvão Machado anui com o elenco destas mesmas cinco obras.³⁵¹ Alice Lázaro, no seu curto aparato biográfico relativo a Inácio de São Caetano, apresenta igualmente a mesma lista de cinco obras.³⁵²

David do Coração de Jesus, para além destas cinco obras, acena para a existência de um manuscrito da autoria de Inácio de São Caetano sobre São Pedro de Rates.³⁵³ Cândido dos Santos confirma a existência e o título deste manuscrito,³⁵⁴ presente na biblioteca de manuscritos da Academia das Ciências da Lisboa.³⁵⁵ Já Manuel de Santo Ambrósio, na biografia que escreveu sobre o carmelita flaviense, se refere, com exceção dos dois sermões, a

³⁴⁸ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 145-146.

³⁴⁹ Machado, *Quem livrou Pombal*, 268.

³⁵⁰ Cf. Silva, «D. Fr. Ignacio de S. Caetano», 204-205.

³⁵¹ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 265-267.

³⁵² Cf. Lázaro, *O Reinado do Amor*, 416-419.

³⁵³ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 218-219.

³⁵⁴ Cf. Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 401-402.

³⁵⁵ Sobre a relação de Inácio de São Caetano com a Academia das Ciências de Lisboa, veja-se o ponto 3.4. do segundo capítulo deste trabalho.

estas obras, incluindo a referente a São Pedro de Rates.³⁵⁶ Assim, concluímos que Inácio de São Caetano assinou seis obras, cinco publicadas e uma inédita.

Propomos uma divisão do *corpus* de Inácio de São Caetano a partir dos temas fundamentais dos seus vários escritos. A proposta que apresentamos coincide igualmente com as datas de publicação das mesmas. Pela coerência temática das obras, a tarefa de as dividir foi, indubitavelmente, facilitada.

O autor da *Descrição de Portugal*, Manuel de Figueiredo, no suplemento que escreveu a esta obra, apresenta um elenco de minhotos e transmontanos notáveis da História de Portugal. Considera que, sobre os transmontanos ilustres, «bastaria fallar de hum só Transmontano para encher muitas Classes».³⁵⁷ Refere-se, naturalmente, a Inácio de São Caetano. Declara:

D. Fr. Ignacio de S. Caetano, natural de Chaves, Deputado da Real Meza Censoria, Bispo I. de Penafiel, Arcebispo de Thessalonica, Confessor, e Ministro do Gabinete da Augustissima D. Maria I., Inquisidor Geral, e Author dos onze Tomos do *Moral Evangelico*, e *Parocho instruido*, e outros em que não poz o seu nome, que merecem ser traduzidos em todas as linguas, para não ficarem os que ignorão a Portugueza privados de lerem as Obras, que tanto recommendão, e fazem conhecer o seu Author.³⁵⁸

É admirável que, no mesmo ano da morte de Inácio de São Caetano, este seja reconhecido por um autor da época como um notável do seu tempo e com obra publicada digna de ser traduzida nas diversas línguas para que todos tivessem acesso à sua leitura. Além disso, e seguindo a recomendação do autor citado, pretendemos aprofundar o conhecimento acerca do carmelita flaviense lendo e analisando as suas obras. Contudo: «Em outros muitos papeis fez elle patente ao mundo a sua grande instrucção; e posto que o tempo tem consumido a maior parte deles, ainda existem alguns, que não produzo aqui, porque nada depende deles a clarissima fama do seu Author, depois das preciosas producções, que acabo de dizer».³⁵⁹

O silêncio do biógrafo não nos possibilita identificar outras obras, publicadas ou inéditas, de Inácio de São Caetano. Apesar disso, como apresentamos neste capítulo, as obras que chegaram aos dias de hoje da autoria deste carmelita, manifestam a sua erudição e ciência.

1. A PARENÉTICA AO SERVIÇO DA CORTE

Inácio de São Caetano ter-se-á distinguido na pregação desde a sua ordenação presbiteral em 1742. Enquanto confessor na Corte, em dois anos, foram publicados dois

³⁵⁶ Cf. Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 146-148.

³⁵⁷ [Manoel de Figueiredo], *Suplemento á Descrição de Portugal em satisfação da carta, que hum Prelado do Reino escreveo ao Author da mesma obra* (Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1788), 21.

³⁵⁸ [Figueiredo], *Suplemento á Descrição de Portugal*, 21.

³⁵⁹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 148.

sermões do carmelita flaviense. Ambos os sermões se relacionam com o nascimento do Príncipe da Beira e, após a subida da mãe ao trono, Príncipe do Brasil: D. José, filho de D. Maria e de D. Pedro.

Como ilustrámos no capítulo anterior, D. Maria, juntamente com o seu confessor, ofereceu um voto ao Coração de Jesus pelo nascimento do seu primogénito. Tal veio a realizar-se no dia 20 de agosto de 1761 quando nasceu o primeiro filho do consórcio de D. Maria com seu tio paterno, D. Pedro.

Devido ao feliz nascimento de D. José, Inácio de São Caetano foi convocado para proferir dois sermões, em 1761 e em 1762, para dar graças pelo feliz nascimento do primeiro filho de D. Maria, sua confessada.

Ambos os sermões são motivados pela mesma razão. Desta forma, Inácio de São Caetano, para além de confessor régio, demarcar-se-á como um célebre pregador ao serviço da Corte lusa.

1.1. À Senhora, Mãe dos Homens, no nascimento do Príncipe

No dia 18 de setembro de 1761, sem haver passado ainda um mês do seu nascimento, foi proferido um sermão por Inácio de São Caetano na Real Capela da Bemposta em ação de graças pelo nascimento de D. José de Bragança.

O sermão, intitulado *Portugal agradecido, oração gratulatória*, foi dedicado a Nossa Senhora, Mãe dos Homens, e encomendado por António Feliciano de Andrade, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Corte. Os pareceres dados nas licenças necessárias para a publicação deste sermão ilustram a qualidade do seu conteúdo e do pregador.

Declara Joaquim de Santa Ana,³⁶⁰ que viria a ser também deputado extraordinário da Real Mesa Censória com Inácio de São Caetano: «Esta mesma Oração, que Vossas Ilustríssimas commettem ao meu exame, tinha sido superior objecto da minha admiração, quando a ouvi recitar. [...] Tem todas aquellas bellezas, que são tão importantes, como necessarias a huma Oração para se constituir no gráo de completamente perfeita».³⁶¹ Refere ainda o mesmo Joaquim de Santa Ana que

esta Oração he nobilissimo parto do profundo entendimento do Reverendissimo Padre Mestre Fr. Ignacio de S. Caietano. He este sabio Mestre hum dos sogeitos mais instruidos, com que se ennobrece a Republica dos Doutos, tanto nas sciencias, como nas bellas letras; devendo ao seu raro talento em menos tempo aquella instrucção, que outros nem ainda alcanção com a idade.³⁶²

³⁶⁰ Cf. Souza, *Jansénisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais*, 328.

³⁶¹ Inácio de São Caetano, *Portugal agradecido*, 55-56.

³⁶² Inácio de São Caetano, 59.

O oratoriano José Clemente não deixa de enobrecer este sermão e o seu autor:

As palavras são puras, e castigadas, conformes á grandeza do assumpto; a locução grave, magestosa, e propria de hum Orador sagrado; o estylo, sendo sublime, he suave, e culto sem affectação; os pensamentos são elevados; porém de modo que facilmente se deixão perceber; a erudição he solida, e opportuna. Em fim he esta Oração hum composto tão perfeito, que nella se observão todos os primores da Arte.³⁶³

A publicação desta obra, a cargo da oficina de Miguel Manescal da Costa, inicia com as palavras de António Feliciano de Andrade dirigidas à Princesa do Brasil.

Este sermão, dedicado à Mãe dos Homens, inspira-se numa passagem do Evangelho segundo São Lucas (11,27): «Beatus venter, qui te portavit». Principia Inácio de São Caetano: «Não afflige huma esperança dilatada, quanto alegre a posse do bem, que a mesma esperança promettia».³⁶⁴ Compreendemos o motivo da espera pelo contexto do tão esperado e desejado nascimento de um filho por parte da Princesa D. Maria.

A atitude que brota daquele que espera é, naturalmente, a ação de graças:

O Navegante no mesmo instante, em que piza o porto da terra desejada; o Lavrador, quando recolhe os frutos da sua sazoadada lavoura; e o Catholico, quando recebe o premio dos seus trabalhos; já não tem desgostos; já não sentem afflictção: tudo são jubilos, e alegrias. Já não se ouvem gemidos, e tristes vozes, finaes dos seus sentimentos; ouvem-se vozes gratulatorias, que tributão a Deos, porque os livrou das suas penas; neste mundo Acções de graças temporaes, no Ceo agradecimentos eternos.³⁶⁵

Ora, evidentemente que, perante o feliz nascimento de D. José, os portuguezes dão graças por tal acontecimento: «Une Portugal neste dia todos os corações, e todos os affectos dos fidelissimos, e amantes Portuguezes, [...] e explica os seus jubilos nas vozes gratulatorias, que estamos ouvindo».³⁶⁶

O pregador compara Portugal à mulher que, no Evangelho, proclamou bem-aventurado o ventre que trouxe Jesus, o ventre de Maria. De facto,

Maria teve muita parte neste milagre, e neste beneficio; e quando considero, que Portugal todo por boca deste Devoto dirige as suas vozes gratulatorias a Maria Santissima, como Mãe dos Homens, não posso deixar de imaginar, que a Senhora, com este amoroso Titulo, teve muita parte no beneficio, que Portugal recebeu no seu Principe, Objecto dos seus desejos, e já Centro do sempre constante, e sempre fiel amor Lusitano. [...] Portugal deve á Senhora, Mãe dos Homens, este favor, que será bem famigerado para os seculos futuros nos Fastos Lusitanos.³⁶⁷

³⁶³ Inácio de São Caetano, 60.

³⁶⁴ Inácio de São Caetano, 1.

³⁶⁵ Inácio de São Caetano, 3.

³⁶⁶ Inácio de São Caetano, 5.

³⁶⁷ Inácio de São Caetano, 8-9.

Portanto, o milagre do nascimento de um primogénito à Princesa do Brasil deve-se à intercessão do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora, Mãe dos Homens, conforme nos informa Inácio de São Caetano.

A Virgem Maria foi constituída como Mãe dos Homens em Sexta-feira Santa, no Calvário, quando Cristo lhe entrega o Discípulo Amado como filho e este, por conseguinte, a recebe em sua casa. Da mesma forma, no terramoto de 1755, a imagem da Mãe dos Homens ficou sem templo, fruto do fenómeno natural. Ora, o Rei acolheu esta imagem na Real Capela da Bemposta também numa sexta-feira, a 8 de dezembro de 1758:

Se collocou aquella Sagrada Imagem nesta Real Capella, e tomou posse, não só della, mas tambem de todo Portugal. [...] Esta sexta Feira; na qual a Senhora se constituiu Mãe dos Portuguezes, collocando-se nesta Real Capella, foi o principio de todas nossas venturas, e della nascêrão todas as felicidades, que hoje goza Portugal.³⁶⁸

Foi precisamente em dia de sexta-feira que D. Maria e D. Pedro se casaram, o seu filho D. José nasceu e se batizou: «Foi premeditada pela Senhora, Mãe dos Homens, para dar a conhecer aos Portuguezes, que daquella primeira sexta Feira, na qual tinha tomado posse de Portugal, collocando-se nesta Real Capella, nasciam todas as suas felicidades».³⁶⁹

Prosseguindo o sermão, Inácio de São Caetano recorda que o nascimento de um novo príncipe é motivo de grande alegria para um Reino. Um príncipe, e futuramente um rei, será bem-sucedido no seu governo, porém, quando for «Pai verdadeiro de seus Vassallos».³⁷⁰ Alerta ainda o pregador que «o nome de Príncipe nada tem de absoluto, e que todo he respectivo ao bem commum do seu Reino».³⁷¹

Um Príncipe deve ainda cuidar da religião do seu país e dos cultos praticados, professando a fé na Igreja Católica. Para o pregador, não há dúvida que o Reino de Portugal é o mais pio e devoto: «Os Portuguezes entre todas as Nações do Christianismo, são os mais exactos, os mais devotos, os mais cheios de piedade, e zelo, em tudo, o que pertence ao Culto externo da Religião, e ao seu esplendor; final claro da pureza interior do seu Culto, que lhe mereceo o nome de Reino Fidelissimo».³⁷²

Inácio de São Caetano centra parte do seu sermão no conveniente que é que um Reino tenha príncipes naturais e não estrangeiros, fundamentando-se em autores clássicos, como Tácito, e na Patrística. Apresentando vários exemplos, recorda que a glória de uma Nação só é adquirida quando esta é governada por príncipes e reis naturais a esse mesmo território. Em

³⁶⁸ Inácio de São Caetano, 12.

³⁶⁹ Inácio de São Caetano, 13.

³⁷⁰ Inácio de São Caetano, 17.

³⁷¹ Inácio de São Caetano, 18.

³⁷² Inácio de São Caetano, 24.

relação ao caso português, afirma: «Que tristes os Fastos Lusitanos na sujeição de Dominações estranhas; e que alegres os seus Fastos na sujeição dos seus Principes naturaes».³⁷³

Não basta, porém, que o príncipe seja natural. Tal só acontecerá quando se chamar José: «Se o Principe for hum Joseph, não só será as delicias dos seus Naturaes, como foi Joseph dos Israelitas, Tito dos Romanos, e o nosso Monarca dos Portuguezes; mas também será a felicidade dos povos estranhos, a quem dominar».³⁷⁴

Inácio de São Caetano esclarece os seus ouvintes que tem a certeza de tudo aquilo quanto afirmou ao longo do seu sermão porque aprendeu tudo isto, não a partir do que leu, mas sim das ações do Monarca reinante:

Aprendi-o, pondo os olhos nas acções, e nas obras do nosso Augustissimo Rei, que Deos nos guarde dilatadissimos annos. No muito, que elle cuida no esplendor, e augmento da Religião; no amor, que, como Pai, tem a seus Vassallos; no que se interessa nas suas felicidades; nas providencias, que tem dado, para florescerem as Letras, e o Commercio; e no que se desvela, para que os seus Povos vivão quietos, socegados, ricos, abundantes, e cheios de todos os bens.³⁷⁵

Este sermão é, enfim, um autêntico louvor a D. José e uma ação de graças pelo nascimento do seu neto, herdeiro do trono português. Todos os louvores e ações gratulatórias praticadas devem, porém, ser consonantes com um sentimento interior: «Mas desejo, que as vozes exteriores sejam acompanhadas com todo o interior; que procuremos merecer a Deos, e á Senhora, Mãe dos Homens, nos continuem o beneficio, que nos fizeram, conservando-nos o nosso Principe por felizes, e dilatados annos, para que possamos sempre agradecer-lho».³⁷⁶

Com este desejo finda Inácio de São Caetano este sermão em honra da Mãe dos Homens, agradecendo o nascimento do primogénito da sua confessada, a Princesa do Brasil. Trata-se de um louvor às glórias portuguesas, fruto da ação e intervenção de Nossa Senhora. A nação lusitana deve os seus faustos, tal como o nascimento do príncipe D. José, à proteção da Virgem Maria. O pregador aproveita ainda este sermão para enobrecer o Rei e o seu governo, reflexo de uma parenética ao serviço da Corte.

1.2. Ao Coração de Jesus, no aniversário do Príncipe

Ainda no contexto celebrativo e gratulatório do nascimento do príncipe D. José, surge o segundo sermão proferido por Inácio de São Caetano em 1762 na Real Capela da Bemposta a 18 de junho desse mesmo ano, com a presença da Família Real.

³⁷³ Inácio de São Caetano, 45.

³⁷⁴ Inácio de São Caetano, 49.

³⁷⁵ Inácio de São Caetano, 50.

³⁷⁶ Inácio de São Caetano, 54.

Este sermão, intitulado *Gratidão desempenhada*, foi proferido na festa que se realizou ao Coração de Jesus, em ação de graças pelo nascimento do primogénito de D. Maria e de D. Pedro. Ainda antes da aprovação eclesial da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, o confessor da Princesa do Brasil e de suas irmãs proferiu uma autêntica ode ao Coração de Jesus. Desvela-se, portanto, a clara influência que Inácio de São Caetano terá tido na devoção particular de D. Maria ao Sagrado Coração de Jesus, que culminará na construção da Basílica da Estrela, o primeiro templo dedicado ao Coração de Jesus.

O sermão, baseado na passagem do evangelho segundo São João (6,58), «Hic est Panis, qui de Coelo descendit», recorda que repetir as ações de graças é devido de quem recebeu muitos benefícios. Por isso

repetem neste anno os Serenissimos Senhores nossos, Princeza, e Infante, a solenissima festa, que o anno preterito tributarão ao Santissimo Coração de Jesus pelo maximo beneficio, que lhes fez, não tanto a elles, como a todo o Lusitano Imperio do Nascimento do desejado, e appetecido Principe nosso Senhor, que o mesmo Santissimo Coração nos guarde por dilatados annos.³⁷⁷

O orador recorda que Portugal e os Príncipes devem prestar ações de graças ao Coração de Jesus, pois a Ele muito devem: «Mas que bem merecido amor! Que bem retribuida devoção! Devem muitos os nossos Principes ao Coração de Jesus, e por isso he necessario que amem muito a este Santissimo Coração».³⁷⁸

Foi necessário que o próprio Senhor recordasse à Humanidade a devoção que deve ao seu Coração através das revelações a Santa Margarida Maria Alacoque, recordadas pelo carmelita. Foi do próprio Coração de Jesus que nasceu a Igreja, quando Este foi ferido pela lança do soldado no Calvário, é do Seu Coração que brota o seu Amor: «Depois que veio ao mundo, não teve Jesus outro, nem maior empenho do que procurar todos os meios de entregar o seu Coração aos homens».³⁷⁹

Inácio de São Caetano considera que desde sempre a devoção ao Coração de Jesus se encontra presente na nação lusa. Este sermão serve, portanto, para refletir sobre isto mesmo com toda a propriedade, como nunca fora feito até àquele dia, como alerta o pregador. O grande propósito deste sermão é «persuadir aos nossos Serenissimos Principes, e aos Fidelissimos Portuguezes o agradecimento ao Santissimo Coração de Jesus, que he a causa de todas as suas felicidades no novo Principe, que lhes concedeo».³⁸⁰

No Coração de Jesus contempla-se o sacramento da Eucaristia, que é próprio Senhor, Pão vivo descido do Céu. Contudo, declara o pregador: «Mas quem desceo mais propriamente

³⁷⁷ Inácio de São Caetano, *Gratidão desempenhada*, 3.

³⁷⁸ Inácio de São Caetano, 4.

³⁷⁹ Inácio de São Caetano, 6.

³⁸⁰ Inácio de São Caetano, 11.

sacramentado na agua [...] foi o Povo de Portugal, porque de Portugal he Jesus Principe, e he Portugal Imperio muito proprio seu».³⁸¹ Portugal, de acordo com Inácio de São Caetano, pertence ao Sagrado Coração de Jesus, porque d'Ele nasceu e a Ele tudo deve.

Por isso, o príncipe D. José é filho do Coração de Jesus: «Chamei ao nosso Principe filho do Coração Santissimo de Jesus, porque elle foi quem o deo, delle proprio procedeo o seu ser».³⁸² É necessário, portanto, devotar ações de graças ao Sagrado Coração por todos os benefícios recebidos. Pretende Inácio de São Caetano promover «o augmento da devoção, e gloria do Santissimo Coração de Jesus».³⁸³

A devoção dos príncipes ao Coração de Jesus já é bem conhecida, como recorda o orador. Contudo, é necessário perpetuar as ações de graças. Para tal, propõe o carmelita que «não havemos de agradecer só hum Principe, mas hum Principe, que dá as esperanças mais bem fundadas, que ha de ser todo do Coração de Jesus, e a gloria, e delicias de todos os Fieis Lusitanos».³⁸⁴ A suprema gratidão, portanto, não se realiza por festas ou obras, mas sim oferecendo ao Sagrado Coração aquilo que Ele próprio deu:

Unão-se pois os corações de todos os Portuguezes com os dos seus Augustissimos Monarcas, e Senhores, e offereçamos com a mais terna devoção ao Coração Santissimo de Jesus o Principe, que nos concedeo, applicando todos os nossos votos, todos os nossos desejos, e todas as nossas súplicas, oara que elle o faça hum Principe muito perfeito, e muito semelhante, e conforme a si mesmo.³⁸⁵

O novo príncipe há de ser conforme ao Coração de Jesus, recebendo d'Ele todas as qualidades que se espera de um soberano: «O zelo da gloria de Deos, o amor da Religião, o temor das Divinas offensas, o horror a tudo o que for peccado grave hão de ser os caracteres de seu noblissimo animo».³⁸⁶

Além disso, é necessário que um Monarca, para governar o seu povo, se governe a si próprio, como recorda Inácio de São Caetano: «Não he verdadeiro Rei, ainda que domine muitos Povos, quem o não he de si mesmo, quem não domina as suas paixões, e appetites; e que para ser Rei dos outros homens he necessario ser primeiro Monarca de si mesmo».³⁸⁷

Toda esta reflexão serve para que os portugueses «vejão quanto devem ao Santissimo Coração de Jesus, que he a origem de todos os seus bens».³⁸⁸ Tudo isto porque:

³⁸¹ Inácio de São Caetano, 13.

³⁸² Inácio de São Caetano, 15.

³⁸³ Inácio de São Caetano, 15-16.

³⁸⁴ Inácio de São Caetano, 21.

³⁸⁵ Inácio de São Caetano, 24.

³⁸⁶ Inácio de São Caetano, 33.

³⁸⁷ Inácio de São Caetano, 38.

³⁸⁸ Inácio de São Caetano, 45-46.

O Coração Santíssimo de Jesus he para os Portuguezes hum Thesouro de todos os bens, he um Penhor seguro da eterna Gloria, he hum Paraiso de todas as delicias, he o Leito florido de suas almas, he a Porta Regia para entrarem para a vida, he a Pedra preciosa do mais inextimavel preço; he finalmente o Centro do amor Divino, e do amor de todos os corações. O Coração de Jesus he o Rei dos Poruguezes, he o seu Principe, e he tudo para elles.³⁸⁹

Assim, se o Coração de Jesus é o Rei de Portugal, o Monarca deve ser como o Santíssimo Coração e os súbditos devem obedecer-lhe como ao Sagrado Coração:

O Rei conforme ao Coração de Jesus ha de amar-nos como Pai; mas nós havemos de obedecer-lhe como filhos. Ha de ser a nossa obediencia ás suas Leis, aos seu Preceitos, aos seus Mandatos, não filha do temor de servos, mas do amor de filhos, Havemos de obedecer, não por temor do castigo, mas por não desgostar ao Pai, que amamos.³⁹⁰

As licenças do Santo Oficio ilustram a grandeza deste sermão de Inácio de São Caetano. O agostinho Caetano de São José considera que «recreão-se os nossos entendimentos com a eloquência, doutrina, e piedade deste discurso, e as nossas vontades se inflammão em amor, e devoção ao Santissimo Coração de Jesus».³⁹¹ O oratoriano Filipe Tavares recorda que este sermão «não se contenta com menos [...] que dar por base a esta Monarquia o Soberano Coração de Jesus».³⁹² Para Filipe Tavares, enfim, este sermão é «para todos util, já pelos estimulos, que encontrarão para bem obrar, já pelas lições, que poderão tomar para bem orar».³⁹³

Este sermão proferido por Inácio de São Caetano é de particular importância pelo facto de ser dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, quando o culto ainda não havia sido aprovado pela Igreja.³⁹⁴ No capítulo anterior vimos como o carmelita teve uma clara influência na edificação da Basílica da Estrela, o primeiro templo dedicado ao Coração de Jesus na Cristandade. Além disso, Inácio de São Caetano juntou-se à Princesa do Brasil no voto que esta endereçou ao Sagrado Coração para que lhe desse um filho.

Referimo-nos também ao estudo desenvolvido por Alice Lázaro que acena para o desenvolvimento da devoção ao Coração de Jesus entre D. Maria, Teresa de Melo, que viria a ser priora da Estrela, e Inácio de São Caetano.

A devoção ao Coração de Jesus começou a ganhar relevo no século XII na Igreja ocidental, mas no século XVII, com João de Eudes e Margarida Alacoque,³⁹⁵ o culto começou a propagar-se de forma mais clara. Contudo, «durante o século XVIII a devoção ao Coração de

³⁸⁹ Inácio de São Caetano, 46-47.

³⁹⁰ Inácio de São Caetano, 47-48.

³⁹¹ Inácio de São Caetano, Licenças do Santo Oficio.

³⁹² Inácio de São Caetano, Licenças do Santo Oficio.

³⁹³ Inácio de São Caetano, Licenças do Santo Oficio.

³⁹⁴ Cf. Andrea Tassarolo, «Devoción al Corazón de Jesús», em *Diccionario de Espiritualidad*, ed. Ermanno Ancilli, 2ªed., vol. 1 (Barcelona: Editorial Herder, 1987), 495.

³⁹⁵ Vidente do Coração de Jesus, referida por Inácio de São Caetano neste sermão.

Jesus, que no passado havia sido praticada sobretudo em ambientes claustrais, converte-se numa devoção popular que se difunde por todas as nações católicas e entre todas as classes de pessoas». ³⁹⁶

Inácio de São Caetano é, indubitavelmente, um dos responsáveis pela difusão do culto ao Sagrado Coração de Jesus na Corte portuguesa, especialmente no espírito de D. Maria I: «Na espiritualidade dominou a devoção ao Coração, conforme o espírito carmelita do seu confessor de Tessalónica. A ele recorreu em momento crucial, origem da construção da grande basílica que lhe dedicou, de tantas rezas diárias e até da cunhagem do seu símbolo na placa das grã-cruzes das ordens militares reformadas». ³⁹⁷

O autor de *Gratidão desempenhada* mostra que há uma substancial identificação entre os profetas, a mensagem evangélica, a Patrística e as experiências dos místicos cristãos e a devoção ao Coração de Jesus. ³⁹⁸ Para além disso, enquadra a devoção nos corredores áulicos lusos, situando o culto ao Coração de Jesus como central entre os Bragança.

Assim, consideramos que este sermão é uma peça fundamental para enquadrar a propagação do culto e da devoção ao Coração de Jesus no seio da Ordem dos Carmelitas Descalços, temática ainda pouco aprofundada. A devoção ao Sagrado Coração tão vincada em D. Maria I, encontra-se fortemente influenciada pelo seu confessor. Inácio de São Caetano, como vimos no capítulo precedente, colaborou intimamente na construção da Basílica da Estrela, monumento dedicado ao Coração de Jesus e materialização da devoção pessoal da soberana.

Apesar de ser uma devoção impopular entre o jansenismo, Inácio de São Caetano, unido à sua confessada, propagou a veneração ao Sagrado Coração na corte portuguesa, ainda no reinado de D. José, como observamos pela data deste sermão. A dívida de gratidão ao Coração de Jesus contraída por D. Maria e pelo seu confessor visibilizou-se num incremento em Portugal da sua devoção.

2. A APOLOGÉTICA DA SÉ BRACARENSE

O percurso biográfico de Inácio de São Caetano passou pela arquidiocese bracarense, como vimos no primeiro capítulo. A sua passagem por Braga ficou marcada pela atividade letiva e pelo seu primeiro priorado. Contudo, e para além disso, o jovem carmelita teve

³⁹⁶ «Durante el siglo XVIII la devoción al c. de Jesús, que en el pasado había sido practicada sobre todo en los ambientes claustrales, se convierte en una devoción popular que se difunde por todas las naciones católicas y entre todas las categorías de personas». Tessarolo, «Devoción al Corazón de Jesús», 495.

³⁹⁷ Ramos, *D. Maria I*,

³⁹⁸ Cf. Tessarolo, «Devoción al Corazón de Jesús», 498.

oportunidade de lidar de perto com o Arcebispo metropolitano, como seu diretor espiritual. Certamente que, ao longo deste período, contactou com os propósitos milenares de afirmação da primazia da Sé Bracarense e da sua vasta história.

Este apartado apresenta duas obras de Inácio de São Caetano assinadas sob o pseudónimo de Lusitano Philopatrio. Trata-se de duas dissertações críticas contra as opiniões de alguns que consideravam que o primeiro Concílio realizado em Braga e que São Pedro de Rates não existiram.

Esta querela, como adiantam os títulos de ambas as obras, envolveram vários nomes sonantes. Contudo, Inácio dirige-se de forma muito pessoal contra as argumentações de um Sábio Moderno que, como já vimos, se refere ao oratoriano e jansenista António Pereira de Figueiredo (1725-1797).³⁹⁹ Cândido dos Santos informa-nos, com um precioso apêndice documental, das intenções de António Pereira de Figueiredo e do arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, de empreenderem uma reforma, no contexto do iluminismo em Portugal, do Missal e Breviário da Arquidiocese.⁴⁰⁰

António Pereira de Figueiredo «foi um dos elementos fundamentais do iluminismo português, sobretudo enquanto colaborador próximo de Pombal no contexto da crise das relações entre Portugal e a Santa Sé».⁴⁰¹ Pereira de Figueiredo, por ser um dos nomes maiores do iluminismo português, chegou a ser apelidado de *Febrónio português*. Importa referir, no entanto, que «a sua importância no contexto das luzes não vem tanto da originalidade do seu pensamento, quanto do facto de Pombal ter descoberto nele um precioso colaborador das reformas que empreendia».⁴⁰²

Em 1769, o então arcebispo de Braga acolhe o repto de António Pereira de Figueiredo de reformar os missais e breviários da Igreja de Braga. Poucos anos mais tarde, em 1771, D. Gaspar de Bragança recebe com satisfação a *Dissertação Crítica sobre o antigo e moderno Calendário Bracarense para servir de base à Reforma que o Sereníssimo Senhor D. Gaspar intenta fazer no Breviário, e Missal da mesma Igreja* redigida por Figueiredo⁴⁰³. A licença da Real Mesa Censória para se imprimir a sobredita Dissertação tardava em chegar. A verdade é que

a Dissertação do célebre oratoriano foi contestada, quer pelo Cabido de Braga, quer pelo bispo de Penafiel e também deputado da Real Mesa Censória, D. Fr. Inácio de S. Caetano. A este se devem

³⁹⁹ Cf. Silva, «D. Fr. Ignacio de S. Caetano», em *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. 3, 205.

⁴⁰⁰ Cf. Santos, «Pombal e o Iluminismo», 309-310.

⁴⁰¹ Abreu, «Iluminismo e cristianismo em Portugal», 45.

⁴⁰² Abreu, 46.

⁴⁰³ Cf. Avelino de Jesus Costa, «Rito de Braga», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 1 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1991), 371.

duas dissertações das quais uma foi impressa e outra ficou manuscrita, embora licenciada para publicação.⁴⁰⁴

Ambas as dissertações, como se observa, se referem à arquidiocese bracarense. Como vimos no capítulo anterior, Inácio de São Caetano lecionou e priorou no Colégio do Carmo nesta cidade, onde teve a oportunidade de discorrer sobre vários assuntos relativos à história religiosa de Braga, nomeadamente os assuntos tratados nestas duas obras.

2.1. Em favor do culto de São Pedro de Rates

Muitos daqueles que foram escrevendo sobre Inácio de São Caetano não se referem a esta obra que se conserva manuscrita. David do Coração de Jesus refere-se a ela com poucos dados.⁴⁰⁵

Esta dissertação não chegou a ser publicada conforme era do interesse de Inácio de São Caetano.⁴⁰⁶ O próprio Lusitano Philopatrio, na sua dissertação acerca do Concílio Bracarense, afirma: «Porque, ainda que em outra muito dilatada Dissertação, a qual talvez ainda verá a luz pública, defendo a Existencia deste Santo com Fundamentos irrefragaveis».⁴⁰⁷ Refere-se, naturalmente, à existência de São Pedro de Rates. Declara: «Se este Concilio he verdadeiro, basta para provar invencivelmente a Existencia deste Santo; pois faz delle nos principios do quinto Seculo huma Memoria tão honorífica».⁴⁰⁸ Notável é também o testemunho do biógrafo de Inácio de São Caetano:

Em outra Dissertação, escrita antes de se imprimir a precedente [sobre a autenticidade do primeiro Concílio de Braga], mostra o Arcebispo invencivelmente contra o mesmo Critico [António Pereira de Figueiredo] a existencia de S. Pedro de Rates, primeiro Prelado daquela Igreja, e responde cabalmente ás objecções, que parecem impugnalla. Esta nunca assás louvada Dissertação se conserva manuscrita; mas esperamos que se estampe para gloria de Portugal, honra da Igreja de Braga, e credito da literatura, e probidade do Excelentissimo Arcebispo, que a trabalhou.⁴⁰⁹

Esta obra pretende responder aos argumentos de algumas individualidades, uma delas António Pereira de Figueiredo, como já vimos. Contra os intentos do Sábio Moderno declara Inácio de São Caetano:

⁴⁰⁴ Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 418.

⁴⁰⁵ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 220.

⁴⁰⁶ Conforme se lê no frontispício do manuscrito, a obra estava preparada para ser publicada em Lisboa, na Regia Officina Typographica em 1773.

⁴⁰⁷ Lusitano Philopatrio, *Dissertação crítica e apologetica da autenticidade do primeiro Concilio Bracharense*, 6.

⁴⁰⁸ Lusitano Philopatrio, 7.

⁴⁰⁹ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 147-148.

Parece-me que o Sabio Moderno não ha de sahir bem da Empreza de querer negar a Existencia de S. Pedro de Rates; e por essa causa impugnar a Authenticidade deste Concilio, porque faz delle huma *Memoria* tão honorífica nos princípios do Seculo V. Primeiramente este Santo tem a seu favor tantas *Provas* da sua existência, que ainda que não tivesse o Testemunho do Concilio, sam os Argumentos do Sabio Moderno capazes para provar a supposição do mesmo Santo.⁴¹⁰

No início desta obra, o seu autor começa por informar que o Sábio Moderno «se vale de toda a especie de Argumentos para impugnar o culto destes Santos; mas principalmente combate a existencia de S. Pedro de Rates, ao qual venera Braga como seu primeiro Arcebispo».⁴¹¹

O autor alerta para o perigo de se proceder a uma mudança do Missal e do Breviário bracarenses sem a consulta de um Concílio Nacional e do próprio Rei. Tal alteração pelo Arcebispo de Braga, movida pelos argumentos de António Pereira de Figueiredo, seria meritória de castigo.⁴¹²

Sobre a estrutura desta dissertação, esclarece Inácio de São Caetano:

Para proceder com clareza, e methodo primeiramente farei algumas reflexões geraes sobre toda a Dissertação, que me servirão de Principios, e depois seguirei a este eruditissimo Critico passo a passo em tudo quanto diz não deixando a mais leve dificuldade sem resposta, e fazendo algumas reflexões particulares aonde me parecerem necessarias.⁴¹³

Inicia, portanto, o autor com reflexões gerais sobre a Dissertação redigida por António Pereira de Figueiredo acerca da inexistência de São Pedro de Rates e de outros santos que se veneram na arquidiocese bracarense. A primeira das cinco reflexões declara que «os argumentos do Sapiientissimo Critico são puramente negativos».⁴¹⁴ Isto significa que Figueiredo nega a existência destes santos pois não constam do Calendário da igreja bracarense do século XVI. O autor critica esta postura do oratoriano porque nega a tradição milenar de Braga e os conteúdos recebidos por este precioso veículo que é a tradição da Igreja.⁴¹⁵ As demais reflexões apontam para as fragilidades da argumentação de António Pereira de Figueiredo, que justifica a inexistência de São Pedro de Rates com argumentos pouco convincentes e imprudentes.⁴¹⁶

De seguida, Lusitano Philopatrio apresenta algumas observações acerca da antiguidade dos calendários das igrejas locais, do cuidado que houve ao longo dos séculos de inserir nos

⁴¹⁰ Lusitano Philopatrio, *Dissertação crítica e apologetica da authenticidade do primeiro Concilio Bracharense*, 39-40.

⁴¹¹ Lusitano Philopatrio [Inácio de São Caetano]. *Dissertação crítica e apologetica a favor do culto de S. Pedro de Rates, e outros muitos santos que se veneram na Igreja de Braga: Resposta á dissertação critica, que contra o culto dos mesmos Santos, para servir de plano a reforma do Breviario da mesma Cathedral compôs hum Sabio Critico Moderno*, 2v, Série Azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

⁴¹² Cf. Lusitano Philopatrio, *Dissertação crítica e apologetica a favor do culto de S. Pedro de Rates*, 3v.

⁴¹³ Lusitano Philopatrio, 3r.

⁴¹⁴ Lusitano Philopatrio, 4v.

⁴¹⁵ Cf. Lusitano Philopatrio, 4r-5r.

⁴¹⁶ Cf. Lusitano Philopatrio, 5r-11v.

martirologios o culto dos santos aprovados pela Igreja e pelos bispos. Para tal, cita várias obras que recolheu, desde os concílios da Igreja Antiga até ao Magistério papal, e que atestam tudo aquilo que pretende afirmar: os santos cuja existência eram duvidosos, não deviam ser admitidos nos calendários e martirologios.⁴¹⁷

Inácio de São Caetano, neste processo de desconstrução dos argumentos apresentados pelo Sábio Moderno, clarifica os leitores que a suposição da inexistência de São Pedro de Rates é infundada.⁴¹⁸ Os argumentos do carmelita são variados, como já vimos. A título de exemplo, a certa altura, o autor recupera o facto de se ter edificado no tempo do Conde D. Henrique uma igreja a São Pedro de Rates.⁴¹⁹

Lusitano Philopatrio recupera os ditames do primeiro Concílio Bracarense celebrado em 411 que oferecem um dos primeiros testemunhos escritos acerca de São Pedro de Rates.⁴²⁰ De acordo com o nosso autor, as atas conciliares são fundamentais para provar a existência do primeiro bispo da igreja bracarense e, por conseguinte, do seu culto.

Inácio de São Caetano apresenta também oito advertências que pretendem justificar a sua argumentação e que, no fundo, recuperam as práticas da tradição eclesial acerca da canonização dos santos e a inscrição dos mesmos nos calendários litúrgicos.⁴²¹

Por fim, o autor questiona como fica a situação da primazia da igreja de Braga em relação a Espanha, caso se negue a santidade e a existência de São Pedro de Rates.⁴²² Todos os argumentos apresentados por António Pereira de Figueiredo baseiam-se na dúvida sobre a existência de São Pedro de Rates e de outros quarenta santos que se encontram no calendário bracarense. Ora, afirma o nosso autor: «Esta duvida não basta para se riscarem estes Santos do Calendario de Braga, e abolir-se o seu culto, como deixo plenamente convencido. Antes seria huma grande imprudencia, e temeridade, hum escandalo intoleravel, e huma perturbação no Estado obrar o contrario, como tambem já estabeleci».⁴²³

No fundo, e observando a argumentação apresentada por António Pereira de Figueiredo, Inácio de São Caetano esclarece que

fundar-se no silêncio dos autores antigos dos breviários e calendários de Braga até aos princípios do século XVI e outras conjeturas, sem que o sábio encontre na antiguidade algum monumento ou decisão em que se negue a existência deste santo (S. Pedro de Rates) é um modo de argumentar debilíssimo – escreve Fr. Inácio – e de nenhuma eficácia, conforme toda a crítica. Dos seus

⁴¹⁷ Cf. Lusitano Philopatrio, 18r.

⁴¹⁸ Cf. Lusitano Philopatrio, 30r-31r.

⁴¹⁹ Cf. Lusitano Philopatrio, 56r.

⁴²⁰ Cf. Lusitano Philopatrio, 67v-67r.

⁴²¹ Cf. Lusitano Philopatrio, 85v-92v.

⁴²² Cf. Lusitano Philopatrio, 122v-122r.

⁴²³ Lusitano Philopatrio, 123r.

argumentos o sábio crítico não pode mais que fazer a existência destes santos duvidosa, e nunca fazer deles demonstrações.⁴²⁴

Contemporaneamente, a historiografia alerta para as dúvidas que subsistem à existência de São Pedro de Rates.⁴²⁵ Avelino de Jesus da Costa refere-se inclusivamente a este como sendo uma figura lendária e esclarece: «Têm sido baldados todos os esforços [...] para encontrar uma base histórica do culto deste santo».⁴²⁶ Sustentado em José Augusto Ferreira,⁴²⁷ Fortunato de Almeida afirma que

não tem nenhum fundamento histórico a tradição que apresenta como fundador da igreja de Braga o apóstolo Sant'Iago, de quem se diz que ali instituía como primeiro bispo S. Pedro de Rates. [...] Qualquer que seja a antiguidade a que remonte o bispado, é certo que o primeiro bispo bracarense de que há memória certa foi Paterno.⁴²⁸

Esta informação adiantada por Fortunato de Almeida é confirmada por Flório de Vasconcelos⁴²⁹ e ainda por José Marques:

A primeira informação segura relativa a um bispo de Braga encontra-se nas *actas* do I Concílio de Toledo, iniciado a 7 de Setembro de 397, durante o qual o bispo de Braga, Paterno, ordenado bispo ainda como *priscilianista*, tendo renunciado às doutrinas heréticas, foi confirmado na diocese de Braga, a que já presidia, passando a observar as decisões conciliares, entre outras, relativas à ordenação de clérigos e condenação dos erros de Prisciliano.⁴³⁰

De facto, São Pedro de Rates surge no século XVI no breviário bracarense de 1511. A sua lenda terá sido assumida nesta centúria sem critérios científicos para justificar a existência efetiva de São Pedro de Rates. D. Fr. Baltazar Limpo trasladou as relíquias do suposto primeiro bispo de Braga da igreja de Rates para a Sé Primacial em 1552. Ao longo deste século vários promoveram novas origens relativas a esta figura lendária, reconhecendo-a como um profeta do Antigo Testamento.⁴³¹

Conforme nos informam estes dados, vemos como a argumentação apresentada por Inácio de São Caetano não é suficiente para sustentar a existência de São Pedro de Rates. Fica claro que esta figura, cuja existência foi efabulada no século XVI, não terá existido e, portanto, não pôde ser o primeiro prelado da igreja bracarense.

⁴²⁴ Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 419.

⁴²⁵ Cf. José Augusto Ferreira, *Estudos Histórico-Litúrgicos: os Ritos particulares das Igrejas de Braga e Toledo* (Coimbra: Coimbra Editora, 1924), 295-297.

⁴²⁶ Avelino de Jesus da Costa, «Pedro de Rates (São)», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14 (Lisboa: Editorial Verbo, 1973), 1595.

⁴²⁷ Cf. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. 1 (Braga: Edição da Mitra Bracarense, 1928), 24-25.

⁴²⁸ Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, 62.

⁴²⁹ Cf. Flório de Vasconcelos, «Braga», em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 3 (Lisboa: Editorial Verbo, 1965), 1745.

⁴³⁰ José Marques, «Braga», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, 222.

⁴³¹ Cf. Miguel de Oliveira, «Lendas apostólicas peninsulares», *Lusitania Sacra*, n. 4 (1959): 22-24.

2.2. Em torno da autenticidade do I Concílio Bracaraense

Esta obra, escrita sob o pseudónimo de Lusitano Philopatris, data de 1773.⁴³² Editada na Regia Officina Typographica, versa sobre a autenticidade que o autor pretende provar do primeiro Concílio realizado em Braga no ano de 411. Informa-nos Montalvão Machado:

A questão resumia-se em dar por verdadeiro ou por falso o Concílio realizado em Braga no ano de 411. Baseando-se em documentos encontrados no Mosteiro de Alcobaça, que alguns arguíam de falsidade, mas que ele afirmava serem verdadeiros, argumentando com o *Chronicon* de Idácio, bispo de Chaves, ele mostrou como, vindo à Península o apóstolo São Tiago, este nomeou o religioso São Pedro de Rates, primeiro bispo de Braga, mesmo antes de ser colocada em Roma a Cadeira Pontifícia.⁴³³

É ainda elucidativo o testemunho de Manuel de Santo Ambrósio, já que nos informa acerca do teor desta obra em particular:

A Igreja Bracaraense he bem devedora ao Arcebispo Inquisidor-Geral; porque estabelecendo em huma Dissertação eruditissima, impressa no anno de 1773 a authenticidade do primeiro Concilio de Braga do anno de 411 por consequencia revindica a Primazia daquella antiquissima Cathedral, contra hum sabio moderno, que empregou suas grandes letras na impugnação daquelle ilustre Monumento, e desta gloriosa prerrogativa.⁴³⁴

Na Prefação à obra, o autor esclarece que o primeiro Concílio Bracaraense constitui um momento ímpar na História de Portugal, pois «elle estabelece sem Réplica a Primazia de Braga em toda a Hespanha; porque sendo Authentico o mesmo Concilio, prova sem Controversia a Existencia de S. Pedro de Rates, Primeiro Bispo de Braga».⁴³⁵

O carmelita flaviense redige esta obra contra os intentos de alguns que negavam a existência deste Concílio: «Ora eu vendo este procedimento, meramente arbitrario, dos nossos Criticos, me determinei a defender a Authenticidade deste Monumento; e dar solução a todos os Argumentos, que até agora se tem excogitado contra elle, os quaes eu chamo Vãos esforços dos seus Impugnadores».⁴³⁶

Inácio de São Caetano apresenta nesta obra diversos autores que consideram autêntico o primeiro Concílio realizado em Braga, optando pela autoridade dos nomes e não tanto pela

⁴³² Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 219.

⁴³³ Machado, *Quem livrou Pombal*, 266.

⁴³⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 147.

⁴³⁵ Lusitano Philopatris [Inácio de São Caetano], *Dissertação critica, e apologetica da authenticidade do primeiro Concilio Brachareense, celebrado em 411, vendicada contra os vãos esforços, que para provar a sua supposição fizeram Gaspar Estação, o P. M. Macedo, o D.º Manoel Pereira da Silva Leal, e ultimamente hum Sabio Moderno* (Lisboa: Regia Officina Typographica, 1773), 1.

⁴³⁶ Lusitano Philopatris, *Dissertação critica, e apologetica da authenticidade do primeiro Concilio Brachareense*, 6.

racionalidade dos factos, conforme a argumentação iluminista. Apresenta um elenco de autores portugueses, como Bernardo de Brito, Agostinho Barbosa, D. Rodrigo da Cunha, Manuel de Faria e Sousa, António de Sousa de Macedo, António Brandão e D. Tomás da Incarnação.⁴³⁷

Além destes, apresenta autores espanhóis que assumem a veracidade do primeiro Concílio Bracarense: D. João Fernandes de Velasco, D. Mauro Castel Ferrer, Francisco Xodár.⁴³⁸ Apresenta ainda autores franceses e italianos que atestam o mesmo.⁴³⁹

De seguida, Inácio de São Caetano irá responder às nove objeções apresentadas pelo Sábio Moderno contra a veracidade do primeiro Concílio Bracarense.⁴⁴⁰ Responde igualmente às objeções apresentadas por Manuel Pereira da Silva Leal, apelidado Sábio Académico por Inácio de São Caetano, contra este Concílio.⁴⁴¹

Lusitano Philopatrio, com as suas respostas, conclui que se deve admitir a autenticidade e veracidade do primeiro Concílio Bracarense: «Toda a prudencia, e boa Crítica manda ter estes Monumentos por verdadeiros; e não por falsos, ou suppostos, como pretendem os contrarios, e Doutissimos Escritores, os quaes eu venero muito; menos porém do que estimo a verdade, que devem todos seguir, quanto permite esta Materia tão recondita, e obscura».⁴⁴²

São curiosas e muito interessantes as interrogações do autor:

Quem moveria aos Doutissimos Impugnadores destas *Peças*, para que sem Argumentos evidentes, ou ao menos efficazes; antes, no meu juizo, com humas insubsistentes *Conjecturas*, se empenhassem em defraudar a sua Patria de huma gloria tão grande, tão relevante, e singular, como de ser a Primeira, que no Occidente abraçou a Fé de Jesus Christo? Em despojar a Santa Sé de Braga da distinctissima Honra da Primazia de todas as Igrejas do Occidente?⁴⁴³

Pretende Inácio de São Caetano refutar algumas objeções apresentadas no seu tempo contra a autenticidade do primeiro Concílio Bracarense. De forma resumida, António Pereira de Figueiredo, imbuído da mentalidade crítica das Luzes, considerava que este Concílio não era autêntico porque dava testemunho de São Pedro de Rates, que, a seu ver, nunca existiu pois não há notícias sobre a sua existência (nomeadamente no Breviário Bracarense do século XIV), até ao Breviário de D. Diogo de Sousa em 1512. O carmelita flaviense mostra como existem várias ocorrências anteriores ao século XVI relativas a São Pedro de Rates, bem como a este Concílio.

Reservou Inácio de São Caetano para o final da obra o testemunho de Bernardo Guido (1261-1331), da Ordem dos Pregadores, que foi bispo de Tuy: «Existe o testemunho positivo do referido Author Bispo de Tuy, e de Lodeve, que faz expressa *Memoria* de S. Pedro de Rates,

⁴³⁷ Cf. Lusitano Philopatrio, 46-47.

⁴³⁸ Cf. Lusitano Philopatrio, 47-49.

⁴³⁹ Cf. Lusitano Philopatrio, 49-50.

⁴⁴⁰ Cf. Lusitano Philopatrio, 54-99.

⁴⁴¹ Cf. Lusitano Philopatrio, 99-195.

⁴⁴² Lusitano Philopatrio, 207.

⁴⁴³ Lusitano Philopatrio, 207.

Primeiro Bispo Bracarense. [...] Antes do Breviário do Século XIV havia em Braga a Tradição, ou manifesta notícia do mesmo Santo, como de seu Primeiro Bispo».⁴⁴⁴

Assim, conclui Inácio de São Caetano a sua Dissertação, atestando a existência de São Pedro de Rates e a autenticidade do primeiro Concílio Bracarense celebrado em 411.

Ambas as dissertações críticas e apoloéticas assinadas por Inácio de São Caetano sob o pseudónimo de Lusitano Philopatris revelam uma unidade interna. Em primeiro lugar, ambas pretendem responder aos intentos de reforma dos livros litúrgicos bracarense empreendidos pelo oratoriano António Pereira de Figueiredo. Em segundo lugar, a estratégia argumentativa de Inácio de São Caetano pautou-se por seguir de perto os argumentos de Figueiredo e refutá-los, recorrendo a obras e textos da Tradição e do Magistério. Em terceiro lugar, observamos como a argumentação do autor se complementa nas duas dissertações. Ou seja, para afirmar a existência de São Pedro de Rates, é necessário provar a autenticidade do primeiro Concílio Bracarense, já que este último contém um dos mais antigos testemunhos acerca do primeiro bispo de Braga.

Não podemos deixar de invocar os estudos mais recentes que apontam a data do I Concílio de Braga para 561.⁴⁴⁵

No quadro da historiografia contemporânea, afirma Fortunato de Almeida que «por muito tempo se teve como sucessor de Paterno um bispo chamado *Pancrácio*, em cujo governo pôs a imaginação de Fr. Bernardo de Brito [invocado por Inácio de São Caetano] um I concílio de Braga, em 410. [...] Ao referido I concílio de Braga (561) presidiu o bispo Lucrécio».⁴⁴⁶

Mais uma vez, observamos como a fragilidade dos argumentos de Inácio de São Caetano é clara. Apesar do seu esforço, a historiografia recente não sustenta a hipótese do carmelita flaviense, deslocando a data do primeiro concílio bracarense para 561.

É certo que o exercício histórico mais recente se socorre de outros meios que Inácio de São Caetano não dispunha na sua época. Contudo, presidiram à escrita de ambas as dissertações a intenção clara de justificar a existência de figuras e de acontecimentos que, de facto, não terão existido. Concluimos, por isso, que a intenção de D. Gaspar de Bragança, ao querer purgar o calendário e os livros litúrgicos da arquidiocese de Braga, era legítima. Resulta, porém, que, por exemplo, o nome de São Pedro de Rates só foi retirado do calendário bracarense na reforma do breviário de 1920, em pleno século XX⁴⁴⁷.

⁴⁴⁴ Lusitano Philopatris, 208.

⁴⁴⁵ Cf. José Marques, «Braga», 223.

⁴⁴⁶ Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, 62.

⁴⁴⁷ Cf. Oliveira, «Lendas apostólicas peninsulares», 23.

3. A INSTRUÇÃO DOS PASTORES

O último apartado que apresentamos referente ao *corpus* de Inácio de São Caetano contempla as duas maiores produções escritas do nosso autor. Trata-se de duas obras redigidas a partir de preocupações pastorais que o autor observou, como nos informam os títulos das mesmas e os conteúdos abordados.

Ambas foram escritas na década de 70 do século XVIII, quando Inácio de São Caetano era bispo de Penafiel. As duas obras foram reeditadas na década seguinte, no reinado de D. Maria e quando o seu autor já era Arcebispo de Tessalónica. Isto permite-nos entrever que a redação destas obras, com um profundo teor pastoral, acaba por materializar a realização do ministério episcopal de Inácio de São Caetano.

Os temas tratados versam sobre a orientação espiritual e o sacramento da Penitência, âmbitos de que o carmelita flaviense se ocupava há vários anos. Certamente que a experiência de acompanhamento espiritual de religiosos e religiosas carmelitas, bem como da Princesa e das Infantas na Corte cunharam no nosso autor uma experiência ímpar no discernimento dos espíritos.

Acresce ainda a grande ciência de Inácio de São Caetano, que era mestre em Teologia, como vimos, e desempenhava papéis, nomeadamente como deputado da Real Mesa Censória, que exigiam uma preparação teológica e um conhecimento das Escrituras muito profundo. Neste sentido, informa-nos Daniel Maroto que no século XVIII «a *espiritualidade* se torna cada vez mais *ciência*, sem que isto signifique que os escritores não vivam ou experimentem o que dizem. Simplesmente foi-se impondo uma nova metodologia dependendo de uma nova mentalidade “científica” do tempo».⁴⁴⁸

Da leitura destas duas obras podemos ainda concluir que o Arcebispo de Tessalónica estava muito consciente da deficiente formação do clero do seu tempo e das consequências dessa deficitária formação no acompanhamento espiritual e no desempenho do múnus pastoral. Por isso, com a *Idéa de hum perfeito Parocho instruido nas suas obrigações* e com o *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, Inácio de São Caetano atende às necessidades dos pastores e dos eclesiásticos.

Além disso, o nosso autor alarga o leque de leitores aos leigos, nomeadamente aos pais de família e às mulheres, que muito podiam tirar da leitura destas obras. Para tal, distancia-se

⁴⁴⁸ «La *espiritualidad* se hace cada vez más *ciencia*, sin que esto signifique que los escritores no vivan ni experimenten lo que dicen. Sencillamente que se impone una nueva metodología dependiendo de una nueva mentalidade “científica” del tiempo». Daniel de Pablo Maroto, *Historia de la espiritualidad cristiana* (Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1990), 285.

de uma linguagem áulica, optando por uma escrita simples, em língua vernácula e, por conseguinte, acessível a todos.

3.1. O perfil de um pároco instruído

A obra *Idéa de hum perfeito Paroco instruido nas suas obrigações*, dividida em cinco volumes, foi publicada pela primeira vez em 1772-1773.⁴⁴⁹ Mais tarde, em 1785, será reeditada numa segunda edição corrigida e aumentada,⁴⁵⁰ a qual seguiremos. No *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, Inácio de São Caetano remete para esta obra, atestando que o autor de ambas as obras é o mesmo.⁴⁵¹

O objetivo é claro: a instrução e esclarecimento dos párocos e dos fiéis:

A maior parte dos clérigos, tendo entrado no estado eclesiástico movido apenas pelo interesse e para obter uma vida mais cómoda, sem talento, sem cultura, e outros também sem costumes, depois de providos em igrejas, muitas vezes por meios dignos de lástima, escolhidos por padroeiros larraguistas, que somente pensam nos seus interesses, estes clérigos não se preocupam com o catecismo da mocidade e com a instrução dos adultos. Frequentemente ignoram o Evangelho, a ponto de o não saberem explicar, adulterando a Palavra de Deus com falsas histórias e imaginárias.⁴⁵²

Esta obra em particular manifesta o esforço de renovação que se foi observando nas ordens religiosas ao longo do século XVIII. Neste sentido: «O esforço de reforma e de renovação pode ler-se [...] em obras de natureza predominantemente pastoral como a *Ideia de um perfeito paroco* (1772-1773) de Frei Inácio de São Caetano».⁴⁵³ Informa-nos ainda o seu biógrafo que

na sua obra do Paroco Instruido, impressa no anno de 1772 mostra elle bem qual seja o caminho seguro, que devem trilhar os Pastores para conduzirem o seu rebanho ao aprisco do Senhor; ainda mesmo no meio dos lobos devorantes, que pretenderem fazello preza miseravel dos seus dentes. Os Directores das almas podem tirar tambem as instrucções bastantes, e as luzes puras para guiarem os peccadores sem perigo pelo meio das espessas trévas deste seculo.⁴⁵⁴

Inácio de São Caetano trata ao longo desta obra de diversos assuntos que considera importantes para os párocos se instruírem e para instruírem, por conseguinte, o rebanho que

⁴⁴⁹ Cf. Machado, *Quem livrou Pombal*, 267.

⁴⁵⁰ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 219.

⁴⁵¹ Cf. [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica para formar dignos ministros do sacramento da Penitencia, e espirituais directores*, vol. 2, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1784), 94; vol. 6, 36.

⁴⁵² Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 405.

⁴⁵³ Zulmira Santos, «Luzes e Espiritualidades: Itinerários do século XVIII», em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 42.

⁴⁵⁴ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 146.

lhes foi confiado. Na Advertência, que inaugura o primeiro volume desta obra, declara Inácio de São Caetano:

Entre todas as ordens de pessoas, que há no Mundo Christão, não ha alguma, que mereça mais consideração, nem que peça mais perfeição, do que a dos Parocos. Como elles forão instituidos para governarem huma Porção mais, ou menos numerosa da Igreja de Deos, devem ser o Modelo do Rebanho, que lhes-he confiado; e toda a sua occupação, todos os seus cuidados, devem consistir em estabelecer o Reino da verdadeira justiça, e destruir o da concupiscencia, e das paixões. E que santidade não pedem as Funções sublimes, que elles exercitão?⁴⁵⁵

Por isso, o autor pretende oferecer aos párocos nesta obra preciosos subsídios para a sua instrução pessoal, para que estes possam instruir o seu rebanho a nível religioso, mas também civil e social: «Que cousa ha mais idónea para contribuir para a boa ordem, para a tranquilidade, e para a prosperidade dos Estados, do que os bons Párocos?».⁴⁵⁶

Inácio de São Caetano, movido por uma profunda preocupação pastoral, é consciente da deficiente formação do clero à época:

E se todos os Parocos tem necessidade desta Instrução, que necessidade não terão os Párocos do nosso Reino? Todos os que tem algum conhecimento do Clero, e dos Párocos deste Reino, e seus Dominios, sabem muito bem, que elle tem pela maior parte grande necessidade de huma sólida, e verdadeira Instrução; porque exceptuando alguns poucos illuminados, está em huma deploravel ignorancia do que he util, e necessario a hum perfeito Ecclesiastico.⁴⁵⁷

O autor reconhece quais são as razões que justificam a deficitária formação dos eclesiásticos portugueses: «Huns por falta de applicação; outros por falta de talentos; e finalmente quasi todos; porque forão nutridos com as Doutrinas corruptas de hum *Corpo*. [...] Daqui vem que os Ecclesiasticos destes Reinos, e outros de Hespanha, nada, ou pouco sabem do que póde ser util á Igreja, e ao Estado».⁴⁵⁸ O carmelita refere-se às doutrinas propagadas pela Companhia de Jesus, nomeadamente o probabilismo, fortemente criticado no *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, sobre o qual falaremos a seguir:

D. Fr. Inácio refere-se aos jesuítas cuja política, doutrina e moral obstavam a que os fiéis fossem solidamente instruídos. Assim, pela sua política, não convinha que alguém fosse instruído a fundo na Religião, porque um homem instruído pela Escritura, pela Tradição, pelos Concílios e pelos Padres da Igreja dava logo com os seus erros. Tinham por isso os jesuítas todo o interesse em que se não lesse a Escritura nem as outras fontes puras da Teologia.⁴⁵⁹

⁴⁵⁵ [Inácio de São Caetano], *Idéa de hum perfeito Paroco instruido nas suas obrigações*, 2ª ed., vol. 1 (Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785), I.

⁴⁵⁶ [Inácio de São Caetano], III.

⁴⁵⁷ [Inácio de São Caetano], V.

⁴⁵⁸ [Inácio de São Caetano], VI.

⁴⁵⁹ Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 404.

Sobre os conteúdos que o leitor encontrará na obra, adverte o autor: «Não esperem os Parocos, e Ecclesiasticos achar cousa alguma do meu proprio fundo, porque nenhuma ha nesta Obra; e tudo he extrahido dos Authores, que julguei melhores».⁴⁶⁰

Foi objetivo de Inácio de São Caetano, aquando da redação desta obra, que esta fosse acessível a todos, não só eclesiásticos, mas também aos leigos, homens e mulheres. Para tal, optou por não citar em latim qualquer autor:

Procurei, que o estilo fosse conciso, simples, claro, e facil para me-proporcionar com a capacidade de todos; e por isso tambem não refiro Authoridade alguma em Latim; porque aos intelligentes não fazem falta, e podem embaraçar aos ignorantes. [...] Podem ser uteis não só aos Parocos, e Ecclesiasticos, mas tambem aos Pais de familias, e a toda a condição de pessoas, ainda mulheres; porque na verdade contém hum perfeito Catecismo.⁴⁶¹

No primeiro volume apresenta as quatro primeiras partes da obra. Na primeira parte da obra reflete sobre o estado inerente aos párocos. A segunda parte apresenta as qualidades que um pároco deverá ter para desempenhar a sua função, bem como da conduta de vida que deverá seguir para que o seu ministério frutifique na sua paróquia. A terceira parte reflete sobre as entradas dos párocos nas suas paróquias quando tomam posse das mesmas. A quarta parte apresenta as funções pastorais dos párocos.

O segundo volume apresenta a quinta parte, onde Inácio de São Caetano refere os direitos temporais próprios dos párocos. Neste tomo, o autor apresenta ainda um epílogo acerca da doutrina cristã, com diversas instruções.

No terceiro volume encontramos um elenco das verdades da fé e da moral cristãs dividido em instruções doutrinárias que os párocos deverão dirigir aos seus fiéis. Estas instruções apresentam as verdades contidas na Escritura e na Tradição da Igreja, bem como apontamentos sobre o septenário sacramental e o Decálogo.

O quarto volume apresenta várias instruções relativas ao Símbolo da Fé, sobre a oração e, ainda, um comentário à oração do Pai Nosso. O quinto e último volume prossegue com instruções sobre a oração e relação com os santos e as suas relíquias. Apresenta ainda instruções sobre as leis eclesiásticas, as virtudes teológicas da esperança e do amor, bem como instruções acerca dos votos religiosos e das promessas.

Para Inácio de São Caetano, fica claro que o pároco deve ser instruído, à boa maneira das Luzes. Para além disso, a figura do pároco é fundamental para a manutenção da paz nos Estados: comunidades cristãs pacificadas por um pároco esclarecido são sinónimo de paz no Estado. Subjaz a esta perspetiva uma tendência do ideário iluminista que previa o pastor quase

⁴⁶⁰ [Inácio de São Caetano], *Idéa de hum perfeito Paroco intruído nas suas obrigações*, vol. 1, XIII.

⁴⁶¹ [Inácio de São Caetano], XIV.

como um funcionário estatal. É curioso que, no Antigo Regime e, posteriormente, no Liberalismo, observamos precisamente isso: «Da ação ministerial dos párocos faz parte formar vassallos fiéis e bem sujeitos ao Rei e aos Ministros, para que observem as leis de Deus e do Príncipe». ⁴⁶²

Outro ponto desta obra que merece o nosso destaque é o facto de ela se abrir a um leque variado de leitores. O autor não se preocupa apenas com a instrução dos párocos, mas também com os pais de família e até mesmo as mulheres. Uma sociedade esclarecida não se alcança simplesmente pela instrução das elites sociais, mas sim pela formação de todas as camadas da população. Além disso, o ideal cristão deve ser vivido por todos, não só pelos eclesiásticos. Desta forma, o autor abre as portas dos claustros para que a vida devota seja vivida por todos, independentemente do estrato social, e apela a uma reforma eclesial.

Reconhecemos como ao longo do século XVIII jansenismo e regalismo coabitaram. Recordemos que o ideário pombalino está imbuído de ambas as correntes, apelando à necessária reforma da Igreja. Contudo, importa esclarecer que «enquanto para o jansenismo a reforma da Igreja era expressão da luta contra o mal, para o regalismo e para o galicanismo assumia uma feição política, quer do Estado quer da Igreja. O primeiro situava-a no plano da eternidade, o segundo no âmbito da temporalidade». ⁴⁶³

Inácio de São Caetano, que viria a falecer no ano antecedente à Revolução Francesa, com esta obra em particular situa-se no seu tempo, mas abre igualmente o pano daquilo que mais tarde a historiografia iria escrever. Para o autor, o trono e ao altar teriam de estar necessariamente unidos. ⁴⁶⁴

3.2. Um compêndio de vida cristã

Esta obra, de acordo com José Timóteo Montalvão Machado, é a «obra mais importante» ⁴⁶⁵ publicada por D. Fr. Inácio de São Caetano. Informa-nos David do Coração de Jesus que esta obra, dividida em seis tomos, teve uma primeira edição datada de 1776 e uma nova edição, que seguiremos, em 1784. ⁴⁶⁶ Refere Manuel de Santo Ambrósio que

nos excellentes livros da Moral Evangelica, dados ao prélo no anno de 1776 se vem sentimentos sinceros do coração do Arcebispo, e o quanto procurava restabelecer a Doutrina do Evangelho, reformar os costumes corrompidos, desterrar opiniões largas, e reduzir aos Christãos ao fervor primitivo, e piedade solida. ⁴⁶⁷

⁴⁶² Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 420.

⁴⁶³ Zília Osório de Castro, «Jansenismo», em *Dicionário de História Religiosa*, J-P, 8.

⁴⁶⁴ Cf. Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal* 420.

⁴⁶⁵ Machado, *Quem livrou Pombal*, 266.

⁴⁶⁶ Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 220.

⁴⁶⁷ Manoel de Santo Ambrósio, *Epitome da vida*, 146.

Esta obra encontra-se dividida em seis tomos.⁴⁶⁸ Neste compêndio de vida cristã vemos como «as doutrinas probabilistas estão na permanente mira de Inácio de São Caetano. Não poupa termos para as classificar de horrendas, pestilentas, perniciosas».⁴⁶⁹ O contexto em que é redigida esta obra justifica esta crítica ao probabilismo, associado à Companhia de Jesus.⁴⁷⁰

O princípio-base do probabilismo é o seguinte: «Qui probabiliter agit, prudenter agit». A virtude que deve orientar o ato humano é a prudência. Atua-se de forma prudente quando o juízo da própria consciência se apoia em algo que seja provável, mesmo que não seja aquilo que se encontra expresso na lei. Isto significa que quem age a partir de uma probabilidade, pode agir corretamente: «Para os probabilistas o ato é possuído pelo homem, visto que toda a lei, inclusivamente a natural, é limitação positiva imposta pela vontade, também de Deus, à liberdade do homem».⁴⁷¹

Inácio de São Caetano é severo nas críticas que tece ao probabilismo. Afirma que «a Lei Divina primeira Regra, e Medida das nossas acções, comparada com as forças do Homem no Estado da Natureza corrupta, he rigorosa, e cheia de santa severidade; e só a faz suave, e leve a unção da Caridade».⁴⁷² A segunda regra é a consciência, como recorda o autor. Afirma:

O dictame da nossa Consciencia he a segunda Regra, ou he a applicação da primeira Regra. Nesta applicação, ou demaziadamente severa, ou excessivamente laxa, consistem os extremos viciosos do nimio rigor, e da nimia laxidão. Entre estes dous extremos caminha o Probabilismo sem inclinar para a esquerda, ou direita, declinando hum, e outro extremo.⁴⁷³

Inácio de São Caetano, todavia, é consciente que não é suficiente reprovar este sistema moral. É necessário, pois, averiguar a questão levantada pela probabilidade:

Não basta reprovar o *Probabilismo*; he necessario com toda a diligencia examinar as condições requisitas para conhecer a maior *probabilidade*. Esta não se deve formar a arbitrio de cada hum; mas deve procurár-se a maior apparencia da verdade. Deve com toda a seriedade examinar-se o que ensina a Escritura, os Concilios, os Santos Padres, e os Theologos mais graves sobre a Materia, que se controverte. Cada hum deve esquadrinhar os mais reconditos escondrigios do seu coração para ver, se está nelles occulta a inveja, o odio, o amor, a ambição, e outras paixões, que escurecem a verdade, e representam o mal, como bem; e o menos provavel, como mais provavel. Deve o Homem acautelár-se com a maior vigilancia destes inimigos intrinsecos; e rogar muito a Deos que lhe comunique as suas luzes para conhecer a verdade. Feitas estas diligencias com

⁴⁶⁸ Cf. Carlos Moreira Azevedo, «A Faculdade de Teologia de Coimbra (1772-1910): o ensino da teologia moral», *Didaskalia* 46, n. 2 (2016): 76-77.

⁴⁶⁹ Azevedo, «A Faculdade de Teologia de Coimbra (1772-1910): o ensino da teologia moral», 77.

⁴⁷⁰ Cf. Souza, *Jansénisme et Réforme de l'Eglise dans l'Empire Portugais*, 389.

⁴⁷¹ «Para los probabilistas el acto es poseído por el hombre, puesto que toda ley, incluso la natural, es limitación positiva impuesta por la voluntad, también de Dios, a la libertad del hombre». Domenico Capone, «Sistemas morales», em *Diccionario Enciclopedico de Teologia Moral*, ed. Leandro Rossi e Ambrogio Valsecchi, 5ª ed. (Madrid: Ediciones Paulinas, 1986), 1018.

⁴⁷² [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 1, 190-191.

⁴⁷³ [Inácio de São Caetano], 191.

animo sincero de alcançar o conhecimento da verdade, abrace, o que na presença de Deus julgar mais provável, e verosímil.⁴⁷⁴

Certamente que aquilo que escreve ao longo desta obra se enquadra na época e é manifestamente contra a corrente probabilística. Isto não significa que possamos concluir que Inácio de São Caetano seja um rigorista ao jeito do jansenismo moral. Prova disso, entre tantas outras, é esta passagem: «A benignidade, que prégam os *Probabilistas*, não deve ser aquella, que laxa as Leis, e as accomoda aos appetites humanos, mas aquella, que com Paciencia, e Caridade procura reformar os costumes, conforme manda a Divina Lei».⁴⁷⁵

Pretende o autor, conforme lemos no título, oferecer um digno compêndio de teologia moral capaz de formar idôneos ministros do sacramento da Penitência e diretores espirituais. O carmelita flaviense é consciente da deficiente formação do clero seu contemporâneo, como relata Cândido dos Santos.⁴⁷⁶

Os seis volumes do *Compendio da Theologia Moral Evangelica para formar dignos ministros do sacramento da Penitencia, e espirituais directores* estão organizados em vários tratados. Antes do primeiro tratado, o autor inicia a obra com uma dissertação prévia sobre os princípios fundamentais da moral cristã (os *lugares teológicos*).⁴⁷⁷

Ao falar dos princípios da Teologia e da Moral, Inácio de São Caetano apresenta a História como um desses princípios. Não deixa de ser interessante escutar os critérios que o autor apresenta para a ciência histórica:

Na escolha da Historia deve primeiro procurár-se a inteireza, e probidade do Author. Deve advertir-se, em que Tempo viveo, e se refere Factos, que elle mesmo vio, ou acontecêram no seu Tempo. Porque se hum Homem de probidade conhecida refere Factos, de que elle mesmo foi Testemunha ocular, ou que ouviu a Pessoas dignas de fé, que víram os mesmos Factos, merece toda a fé humana.⁴⁷⁸

O primeiro tratado, sobre a consciência, divide-se em vários capítulos: sobre a consciência, a ignorância e, por fim, sobre o probabilismo e as críticas tecidas por Inácio de São Caetano contra esta corrente.⁴⁷⁹ O segundo tratado versa sobre os três primeiros mandamentos. Divide-se igualmente em diversos capítulos: sobre a fé, a infidelidade, a esperança, a caridade com Deus e a caridade com o próximo, sobre a esmola e a correção fraterna.

O autor alerta para o cuidado da pessoa no atendimento espiritual ou no sacramento da Penitência, bem como para o discernimento como virtude necessária neste âmbito: «E cuide,

⁴⁷⁴ [Inácio de São Caetano], 192-193.

⁴⁷⁵ [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 2, 80-81.

⁴⁷⁶ Cf. Santos, *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*, 403.

⁴⁷⁷ Cf. [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 1, I-LXVIII.

⁴⁷⁸ [Inácio de São Caetano], LXVI.

⁴⁷⁹ Cf. [Inácio de São Caetano], 98-197.

quanto puder, ajudar ao seu Proximo, que procura o remedio da sua Alma. Não seja excessivamente timorato: E senão póde, ou não sabe resolver; remetta o Consulente a outros mais doutos, e sabios».⁴⁸⁰

O segundo volume prossegue com o segundo tratado, com novas temáticas desenvolvidas: sobre aquilo que é contrário à caridade, sobre o escândalo, os pecados contra a castidade, sobre a religião e a oração, sobre Ofício Divina, a sua recitação particular e as condições exigidas para cumprir o preceito das Horas Canónicas, sobre a adoração, os vícios contra a Religião, os votos religiosos e o juramento.

Neste volume inicia-se ainda o terceiro tratado que versa sobre os outros sete mandamentos do Decálogo. O primeiro capítulo deste tratado reflete sobre o quarto mandamento.

Inácio de São Caetano, nas longas explanações que vai fazendo ao longo de cada volume, não deixa de recordar e alertar para algumas práticas os confessores, objetivo primaz da redação desta obra: «He necessario, que os Confessores tenham hum summo cuidado para não gravar demaziadamente as Consciencias dos Fieis; e tambem para não laxallas mais, do que he justo».⁴⁸¹ Não deixa de alertar ainda os ministros do sacramento da Penitência:

Se no seu Ministerio procurar só a Salvação das Almas, desprezado todo o respeito mundano, não lhe será difficultoso achar o meio entre os extremos do rigor, e laxidão. Porém deve sempre lembrár-se, que este meio he apertado, como ensina o Evangelho. Este rigor só se abranda com a Caridade; não laxando a Lei, mas emendando os costumes, com zelo fervoroso, dirigido ás Virtudes, e santidade, que todos professamos no Baptismo.⁴⁸²

No terceiro tomo seguem-se os demais capítulos que compõe este tratado: sobre o quinto mandamento, o sexto e o nono mandamentos, sobre o sétimo e décimo mandamentos, sobre o oitavo e sobre o nono e o décimo, respetivamente.

O quarto tratado versa sobre os cinco preceitos da Igreja: a santificação das festas, sobre o jejum, sobre o pagamento do dízimo, a confissão anual e a comunhão pascal.

O quarto volume deste Compêndio de Teologia Moral inicia com o quinto tratado da obra, reservado às Leis. O sexto tratado versa sobre a Justiça e o Direito, enquanto o sétimo trata da restituição. Por fim, o oitavo tratado que compõe este quarto volume reflete sobre os contratos. Este volume é, claramente, um volume dedicado a matérias jurídicas, relativas ao Direito Civil e ao Direito Eclesiástico.

O quinto volume inicia-se com o nono tratado que trata sobre os sacramentos. O primeiro capítulo versa sobre os sacramentos *in genere*. Os seguintes versam sobre o

⁴⁸⁰ [Inácio de São Caetano], 197.

⁴⁸¹ [Inácio de São Caetano], *Compêndio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 2, 77.

⁴⁸² [Inácio de São Caetano], 81.

sacramento do Batismo, o sacramento da Confirmação, o sacramento da Eucaristia, sobre a Missa, sobre o sacramento da Penitência, a confissão sacramental e a satisfação, penitências e indulgências.

O sexto e último volume desta obra prossegue o nono tratado, sobre os sacramentos, com uma reflexão sobre o sacramento da Ordem, a simonia e, por fim, sobre o sacramento do Matrimónio. O décimo tratado versa sobre as censuras canónicas e o décimo primeiro tratado sobre os pecados. O último tratado apresenta as proposições condenadas pela Igreja e apresenta a Bula da Cruzada.

Inácio de São Caetano, ao longo desta obra, não se poupa nas palavras para apelar ao bom espírito dos presbíteros e também dos bispos, no exercício dos seus ministérios. Declara:

O espirito de qualquer Arte consiste no grande desejo de conseguir o fim da mesma Arte. Onde se deve colligir: Que o espirito Ecclesiastico, ou o ingenho Sacerdotal deve consistir em hum ardente desejo, e em huma caritativa indústria de procurar a gloria de Deos, e Salvação do Proximo. [...] Não perdoam a trabalho, a industria, nem aos proprios bens para extirpar os vicios do Rebanho, que lhes está entregue, e para excitallo á observancia da Lei, e exercicio das Virtudes.⁴⁸³

Enfim, Inácio de São Caetano resume em poucas palavras o ser e o estar de um digno ministro de Cristo para que este desempenhe dignamente as suas nobres funções:

Para ir seguro, o que deseja alcançar o Espirito Ecclesiastico falle pouco com os Homens; e converse muito com os Profetas, Apostolos, Evangelistas, e Santos Padres; procedendo em tudo com grande zelo, e amor Filial da santidade, conservação, e augmento da Igreja, nossa amabilissima Mãe, e inseparavel Esposa de Jesus Christo.⁴⁸⁴

Sem dúvida que presidiu às intenções de Inácio de São Caetano ao redigir esta obra uma clara preocupação pastoral. Conforme descrito em cima, a obra pauta-se por uma inegável profundidade nas matérias tratadas, muito bem organizadas e esclarecidas.

Centra a sua reflexão na Sagrada Escritura, na Tradição, nos Padres da Igreja e nos grandes Teólogos. A centralidade da Sagrada Escritura é bem vincada por Inácio de São Caetano: «Os Ministros do santo Sacramento da Penitencia não só tem obrigação de ler a Sagrada Escritura; mas também de fazer toda a diligencia para penetrar bem o espirito do Novo Testamento, que he o fim, e complemento do Velho».⁴⁸⁵

Acrescenta o autor que «a Escritura, os Concilios, e os Santos Padres claramente inculcam a obrigação, que tem todos de estudar a Lei de Deos; mas particularmente aquelles, que tem obrigação de ensinalla aos outros, como sam os Confessores, e os Directores ou

⁴⁸³ [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 6, 33.

⁴⁸⁴ [Inácio de São Caetano], 34.

⁴⁸⁵ [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 1, XXXV.

Pastores espirituaes». ⁴⁸⁶ Compreendemos, assim, que Inácio de São Caetano é consciente dos princípios que nortearam a redação desta obra, revendo-os numa atenção à teologia positiva própria das Luzes. Movido pelas preocupações nascidas da realidade dos ministros da Igreja, oferece normativas práticas e pastorais muito proveitosas e que gozam, como podemos ver, de uma grande atualidade. Situamos, assim, Inácio de São Caetano no âmbito do Iluminismo católico em Portugal:

Os iluministas católicos portugueses aceitavam a supremacia da Coroa sobre a Igreja, enfatizam nalguns casos a primazia do concílio sobre o Papa, põem em evidência notícias de autonomias das antigas dioceses portuguesas, atacam os Jesuítas, promovem a teologia positiva, baseada nas fontes da escritura e da tradição, em detrimento do aristotelismo, empenham-se na denúncia do fanatismo religioso e das superstições [...]. Às festividades e à oratória barrocas preferem uma religiosidade austera. ⁴⁸⁷

Todos os conteúdos transmitidos por Inácio de São Caetano neste seu *Compêndio de Teologia Moral* procuravam instruir os confessores e diretores espirituais. Contudo, adverte o autor: «Só o Sermão de Jesus Christo aos seus Discipulos no Monte, lido com atenção, e desejo sincêro de aproveitar, ensinará ao Confessor mais Moral Christã, e Evangelica, do que se gastasse muitos annos em estudar os Livros, que compozeram os Homens sobre esta Materia». ⁴⁸⁸

Conclui Montalvão Machado que esta obra «é um extenso trabalho de quem muito se instruiu com o estudo e ensino das Sagradas Escrituras e de quem muito aprendera no contacto dos homens». ⁴⁸⁹ Situada no contexto iluminista católico português, este compêndio é um verdadeiro guia que ilumina todos os cristãos, especialmente os ministros sagrados.

⁴⁸⁶ [Inácio de São Caetano], XXVI.

⁴⁸⁷ Luís de Oliveira Ramos, «Iluminismo», 418.

⁴⁸⁸ [Inácio de São Caetano], *Compendio da Theologia Moral Evangelica*, vol. 1, XXVIII.

⁴⁸⁹ Machado, *Quem livrou Pombal*, 267.

CONCLUSÃO

O século XVIII em Portugal é, indubitavelmente, um período marcante e aliciente. Marcado por personagens e acontecimentos deveras relevantes, esta centúria revela-se de ímpar interesse e de uma atualidade para profundos estudos e investigações.

Aproximando-nos da vida e da obra de D. Fr. Inácio de São Caetano, percorremos os corredores da história portuguesa de Setecentos, deixando-nos envolver por diversas dinâmicas de variados âmbitos, como o religioso, o político e o cultural.

A figura deste carmelita descalço encaixa-se, a nosso ver, no elenco de personalidades notáveis que moldaram o Portugal de Setecentos. Após o percurso realizado e chegados ao final da nossa dissertação, cremos que Inácio de São Caetano, pela sua biografia e no seu *corpus*, apresenta um retrato aliciente de Portugal no contexto do Iluminismo.

Este transmontano, nado e criado em Chaves, que abandonou a vida militar para vestir o hábito de carmelita descalço revelou, desde sempre, qualidades notáveis enquanto religioso. No claustro, desde a sua formação, Inácio de São Caetano demarcou-se dos seus pares e, por isso, foram-lhe atribuídos vários ofícios de relevo no seio do Carmo Descalço, desde a lecionação ao governo de conventos.

As suas qualidades tornaram-se públicas, chegando ao conhecimento do arcebispo de Braga que o escolheu como confessor, bem como da corte portuguesa. Afastados os padres da Companhia de Jesus dos corredores áulicos da coroa lusitana, Inácio de São Caetano torna-se confessor das filhas do rei D. José.

O carmelita descalço, prior de Carnide, contactava agora de forma mais próxima com as figuras mais importantes nos âmbitos políticos e culturais do reinado de D. José, como Sebastião José de Carvalho e Melo. Reconhecido também por estes, foi integrado no Santo Ofício e na Real Mesa Censória, organismos controlados pelo aparelho do Estado, sobretudo pelo ministro plenipotenciário que pretendia uma relação com a Igreja à luz do seu ideário iluminista.

Na corte de D. José circulavam as ideias do Iluminismo católico tipicamente português, com sabor jansenista e regalista, cujo principal ideólogo fora o oratoriano António Pereira de Figueiredo, íntimo do Marquês de Pombal. Certamente que Inácio de São Caetano não se inclui na lista das personalidades do jansenismo português do século XVIII, mas enquadra-se no contexto cultural envolvente, conforme nos informam os ofícios desempenhados e as obras que publicou. Importa, sobretudo, afirmar que Inácio de São Caetano reconhecia-se como um carmelita descalço ao serviço da Coroa portuguesa. Isso manifestava-se na sua fidelidade à vocação carmelita e à Família Real.

Fruto do seu serviço à Coroa e ao Estado, Inácio de São Caetano foi agraciado com as dignidades prelatícias, tendo sido nomeado por D. José primeiro bispo de Penafiel, uma diocese efémera e criada, entre outras, por vontade do Marquês de Pombal. Apesar dos seus desejos de servir a nova diocese, nunca D. Fr. Inácio abandonou as suas obrigações na corte portuguesa. Oito anos depois, a diocese de Penafiel seria extinta e o seu bispo renunciaria à mitra penafidense.

No reinado da primeira monarca portuguesa, Inácio de São Caetano colocou o seu lugar à disposição por se achar indigno de ser confessor da Rainha de Portugal. D. Maria, porém, assegurou que as funções de Inácio de São Caetano seriam mantidas e as dignidades do seu confessor seriam agora dilatadas, elevando-o a arcebispo de Tessalónica, ministro assistente ao despacho e, mais tarde, inquisidor-geral. Vendo-se com tais responsabilidades, acedeu ao pedido da Rainha para, por fim, habitar permanentemente na corte de D. Maria. Com ela, erigiu a Basílica da Estrela, o primeiro templo cristão dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, onde ambos viriam a repousar para a eternidade.

A vida de D. Fr. Inácio de São Caetano foi vivida verdadeiramente entre o claustro e o palácio. Apesar das suas obrigações ao longo de várias décadas na corte régia, jamais se esqueceu da sua condição de carmelita descalço. Inácio de São Caetano foi um insigne servidor do Carmo Descalço em Portugal pelos cargos que ocupou, bem como pelas obras que patrocinou, como o enriquecimento das livrarias conventuais ou a requalificação de diversos espaços conventuais. Não podemos omitir a indubitável influência deste carmelita descalço na ereção da Congregação Geral dos Carmelitas Descalços em Portugal, consumando a independência face à Ordem em Espanha. Além disso, já como bispo de Penafiel e, posteriormente, arcebispo de Tessalónica, D. Fr. Inácio de São Caetano presidiu a todos os capítulos gerais dos Descalços em Portugal.

Para além da vida notável que teve, Inácio de São Caetano resta igualmente para a história nas diversas obras que publicou. O seu *corpus* é diverso, como deixámos expresso nesta dissertação, desde a parenética às obras de cariz mais pastoral, passando por obras de caráter

apologético. Através das publicações deste carmelita descalço, somos convidados a renovar o olhar sobre os debates intelectuais desenrolados no século XVIII em Portugal e a reconhecer o seu ideário, integrado no contexto das mentalidades da sua época, ao nível político e religioso.

Toda a nossa investigação integrou todos os testemunhos e estudos relativos à figura de D. Fr. Inácio de São Caetano, independentemente das perspetivas adotadas. Conforme as referências feitas por nós ao longo deste trabalho e a bibliografia utilizada, nem todos simpatizavam com esta figura, conotando-a muitas vezes com Pombal e com o seu governo despótico ou, então, revendo-o como um dos grandes nomes do jansenismo em Portugal. De forma a não emitirmos precipitadas conclusões, optámos por ler e analisar de forma crítica e imparcial a vida e o *corpus* de Inácio de São Caetano. Além disso, procurámos aceder às fontes, conforme apresentado na bibliografia, de maneira a não perpetuarmos equívocos ou falsos entendimentos relativamente a Inácio de São Caetano. Desta forma, quisemos sempre ser isentos nas nossas análises e afirmar aquilo que, fruto da consulta das fontes e da confrontação com a demais bibliografia, nos parecia o mais sério e verdadeiro. Desta forma, consideramos que apresentamos com a nossa dissertação novos desenvolvimentos no estudo desta figura, sobretudo no enquadramento da mesma à época e nos desenvolvimentos mais importantes do século XVIII em Portugal a nível político, social, cultural e religioso.

Creemos que a figura de Inácio de São Caetano não será de menor importância face a outros nomes que marcaram o século XVIII em Portugal. Com a nossa dissertação deixamos demonstrado que a vida e a produção escrita deste carmelita descalço incluem-no na fileira de figuras imprescindíveis para uma melhor compreensão dos contornos políticos e religiosos do período estudado.

No âmbito político, Inácio de São Caetano não passou despercebido entre a corte portuguesa, devido às funções desempenhadas enquanto confessor, nem nos círculos pombalinos, já que incluía a lista de deputados da Real Mesa Censória. A influência deste carmelita descalço na vida da Princesa do Brasil e futura Rainha de Portugal é inegável. Este homem influi claramente no equilíbrio de D. Maria que, como é reconhecido, apresentava uma personalidade deveras depressiva e escrupulosa. Acreditamos que a morte do seu confessor terá tido fortes incidências no agravamento do estado de saúde mental da soberana. Além disso, desempenhou funções políticas durante o governo de D. Maria, tendo sido nomeado seu ministro assistente ao despacho.

Entre os círculos intelectuais portugueses, Inácio de São Caetano, conforme se reflete no seu *corpus*, fez notar a sua presença. As atividades letivas desempenhadas no seio da Ordem dos Carmelitas Descalços como mestre de Teologia, a sua incorporação no Tribunal da Inquisição, na Real Mesa Censória e, mais tarde, na Real Academia das Ciências de Lisboa,

demonstram a integração da figura de Inácio de São Caetano nas correntes de ideias que circulavam em Portugal em Setecentos, sobretudo as que ao Iluminismo católico dizem respeito.

Eclesiasticamente, Inácio de São Caetano é uma figura de relevo no seio da Ordem dos Carmelitas Descalços, desde as funções governativas desempenhadas até à influência que teve na criação da Congregação Geral portuguesa dos Carmelitas Descalços, materialização do desejo de independência dos carmelitas portugueses face à Congregação espanhola. Além disso, pela elevação a bispo de Penafiel e a arcebispo de Tessalónica, Inácio de São Caetano gozou de particular importância na paisagem religiosa em Portugal.

Ao nível social, Inácio de São Caetano demarcou-se pela sua filantropia e mecenato. Foi um homem que auxiliou os mais carenciados, nomeadamente provendo de dotes raparigas que não os possuíam para entrar em conventos. Como mecenas patrocinou a compra de várias obras de arte e de livros para recheiar as livrarias conventuais carmelitas por onde passou. Foi ainda responsável pela requalificação de vários espaços conventuais, nomeadamente em São João da Cruz de Carnide.

Inácio de São Caetano, vivendo simultaneamente entre o claustro e o palácio, foi fiel à sua vocação como carmelita descalço e às suas obrigações na corte portuguesa e nas demais obrigações. Esta figura, reflexo do seu tempo, revela que não existe uma separação entre o divino e o humano, mas sim que ambas as realidades podem coabitar e conviver sadicamente. O claustro e o palácio em Inácio de São Caetano não são apenas meros espaços físicos, mas sim a dois modos de ser e de estar que marcaram o século XVIII em Portugal.

Vários caminhos e perspectivas de investigação abriram-se ao longo da feitura deste trabalho. O estudo sobre esta personalidade oferece-nos novas oportunidades de investigação. Seria deveras interessante realizar uma leitura comparada das obras de Inácio de São Caetano com as grandes individualidades intelectuais à época, ler e analisar o epistolário deste carmelita descalço, que se correspondeu com figuras importantes da época como Manuel do Cenáculo. Poder-se-ia ainda examinar a documentação dispersa relativa a Inácio de São Caetano presente, por exemplo, no Arquivo Apostólico Vaticano, na biblioteca da Ajuda ou na biblioteca pública de Évora ou então alargar o estudo sobre o Carmelo Descalço em Portugal examinando a ligação dos carmelitas descalços com a dinastia de Bragança.

O percurso de Inácio de São Caetano entre o claustro e o palácio é um convite para uma viagem ao Portugal de Setecentos, para os dinamismos de reforma que foram surgindo ao longo desta centúria nos campos políticos e religiosos. Inácio de São Caetano, falecido no ano anterior à Revolução Francesa, oferece-nos um retrato aliciante de um Portugal em transformação e de um mundo prestes a inaugurar uma nova era da sua história.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Fontes inéditas

De Inácio de São Caetano

Lusitano Philopatris [Inácio de São Caetano]. *Dissertação critica e apologetica a favor do culto de S. Pedro de Rates, e outros muitos santos que se veneram na Igreja de Braga: Resposta á dissertação critica, que contra o culto dos mesmos Santos, para servir de plano a reforma do Breviario da mesma Cathedral compôs hum Sabio Critico Moderno*. Série Azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Outras

Batismos 1714-1722. Paroquiais, Paróquia de Santa Maria Maior (Chaves). Arquivo Distrital de Vila Real. Acedido a 8 de setembro de 2021. <https://digitarq.advrl.arquivos.pt/details?id=1050196>.

Cabido e ordens de Missa: ordenações sacerdotais, livro 3. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços: De q hé Fundadora, & Padroeira a Sereniss^a Snra D. Maria, filha do Sereniss^o Rey, & Snr D. João o 4^o. Restaurador da liberdade Portugueza, & verdadeyro Pay da Patria. Anno de 1681. Convento de São João da Cruz de Carnide, livro 1. Ordem dos Carmelitas Descalços. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Livro dos Capítulos Provinciais (1612-1772) da Província de S. Filipe e Capítulos Gerais (1772-1808) da Província de N. Senhora do Carmo da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços do Reino de Portugal. Biblioteca da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços, Fátima.

Processus consistorialis, 161. Archivio Concistoriale. Arquivo Apostólico Vaticano.

Processos Académicos, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

1.2. Fontes publicadas

De Inácio de São Caetano

[Inácio de São Caetano]. *Compendio da Theologia Moral Evangelica, para formar dignos ministros do sacramento da Penitencia, e espirituais directores.* 2ª ed. Vol. 1-6. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1784.

—————. *Gratidão desempenhada: Oração gratulatoria, e parenetica.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762.

[—————]. *Idéa de hum perfeito Paroco instruido nas suas obrigações, e instruindo as suas ovelhas na solida piedade. Obra muito util a todo o genero de Pessoas.* 2ª ed. Vol. 1-5. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1785.

—————. *Portugal agradecido: Oração gratulatoria.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1761.

Lusitano Philopatris [Inácio de São Caetano]. *Dissertação critica, e apologetica da authenticidade do primeiro Concilio Bracharense, celebrado em 411, vendicada contra os vãos esforços, que para provar a sua supposição fizeram Gaspar Estação, o P. M. Macedo, o D.^{or} Manoel Pereira da Silva Leal, e ultimamente hum Sabio Moderno.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773.

Outras

Beckford, William. *A Côrte da Rainha D. Maria I.* Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

Belchior de Santa Ana. *Crónica de Carmelitas Descalços particular do Reino de Portugal e Província de Sam Fellippe.* Tomo 1. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1657.

Figueiredo, António Pereira de. *Tentativa Theologica, em que se pretende mostrar que impedido o Recurso á Sé Apostolica se devolve aos Senhores Bispos a faculdade de dispensar nos Impedimentos Publicos do Matrimonio, e de prover espiritualmente em todos os mais Cazos Reservados ao Papa, todas as vezes que assim o pedir a publica e urgente necessidade dos subditos.* Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1766.

[Figueiredo, Manoel de]. *Supplemento á Descrição de Portugal em satisfação da carta, que hum Prelado do Reino escreveo ao Author da mesma obra.* Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1788.

Gazeta de Lisboa, 2 de dezembro, 1788.

Malagrida, Gabriel. *Cartas e escritos.* Traduzido e organizado por Ilário Govoni. Belém: Editora Paka-Tatu, 2012.

Manoel de Santo Ambrósio. *Epitome da vida do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Ignacio de S. Caetano, Confessor da Rainha Nossa Senhora, Arcebispo de Thessalonica, Inquisidor Geral, e Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1791.

———. *Oração funebre recitada no Real Convento do SS. Coração de Jesus da Estrella no dia 6 de Fevereiro na trasladação do corpo do Ex.mo e R.mo Senhor D. Fr. Inácio de S. Caetano, Arcebispo de Thessalonica, Inquisidor Geral, Ministro Assistente ao Despacho do gabinete, e Confessor da Rainha Nossa Senhora.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1790.

Teresa de Jesús, *Epistolario*, 2ª ed. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1984.

———. *Libro de la Vida*, 4ª ed. Burgos: Editorial Monte Carmelo, 1998.

2. ESTUDOS

Abreu, Adélio Fernando. «Iluminismo e cristianismo em Portugal: Uma abordagem histórica», *Humanística e Teologia* 33, n.º 2 (2012): 31-61.

Alberto de la Virgen del Carmen. *Historia de la Reforma Teresiana*. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1968.

Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1-3. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1967.

Alves, Ana Ruas. «A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 14, n.º 1 (2014): 209-230.

Azevedo, Carlos Moreira. «A Faculdade de Teologia de Coimbra (1772-1910): o ensino da teologia moral». *Didaskalia* 46, n.º 2 (2016): 67-90.

Beirão, Caetano. *D. Maria I: 1777-1792*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

Bernardo, Helena e Laura Sousa. «Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edifício». *Oppidum* 9, n.º 8 (2015): 57-84.

Bethencourt, Francisco. «Inquisição». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. C-I: 447-453. S.l.: Círculo de Leitores, 2000.

———. «A Inquisição», em *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2, 95-131. S.l.: Círculo de Leitores, 2000.

Braga, Paulo Drumond. «Para além da política: tarefas menos relevantes do Marquês de Pombal». *Brotéria* 192, n.º 5/6 (2021): 478-485.

Brásio, António. «Três dioceses pombalinas: Castelo Branco, Penafiel, Pinhel». *Lusitania Sacra* 1, n.º 3 (1958): 165-233.

Capone, Domenico. «Sistemas morales». Em *Diccionario Enciclopedico de Teologia Moral*. Ed. Leandro Rossi e Ambrogio Valsecchi. 5ª ed.: 1015-1022. Madrid: Ediciones Paulinas, 1986.

Carvalho, Ayres de. *A Basílica Estrela: no segundo centenário da sua fundação*. Lisboa: s. ed., 1979.

Castro, Zília Osório de. «Jacobeia». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. J-P: 5-7.

———. «Jansenismo», Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. J-P: 7-10.

———. «Pombalismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. J-P: 462-464.

Cepêda, Augusto Abreu Lopes. *D. Frei Inácio de S. Caetano: Bispo de Penafiel*. Separata do Boletim n.º 10 comemorativo do 20º aniversário do Rotary Club de Penafiel. Penafiel: s. ed., 1993.

———. *Évora e D. Frei Inácio de S. Caetano*. Penafiel: s. ed., 2002.

Cidade, Manuel Pereira. *Memórias da Basílica da Estrêla*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

Coelho, José Maria Latino. *Historia Politica e Militar de Portugal: Desde os fins do XVIII até 1814*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

Costa, Avelino de Jesus da. «Pedro de Rates (São)». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 14: 1595-1596. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.

———. «Rito de Braga». Em *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Vol. 1: 370-371. Porto: Livraria Figueirinhas, 1991.

Costa, Elisa Maria Lopes da. «A Jacobeia: achega para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista». *Arquipélago* 2, n.º 14-15 (2010-2011): 31-48.

David do Coração de Jesus. *A Reforma Teresiana em Portugal*. Lisboa: Oficinas de S. José, 1962.

Domingues, Mário. *D. Maria I e a sua época: evocação histórica*. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1972.

Ferreira, José Augusto. *Estudos Historico-Liturgicos: Os Ritos particulares das Igrejas de Braga e Toledo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1924.

———. *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*. Vol. 1. Braga: Edição da Mitra Bracarense, 1928.

———. *Memorias Archeologico-historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos): Sec. VI – Sec. XX*. Vol. 2. Braga: Cruz & Comp.^a, 1924.

Ferreira, José Fernando Coelho. *Diocese de Penafiel: 1770-1778*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel e Livrofiel, 2016.

Franco, José Eduardo. «O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal». *Lusitania Sacra* 28, n.º 2 (2006): 147-218.

Fernández Frontela, Luis Javier. «El Carmelo Descalzo: del carisma a la institucionalización». Em *A Reforma Teresiana em Portugal*, 97-124. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017.

Gatzhammer, Stefan. «Antijesuítismo Europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)». *Lusitania Sacra* 5, n.º 2 (1993): 159-250.

Gomes, [Jesué] Pinharanda. *Caminhos Portugueses de Teresa de Ávila*. Braga: Editora Pax, 1983.

Gonçalves, Nuno da Silva. «Jesuítas». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. J-P: 21-31.

Gouveia, António Camões. «Estratégias de interiorização da disciplina». Em *História de Portugal*, dirigido por José Mattoso, vol. 4, 415-449. S.l.: Círculo de Leitores, 1993.

Kratz, Wilhelm von. *Der prozess Malagrida: nach den originalakten der Inquisition im Torre do Tombo in Lissabon*. Roma: Macioce & Pisani, 1935.

Lavrador, João. *Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.

Lázaro, Alice. *A Virtuosa Arte de Reinar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I pelo seu Confessor*. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

———. *O Reinado do Amor: Cartas íntimas da priora da Estrela para a rainha Dona Maria I (1776-1780)*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

Lima, J. da Costa. *Carmelitas da Estrela: virtudes ignoradas e outras narrações*. Lisboa: s. ed., 1945.

Loureiro, José João. «A Mão da Santa Madre Teresa de Jesus». Em *A Reforma Teresiana em Portugal*, 451-456. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017.

———. «Cronologia da Ordem dos Carmelitas Descalços em Portugal (1581-2016)». Em *A Reforma Teresiana em Portugal*, 23-29. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017.

Machado, José Timóteo Montalvão. *Quem livrou Pombal da pena de morte*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979.

Marcocci, Giuseppe e José Pedro Paiva. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. 2ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.

Maroto, Daniel de Pablo. *Historia de la espiritualidad cristiana*. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1990.

———. *Santa Teresa de Jesús: Nueva Biografía (Escritora, fundadora, maestra)*. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 2014.

Marques, José. «Braga». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. A-C: 221-253.

Mendiola, Domingo A. Fernández de. *El Carmelo Teresiano en la historia: una nueva forma de vida contemplativa y apostólica*. Vol. 4. Roma: Istituto Storico Teresiano, 2013.

Miranda, Abílio. *As pastorais do bispo de Penafiel*. Separata de folhetins de *O Penafidelense*. Penafiel: s.ed., 1938.

Oliveira, Miguel de. *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.

———. «Lendas apostólicas peninsulares». *Lusitania Sacra*, n.º 4 (1959): 7-27.

Ortega, Pedro. *Historia del Carmelo Teresiano*. 3ª ed. Burgos: Editorial Monte Carmelo, 2010.

Paiva, José Pedro. «A Igreja e o poder». Em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 135-185.

———. «Dioceses e organização eclesiástica». Em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 187-199.

———. *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

———. «Os mentores». Em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 201-237.

Pereira, Isaías da Rosa. «O auto-da-fé de 1761». *Revista de História das Ideias* 4, n.º 1 (1982): 367-376.

Priore, Mary del. *D. Maria I: As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como «a louca»*. Alfragide: Casa das Letras, 2020.

Queirós, Helena. «Subsídios para a história do Carmo Descalço em Portugal: Quem foi D. Fr. Luís de Santa Teresa (1693-1757)?». *Studia Carmelita* 1, n.º 1 (2019): 137-154.

Ramos, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. S. l.: Temas e Debates, 2010.

———. «Iluminismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. C-I: 414-419.

———. «Regalismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. P-V: 96-99.

Ribeiro, Américo da Silva. *O bispado de Penafiel*. Penafiel: Editora Penafiel, 1995.

Rodrigues, Manuel Augusto. *D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982.

———. «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra». *Revista de História das Ideias* 4, n.º 1 (1982): 207-298.

Rodrigues, Matias. *Vida do padre Gabriel Malagrida*. Traduzido por Ilário Govoni. Belém do Pará: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010.

Saldanha, Sandra Costa. *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

Santos, Cândido dos. «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*: Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2.^a metade do século XVIII». *Revista de História das Ideias* 4, n.º 1 (1982): 167-203.

———. *Jansenismo e Antijansenismo em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora, 2014.

———. «Pombal e o Iluminismo». *Humanística e Teologia* 3, n.º 3 (setembro 1982): 299-343.

Santos, Zulmira. «Luzes e Espiritualidades: Itinerários do século XVIII». Em *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, 38-44.

Seabra, João. «A Teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: Episcopalismo e concepção do primado romano na *Tentativa Teológica* do Padre António Pereira de Figueiredo». *Lusitania Sacra* 2, n.º 7 (1995): 359-402.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

Serrão, José Vicente. «A supressão da Companhia de Jesus». Em *História Global de Portugal*. Dirigido por Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, 481-486. Lisboa: Temas e Debates, 2020.

Silva, Emily Joyce Oliveira Lopes. «A faceta política da *Tentativa Teológica* (1766): relações estado-igreja na obra de um ilustrado português». *Temporalidades* 11, n.º 2 (2019): 346-367.

Silva, Francisco Ribeiro da. «Diocese de Penafiel». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. J-P: 424-426.

Silva, Inocêncio Francisco da. «D. Fr. Ignacio de S. Caetano». Em *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. 3: 204-205. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

Silvério de Santa Teresa. *Historia del Carmen Descalzo en España, Portugal y America*. Vol. 11-12. Burgos: Editorial Monte Carmelo, 1943-1944.

Smet, Joaquin. *Los Carmelitas: Historia de la Orden del Carmen*. Vol. 1. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1987.

Sousa, António Gomes. *O bispo e o bispado de Penafiel*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 1985.

Souza, Evergton Sales. *Jansénisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 á 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.

Tessarolo, Andrea. «Devoción al Corazón de Jesús». Em *Diccionario de Espiritualidad*. Ed. Ermanno Ancilli. 2ªed., vol. 1: 492-499. Barcelona: Editorial Herder, 1987.

Trigueiros, António Júlio Limpo. «Expulsão, exílio e supressão dos Jesuítas na Assistência Lusitana». *Brotéria* 179, n.º 5/6 (2014): 339-373.

Vasconcelos, Flório de. «Braga». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 3: 1742-1755. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

Vechina, José Carlos. «Carmelitas Descalços». Em *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. A-C: 297-300.

Veiga, Carlos Margaça. «A Ordem dos Carmelitas Descalços: Moldagem à realidade Portuguesa». Em *A Reforma Teresiana em Portugal*, 127-138. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2017.

Velasco Bayón, Balbino. *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Traduzido por Manuel R. Freitas. Lisboa: Paulinas, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

Batismos 1714-1722. Paroquiais, Paróquia de Santa Maria Maior (Chaves). Arquivo Distrital de Vila Real. Acedido a 8 de setembro de 2021. <https://digitarq.advrl.arquivos.pt/details?id=1050196>.

[51r] Ignacio filho de Pedro Alvares Teixeira e de sua mulher Izabel Rodrigues moradores nas Portas de Sima nasceo aos trinta e hum de Julho de setecentos e dezoito anos: foi batizado nesta Matriz pello Reverendo Encommendado João de Sampaio e lhe pos os Santos olleos aos sete de Agosto do dito anno: forão Padrinhos Bartolomeu Gonçalves e sua mulher Antonia de Moraes moradores nas Portas de Sima assignou com o Padrinho Antonio Teixeira e Eu que este fiz e assignei dia mes era ut supra. O Cura Ant.º Roiz.

ANEXO 2

Cabido e ordens de Missa: ordenações sacerdotais, livro 3. Arquivo da Universidade de Coimbra.

[25v] Da religião dos Carmelitas Descalços

Fr. Ignacio de São Caetano

Coimbra, 8 de Setembro de 1742

[26r]

J. M. J.

Fr. Emmanuel à Jesu M^a Joseph Provinciális Fratrum Discalceatorum Ordinis Beatae MARIAE Virginis de Monte Carmeli hujus Lusitaniae Regni, &c. Tibi dilecto nobis in Christo Fr. Ignatio à Sancto Caietano nostrae Sacrae Religionis professo, in Domino salutem & Sancti Spiritus benedictionem. Novimus te jam primá tonsura initiátum, & in minoribus Ordinibus constitutum & Sacrum Subdiaconátus, & Diaconátus Ordinem affecutum esse, ac etiam vitae, mòrumque honestátem, & similiter congruam aetatem & sufficientiam habere: edòque, ut at sacrum Presbyterátus Ordinem promoveri pòssis thènòre praesentium, licentiam, & facultátem concèdimus. Quapropter Excellentissimos, ac Reverendissimos Dominos Archiepiscopos, vel Episcopos, ut tibi hujus modi Ordinem, confere dignentur, in Dòmino obsecramus. Inquorum fidem praesentes litteras manu nostra, ac Secretarii nostri nomine subscriptas, figillique nostri Officii impressione munitas, fieri jussimus in nostro.

Figueyroensi Carmelo die 14 Augusti anni Dni 1742

Fr. Emmanuel a Jesu M^a Joseph
Prov.^{alis}

Fr. Josephus a Sancta Euphrosyna
Secretarius

Fr. Ignacio de S. Caetano
Para Ordem de Missa

ANEXO 3

Processus consistorialis, 161. Archivio Concistoriale. Arquivo Apostólico Vaticano.

[186r] Processus Inquisitionis super qualitatibus Rmi Fr. Ignatis á Divo Caietano ad Ecclesiam de Pena Fiel electi seu nominati

[187r] Processus Inquisitionis confectus super qualitatibus Rmi Ignatii à Divo Caietano Ordinis Reformatorum Sancte Teresie huius civitati per Fidelissimum Dominum D. Josephum I.^{um} Portugalie et Algarbiorum Regem nominati Espiscopi de Pena Fiel.

Anno a Nativitate Domini Nostri JESU Christi Millesimo Septingentesimo Septimogesimo, die vero vigesima tertia Mensi Martii, Pontificatus autem Sanctissimi in Christo Patrii et Domini Nostri Domini Clementii Divina Providentia Pape Decimi quarti, anno primo, in hac civitate Lisbone in Palatio solite residentie Emi ac Rmi Dni Cardinali Patriarche Lisbonem. Idem Emi ac Rmi Dnus meus Cardinalis Patriarcha vigore Regii Decreti, ut patet in sequenti Documento una mecum dicti Emi ac Rmi Dnus mei Cardinalis Patriarche Secretario, in inscripto testes fidedignos, viros graves, et idoneos, qui de qualitatibus Rmi Nominati ad Episcopatum de Pena Fiel rectum iudicium et fidele testimonium perhibere voluerint ad se vocatos fideliter pręstato iuramento examinavit idoneus exitat ut promoveatur ad Ecclesiam de Pena Fiel eorumque dictae, et Depositiones posit infrascripta Interrogatoria subsequuntur. Et ego Vicentius Gomes Sottomayor Secretarius Emi ac Rmi Dni Cardinalis Patriarche.

Scripi et signavi.

Vicentius Gomes Sottomayor

Sequitur copia Regis Decreti

Eminentissimo c Reverendissimo Senhor.

[187v] A interrupção que com sensivel pesar de Sua Magestade tem havido por tantos annos na communicação entre esta Corte e a Curia de Roma, fez com que diversas cathedraes deste Reino e seos Dominios estivessem privadas de Pastores com grande sensibilissimo detrimento espirital das ovelhas daquelles respectivos rebanhos do Senhor. E havendo sua dita Magestade applicado a seo religiosissimo e providentissimo cuidado em occorrer a tao instantes urgencias logo que felizmente se facilitou a desejavel harmonia e boa correspondencia entre as mesmas cortes. E nao perdendo o exemplarissimo zelo do mesmo Senhor algum momento que ultimamente podesse aproveitar para escolher para as sobreditas cathedraes vacantes Prelados

dignos de as regerem como convem ao serviço de Deos e bem das almas confiados ás suas Apostolicas Direcçoens: Tem nomeado e manda apresentar a Sua Santidade em cartas firmadas pela Real Mao na forma do costume os Reverendos Arcebispos, e Bispos, cujos nomes vão expressos na Rellação por mim assignada, que V. Em.^a receberá inclusa neste aviso. Porque se dariao muitos e muito consideraveis perigos na mora, com que se eserasse a chegada a esta Corte do Nuncio de Sua Santidade; e nao pode ser da intenção do Santissimo Padre que os referidos instantissimos provimentos se dilatam contra a mente do Concilio de Trento e contra a razao de decidir do Breve que o Santo Padre Clemente XII expedio em seis de Novembro de mil settecentos trinta e oito ao Emo e Rmo Cardeal Dom Thomas de Almeida no identico caso dos procedimentos [188r] provimentos feitos depois de haver cessado a precedente desagradavel ruptura entre esta corte e a de Roma; sendo alias de jurisdicção ordinária de V. Em.^a sempre certa confirme a Direito: Manda Sua Magestade remetter á V. Em.^a a sobredita rellação que das nomeações que tem feito, e estao expedidas para que V. Em.^a haja de mandar fazer na sua prezença os Processos de habilitações dos referidos Arcebispos, e Bispos agora nomeados, como se fizerao no anno de mil settecentos trinta e nove os dos quatorze Prelados Diocesanos, que entao nomeou o Senhor Rey Dom Joao V perante o dito Em.^o e Rmo Cardeal Patriarca Dom Thomas de Almeida. Achandose porem já provida a Nunciatura deste Reino em hum Prelado tao digno, e tao aceito ao dito senhor, como he o Ex.^{mo} e Rmo Arcebispo de Tyro Dom Innocencio Conti: E nao sendo da Real intenção do mesmo Senhor privar directa ou indirectamente a Nunciatura da expedição dos referidos Processos e de perceber os contingentes pecuniarios delles, mas sim, e tao somente ocorrer às instantissimas e improrrogaveis urgencias de tantas Dioceses vacantes: Manda significar á V. Em.^a que os referidos contingentes de Nunciatura devem ser satisfeitos, e conservados até á chegada do mesmo Ex.^{mo} e Rmo Nuncio para antao serem entregues á sua ordem. E que Sua Magestade tem determinado, que logo que o mesmo Prelado se achar expedito das previas diligencias da sua legitimação nesta Corte confirme o costume lhe seja por mim remettida a copia authentica deste aviso, para lhe ficar servindo de carta. Deos guarde a V. Em.^a

Paço a treze de Março de mil settecentos settenta

Em.^o e Rmo Senhor Cardeal Patriarca

Conde de Oeyras

[188v]Rellação dos Reverendos Arcebispos, e Bispos, que Sua Magestade tem nomeado até ao presente, e manda apresentar a Sua Santidade na forma do costume.

Para Arcebispo de Lacedemonia Antonio Bonifacio Coelho.

Para Arcebispo da Bahia Dom Fr. Manoel de Santa Ighes Bispo de Angola.

Para Bispo do Porto Dom Fr. Aleyxo de Miranda Bispo de Miranda.

Para Bispo de Viseo Francisco Mendo Trigozo.

Para Bispo de Portalegre Jeronimo Rogado do Carvalhal e Silva.

Para Bispo de Beja Fr. Manoel do Cenaculo

Para Bispo de Miranda Manoel de Vasconcellos

Para Bispo de Bragança Miguel Barretto de Menezes.

Para Bispo de Pena Fiel Fr. Ignacio de Sao Caetano

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em treze de Março de mil sette cerntos settenta

Conde de Oeyras

Sequuntur Interrogatoria de qualitate

Perione promovende

1.

An testis cognoscat R. Promovendum, quomodo et a quo tempore citra, na sit ejus consanguineus cognatus, affinis, nimium familiaris, emulus, onimius, vel odiosus.

2.

An sciat in quo civitate, aut Diocesi seu loco promovendus sit natus; et quae sit causa scientie.

3.

An sciat ipsum natum esse ex legitime Matrimonio [189r] atque honestis et catholicis parentibus, et que sit causa scientie.

4.

An sciat cujus etatis sit, presertim an ex pleverit annum trigesimum; et que sit causa scientie.

5.

An sciat eum esse in sacris ordinibus constitutum quibus a quo tempore citra presertim ante sex Menses; et que sit causa scientie.

6.

An sciat eum esse in Ecclesiasticis functionibus, et in exercitio ordinum sesceptorum diaveriatum, in sesceptione sacramentorum frequentem et devotum; et que sit causa scientie.

7.

An sciat eum sempre catholice vixime et in fidei puritate permanans; et que sit causa scientie.

8.

An sciat eum peditum esse innocentia vite, donisque moribus imbutum, na sit done conversationis et fame; et que sit causa scientie.

9.

An sciat eum esse virum gravem, prudentem, et usu rerum prestantem; et que sit causa scientie.

X.

An sciat eum aliquo gradu in Jure Canonico vel in Sacra Theologia; ignitum esse quibus in donis quanto tempore; et quo fructuo ipsi Theologie, vel Iuri Canonico operam dederit; et an vere ea doctrina posseat que in Episcopo requiritur ad hoc ut possit docere; et que sit causa scientie.

11.

An sciat eum aliquo munere aliquando functum [189v] esse, vel circa curam animarum aut regímen alterius ecclesie, et quomodo in eis se gesserit tam quod doctrinam, quam quod prudentiam, integritatem, et mores; et que sit causa scientie.

12.

Na sciat eum aliquando publicum scandalum dedis circa fidem, mores atque doctrinam vel alique corporis seu animis vitio a canonico impedimento teneri, quominus possit ad Ecclesiam Cathedralem promoveri; et que sit causa scientie.

13.

Na sciat quod promovendus possideat aliqua beneficia vel pensiones que nam sit, quibus in locis sita, et quantum singulorum redditus certi, vel incerti, an obligent ad residentiam na in ea titulus, vel comenda, na pacifica vel non pacifica possideat et an possit cadere in alicujus prejudicium si eorum beneficiarum ipsi retentio concaderatur; et que sit causa scientie.

14.

An eum idoneum existimet ad bene regem dum; et obeundum munus sei Dignitatem Episcopalem et an dignum quod dictum múnus promoveatur, et na illius promotio nem eidem Ecclesie et Diocesis utilem futuram esse cansat, et quare ita existimet et caneat.

Die vigesima tertia Mensis Martis nno Millesimo Septingentesimo Septuagesimo in hac civitate Lisbonae comparuit coram Em^o ac Rmo Dno Cardinali Patriarcha meque infrascripto ejusdem Emi Dni secretario Frater Salvator á Sancta Teresia Ordinis [190r] Reformatorem Sancte Teresie ex Magister ejusdem Ordinis, etatis sue sexaginta duorum annorum, qui testis ex officio vocatus, ac préstito juramento de veritate dicenda, tactis sacris scripturis, de gravitate per júris admonitus, et interrogatur circa contenta in interrogationibus de qualitate persone promovende respondit ut infra.

Ao 1.^{um}

Respondit cognoscere promovendum ad Ecclesiam de Pena Fiel qui vocatur. Fr. Ignatius á Divo Caietano, triginta quinque ab hunc annis, non esse ejus consanguineum, cognatum afinem nimium familiarem, minusque emulum inimicum, vel odiosum.

Ao 2.^{um}

Respondit scire eum natum esse in Diocesi Bracharensi in oppido de Chaves. Causa scientie est notoria.

Ao 3.^{um}

Respondit scire eum esse ex legitimo thoro procreatum, atque catholicis honestisque parentibus progenitum et hoc scire quia cum illo habet assiduam conversationem,

Ao 4.^{um}

Respondit scire eum habere etatis annos quinquaginta duos; ut ex fide baptismatis constabit.

Ao 5.^{um}

Respondit scire eum Presbiteratus Ordinem accepissa viginti sex ab hinc annis u test notorium.

Ao 6.^{um}

Respondit scire eum esse in Ecclesiasticis functionibus nimis versatum devotum frequentem in sacro peragendo. Causa scientie est quod multoties vidit.

[190v] Ao 7.^{um}

Respondit scire eum semper in fidei puritate permanis. Causa scientie est ab continuam anversationem cum illo factam.

Ao 8.^{um}

Respondit scire eum esse innocentia vite peditum lonisque moribus inbutum plenum virtutibus et optime fame ac conversationis virum. Causa scientie est ut supra.

Ao 9.^{um}

Respondit scire esse virum gravem, prudentem et usu rerum presitantem. Causa scientie ut supra.

Ao X.^{um}

Respondit scire eum fuis Magistrum in Theologia Scholastica, et positive spatio duodecimo annorum, et esse actualiter confessorem serenissime principis Portugalie, deputatum Mense Censorie, qualificatorem supremi Thribunalis Sacte Inquisitionis, Examinatorem trium ordinum militarum synodalemque Patriarchatus ac Bracharens Archiepiscopatus.

Ao 11.^{um}

Respondit scire esse fuisse bis prelatum localem et integerrima gubernais, vera que ea doctrina possere que in Episcopo requiritur ad hoc ut possuit docere. Causa scientie est notoria.

Ao 12.^{um}

Respondit scire eum numquam scandalum dedisse publicum circa fidem, mores, atque doctrinam, sed sempre fuisse virum probate vite et magni exempli sicut etiam nullo corporis seo animi vitio, aliqua canónico impedimento teneri, ut ad Dignitatem Episcopalem nequeat promoveri. Causa scientia este x perfecte cognitione quam habet de ejus personae, et per conversationem cum illo pluries habitam.

Ao 13.^{um}

Respondit scire eum nullum habere beneficium Ecclesiasticum quia est religiosus.

[191r] Ao 14.^{um}

Respondit existimare eum dignis, ut ad dignitatem Episcopalem promoveatur et aptis regimini cujus Ecclesie et presertim ad quam est promovendus, itavit illius promotionem eidem Ecclesie utilem et proficuum futuram esse caneat; et hoc existimat et canet propter optimas virtutes quibus promovendus est ornatus.

Fr. Salvator á Sancta Teresia

Eadem die ut supra in hac civitate Lisbone comparuit coram Emo ac Rmo. Dno Cardinali Patriarcha Frater Ludovicus á Monte Carmelo Ordinis Reformatorem Sancte Teresie ex Magister Deputatus Mense Censorialis, etatis quinquaginta trium annorum, qui tertis ex officio vocatus ac prestito juramento de veritate dicenda tactis Sacris Scripturis, de gravitate perriaris admonitus, et interrogatus super contentis in interrogatoriis de qualitate persone promovende, respondit ut supra.

Ao 1.^{um}

Respondit cognoscere promovendum ad Ecclesiam de Pena Fiel qui vocatur. Fr. Ignatius á Divo Caietano, triginta quinque ab hunc annis, non esse ejus consanguineum, cognatum afinem nimium familiarem, minusque emulum inimicum, vel odiosum.

Ao 2.^{um}

Respondit scire eum natum esse in Diocesi Bracharensi in oppido de Chaves. Causa scientie est notoria.

Ao 3.^{um}

Respondit scire eum esse ex legitimo thoro procreatum, atque catholicis honestisque parentibus progenitum et hoc scire quia cum illo habet assiduam conversationem,

Ao 4.^{um}

Respondit scire eum habere etatis annos quinquaginta [191v] duos; ut ex fide baptismatis constabit.

Ao 5.^{um}

Respondit scire eum Presbiteratus Ordinem accepissa viginti sex ab hinc annis u test notorium.

Ao 6.^{um}

Respondit scire eum esse in Ecclesiasticis functionibus nimis versatum devotum frequentem in sacro peragendo. Causa scientie est quod multoties vidit.

Ao 7.^{um}

Respondit scire eum semper in fidei puritate permanis. Causa scientie est ab continuam anversationem cum illo factam.

Ao 8.^{um}

Respondit scire eum esse innocentia vite peditum lonisque moribus inbutum plenum virtutibus et optime fame ac conversationis virum. Causa scientie est ut supra.

Ao 9.^{um}

Respondit scire esse virum gravem, prudentem et usu rerum presitantem. Causa scientie ut supra.

Ao X.^{um}

Respondit scire eum fuis Magistrum in Theologia Scholastica, et positive spatio duodecimo annorum, et esse actualiter confessorem serenissime principis Portugalie, deputatum Mense Censorie, qualificatorem supremi Thribunalis Sacte Inquisitionis, Examinatorem trium ordinum militarum synodalemque Patriarchatus ac Bracharens Archiepiscopatus.

Ao 11.^{um}

Respondit scire esse fuisse bis prelatum localem et integerrima gubernais, vera que ea doctrina possere que in Episcopo requiritur ad hoc ut possuit docere. Causa scientie est notoria.

Ao 12.^{um}

Respondit scire eum numquam scandalum dedisse publicum [192r] circa fidem, mores, atque doctrinam, sed sempre fuisse virum probate vite et magni exempli sicut etiam nullo corporis seo animi vitio, aliqua canónico impedimento teneri, ut ad Dignitatem Episcopalem nequeat promoveri. Causa scientia este x perfecte cognitione quam habet de ejus personae, et per conversationem cum illo pluries habitam.

Ao 13.^{um}

Respondit scire eum nullum habere beneficium Ecclesiasticum quia est religiosus.

Ao 14.^{um}

Respondit existimare eum dignis, ut ad dignitatem Episcopalem promoveatur et aptis regimini cujus Ecclesie et presertim ad quam est promovendus, itavit illius promotionem eidem Ecclesie utilem et proficuum futuram esse caneat; et hoc existimat et canet propter optimas virtutes quibus promovendus est ornatus.

P. Fr. Ludovicus á Monte Carmelo

Eadem die mense et anno in hac civitate Lisbone comparuit coram Emo ac Rmo Dno Cardinali Patriarcha Pater Frater Paulus á JESU Maria Ordinis Reformatorem S. Teresie ex Provincialis, et ex Magister ejusdem Ordinis etatis quinquaginta trium annorum qui tertis ex officio vocatus, ac prestito juramento de veritate dicenda tactis Sacris Scripturis de gravitate periuris admonitus, et interrogatus super contentis in interrogatoriis de qualitate persone promovende, respondit ut infra.

Ao 1.^{um}

Respondit cognoscere promovendum ad Ecclesiam de Pena Fiel qui vocatur. Fr. Ignatius á Divo Caietano, triginta quinque ab hunc annis, non esse ejus consanguineum, cognatum afinem nimium familiarem, minusque emulum inimicum, vel odiosum.

Ao 2.^{um}

Respondit scire eum natum esse in Diocesi Bracharensi in oppido de Chaves. Causa scientie est notoria.

[192v] Ao 3.^{um}

Respondit scire eum esse ex legitimo thoro procreatum, atque catholicis honestisque parentibus progenitum et hoc scire quia cum illo habet assiduam conversationem,

Ao 4.^{um}

Respondit scire eum habere etatis annos quinquaginta [191v] duos; ut ex fide baptismatis constabit.

Ao 5.^{um}

Respondit scire eum Presbiteratus Ordinem accepissa viginti sex ab hinc annis u test notorium.

Ao 6.^{um}

Respondit scire eum esse in Ecclesiasticis functionibus nimis versatum devotum frequentem in sacro peragendo. Causa scientie est quod multoties vidit.

Ao 7.^{um}

Respondit scire eum semper in fidei puritate permanis. Causa scientie est ab continuam anversationem cum illo factam.

Ao 8.^{um}

Respondit scire eum esse innocentia vite peditum lonisque moribus inbutum plenum virtutibus et optime fame ac conversationis virum. Causa scientie est ut supra.

Ao 9.^{um}

Respondit scire esse virum gravem, prudentem et usu rerum presitantem. Causa scientie ut supra.

Ao X.^{um}

Respondit scire eum fuis Magistrum in Theologia Scholastica, et positive spatio duodecimo annorum, et esse actualiter confessorem serenissime principis Portugalie, deputatum Mense Censorie, qualificatorem supremi Thribunalis Sacte Inquisitionis, Examinatorem trium ordinum militarum synodalemque Patriarchatus et [193r] Bracharens Archiepiscopatus.

Ao 11.^{um}

Respondit scire esse fuisse bis prelatum localem et integerrima gubernais, vera que ea doctrina possere que in Episcopo requiritur ad hoc ut possuit docere. Causa scientie est notoria.

Ao 12.^{um}

Respondit scire eum numquam scandalum dedisse publicum [192r] circa fidem, mores, atque doctrinam, sed sempre fuisse virum probate vite et magni exempli sicut etiam nullo corporis seo animi vitio, aliqua canónico impedimento teneri, ut ad Dignitatem Episcopalem nequeat promoveri. Causa scientia este x perfecte cognitione quam habet de ejus personae, et per conversationem cum illo pluries habitam.

Ao 13.^{um}

Respondit scire eum nullum habere beneficium Ecclesiasticum quia est religiosus.

Ao 14.^{um}

Respondit existimare eum dignis, ut ad dignitatem Episcopalem promoveatur et aptis regimini cujus Ecclesie et presertim ad quam est promovendus, itavit illius promotionem eidem Ecclesie utilem et proficuum futuram esse caneat; et hoc existimat et canet propter optimas virtutes quibus promovendus est ornatus.

Frater Paulus á JESU Maria.

Et absoluto hoc probationum Processu ex tunc profatu E.^{mus} ac R.^{mus} Card. Patr. Ad miorem probationem nonnullorum articulorum jussit mihi secretario infrascripto, ut adjungerem huic [193v] copia processus attestationem Baptismatis dicti R.^{di} promovendi nec non litteras testimoniales ordinis presbiteratos suscepti quod repirientur transumpto in hac cadem copia ac Fidei Professionem ab ipso emissão, quod omnio huic copia adiunti; et in fidem probatus E.^{mus} ac R.^{mus} Card. propria subscripsit manu una mecum secretario Vincentio Gomes Sottomayor Presbitero Lisbon; et ad maiorem cadentia suum solitum sigillum.

Lisbona 26 Martii 1770

F. Cardinalis Patriarcha

Vicentius Gomes Sottomayor

Secretarius

[194v.195v] Ao Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor Papa Clemente XIV. hora por Divina Providência Prezidente na Universal Igreja de DEOS.

Penhafiel

[194v-195r] Muito Santo em Christo Padre e Muito Bemaventurado Senhor.

O vosso devoto, e obediente Filho Dom Joseph por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India N.^a Com toda a humildade envia beijar seus Santos pés. Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor. Devendo prover-se de Pastor o novo Bispado de Penafiel, que tenho supplicado a Vossa Santidade, que haja por bem separar do extenso territorio do do Porto: Nomeyo, e Apresento a Vossa Santidade para o dito Bispado a Frey Ignacio de São Caetano, Mestre na Sagrada Theologia, e Religioso da Ordem dos Carmelitas Descalços; tendo por certo das suas virtudes, Letras, e mais qualidades, que nelle concorrem, acudirá ás obrigaçoens daquelle Bispado, como convem ao Serviço de

Deos, e bem espiritual das Almas, que lhe estão sujeitas, para que Vossa Santidade lhe mande passar as suas Letras Apostolicas, nas quaes se faça expressa menção desta Minha Nomeação, e Apresentação, e se declare o Direito do Padroado que no mesmo Bispado me compete, na forma que da Minha parte mais particularmente exporá a Vossa Santidade o de o Meu Ministro Plenipotenciario nessa Corte. Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor: Nosso Senhor por largos tempos conserve Pessoa de Vossa Santidade em seu Santo Serviço. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos cinco de Março de mil setecentos e setenta.

Muyto Obediente Filho de V. Santidade

El Rey

Conde de Oeyras

[196 v] FORMA

JURAMENTI PROFESSIONIS

FIDEI Á CATHEDRALIBUS, ET SUPERIORIBUS

Ecclesiis, vel Beneficiis curam animarum habentibus, & locis

Regularium, ac Militarium praeficiendis observanda.

Ego Fr. Ignacio a d Caetano firma fide credo, & profiteor omnia, & singula, quae continentur in Symbolo Fidei, quo sancta Romana Ecclesia utitur, videlicet: Credo in unum Deum Patrem omnipotentem, factorem coeli, & terrae, visibilium omnium, & invisibilium. Et in unum Dominum Jesum Christum, Filium Dei unigenitum. Et ex Patre natum ante omnia saecula. Deum de Deo, Lumen de lumine, Deum verum de Deo vero. Genitum, non factum, consubstantialem Patri: per quem omnia facta sunt. Qui propter nos homines, & propter nostram salutem descendit de caelis. Et incarnatus est de Spiritu Sancto ex Maria Virgine: Et homo factus est. Crucifixus etiam pro nobis: sub Pontio Pilato passus, & sepultus est. Et resurrexit tertia die, secundum Scripturas. Et ascendit in caelum: sedet ad dexteram Patris. Et iterum venturus est cum gloria, judicare vivos et mortuos: cuius regni non erit finis. Et in Spiritum Sanctum, Dominum, et vivificantem: qui ex Patre Filioque procedit. Qui cum Patre et Filio simul adoratur, & conglorificatur: qui locutus est per Prophetas. Et unam sanctam catholicam & apostolicam Ecclesiam. Confiteor unum baptisma in remissionem peccatorum. Et exspecto resurrectionem mortuorum. Et vitam venturi saeculi. Amen. Apostolicas, & Ecclesiasticas traditiones, reliquasque ejusdem Ecclesiae observationes, & constitutiones firmissime admitto, & amplector. Item sacram Scripturam juxta eum sensum, quem tenuit, & tenet sancta Mater

Ecclesia, cujus est judicare de vero sensu, & interpretatione sacrarum Scriptura admito; nec eam unquam, nisi juxta unanimem sensum Patrum, accipiam & interpretabor. Profiteor quoque septem esse verè, & propriè Sacramente novae legis à Jesu Christo Domino nostro instituta, atque ad salutem humani generis, licèt non omnia singulis necessària, scilicet Baptismum, Confirmationem, Eucharistiam, Poenitentiam, Extremam Unctionem, Ordinem, & Matrimonium, illaque gratiam confere, & ex his Baptismum, Confirmationem, & Ordinem sine sacrilégio reiterari non posse. Receptos quoque, & approbatos Ecclesiae Catholicae ritus in supradictorum omnium Sacramentorum solemnè administratione recipio, & admito. Omnia, & singula, quae de peccato [197r] originali, & de justificatione in sacrosancta Tridentina Synodo definita, & declarata fuerunt, amplector, & recipio. Profiteor pariter in Missa offeri Deo verum, proprium, & propitiatorium sacrificium pro vivis, & defunctis, atque in sanctissimo Eucharistiae Sacramento esse vere realiter, & substantialiter corpus, & sanguinem, una cum anima, & divinitate Domini nostri Jesu Christi, fierique conversionem totius substantiae panis in corpus, & totius substantiae vini in sanguinem, quam conversionem Catholica Ecclesia Transubstantiationem spellat. Fateor etiam sub altera tantum specie totum, atque integrum Christum, verumque Sacramentum sumi. Constanter teneo, Purgatorium esse, animasque ibi detentas fidelium suffragiis juvari: similiter & Sancto una cum Christo regnantes, venerandos, arque invocandos esse, eosque orationes Deo pro nobis offerre, atque eorum reliquias esse venerandas. Firmissime afferro imagines Christi, ac Deiparae semper Virginis, necnon aliorum Sanctorum habendas, & retinendas esse, atque eis debitum honorem, ac venerationem impertiendam. Indulgentiarum etiam potestatem á Christo in Ecclesia relictam fuisse, illarumque usum Christiano populo maximè salutarem esse afirmo. Sanctam Catholicam, & Apostolicam Romanam Ecclesiam omnium Ecclesiarum Matrem, & Magistram agnosco, Romanoque Pontifici Beati Petri Apostolorum Principis sucessori, ac Jesu Christi Vicario veram obedientiam spondeo, ac juro. Caetera item omnia á sacris Canonibus, & oecumenicis Conciliis, ac praecipuè à sacrosancta Tridentina Synodo tradita, definita, & declarata indubianter recipio, atque profiteor: simulque contraria omnia, atque haereses quascumque ab Ecclesia famnatas, & rejectas, & anathematizatas ego pariter damno, rijicio, & anathematizo. Hanc veram Catholicam Fidem, extra quam nemo salvus esse potest, quam in praesenti spontè profiteor, & veraciter teneo, eandem integram, & inviolatam usque ad extremum vitae spiritum constantissimè (Deo adjuvante) retinere, & confiteri, atque à meis subditis, vel illis, quórum cura ad me in munere meo spectabit, teneri, doceri, & praedicari quantum in me erit, curaturum, Ego idem Fr. Ignatius a d Caetano spondeo, voveo ac juro. Sic me Deus adjuvet, & haec sancta Dei Evangelia.

Ego Franciscus Cardinalis Patriarcha Lisbonensis Fidei Professionem juxta suprascriptam formam a R. Fratres Ignatio a Divo Caetano in manibus meis ad verbum emissão relepi et ita testis manu propria

[197v] Die vigesima quarta mensii Martii anno MDCCLCC admodum R.^{du}s Ignatius a Divo Caetano in manibus R.^{mi} ac R.^{mi} Dni Card. Patr. Professionem Fidei, cum juramento de verbo ad verbum, jacet in precedenti folio, emitit; Et ego Vincentius Gomes Sottomayor ejusdem R.^{mi} ac R.^{mi} Dni secretarius scripsi, et signavi

Vicentius Gomes Sottomayor

[198r] Attestatio Baptismatis Rmi Promovendi

Diz Fr. Ignacio de São Caetano Religioso Carmelita Descalço filho legitimo de Pedro Alvares Teixeira, e Isabel Rodrigues da villa de Chaves, que para requerimento que tem lhe he necessario certidao de idade. Pede á Vossa Merce Senhor Doutor vigario geral seja servido mandar lha passar com o teor do assento.

E receberá marca.

Decretum

Jurando passa com o teor do assento.

Ferreira.

Attestatio

O Padre Francisco Gonsalves de Veraz, ao escrivão da Camera Ecclesiastica desta Comarca de Chaves pello Ilustrissimo Senhor Cabido sede vacante deste Arcebispado de Braga Primaz das Espanhas: certifico em como por impedimento do escrivao dos livros findos de Baptizados, Cazados, e Defuntos desta mesma comarca vendo os livros fundos dos aposentos dos Baptizados da Collegiada Matriz desta villa de Chaves em hum delles a folhas sinconta verso achei o assento do teor seguinte = Ignacio filho de Pedro Alvares Teixeira, e de sua mulher Isabel Rodrigues moradores nas portas de Sima nasceo aos trinta e hum de Julho de settecentos e dezoito annos: foi baptizado nesta Matriz pelo Reverendo Encomendado Joao de Sampayo, e lhe pos os santos oleos aos sette de Agosto do dito anno: forao Padrinho Bartholomeo Gomes Alves, e sua mulher Antonia [198v] de Moraes moradores nas portas de Sima assignou como Padrinho Antonio Teixeira. Dia mes era ut supra » O Cura Antonio Rodriguez = Bartholomeo Gonsalves = Antonio Teixeira

E nao se contem mais no dito assento a que me reporto, o livro que fica no cartorio dos findos; e por verdade em cumprimento do despacho do Reverendo Doutor Jose Baptista Ferreira, vigario geral desta comarca fiz passar a presente que assignei em Chaves aos vinte hum de outubro de mil settecentos trinta e seis annos

Padre Francisco Gonsalves de Veraz

Attestatio Litterarum dignisoria
per quas constat Rmum
Promovendum Presbiteraris Ordinem
suscepisia anno 1743

JESUS Maria Joseph. Excellentissimo, ac Reverendissimo D. D. Michaeli ab Annuntiatione Episcopo Conimbricensi, Comitique de Arganil. Saluem in Domino sempiternam
Frater Emmanuel de JESU Maria Provincialis Fratrum Discalceatorum Ordinis Beatae Mariae Virginis de Monte Carmelo in hoc Lusitanae Regno. Per hoc patentes Litteras testificamur Fratrem Ignatium à Divo Caetano Religiosum esse nostre Sacrae Religionis, Scientia morumque honestate idoneum, et plana dignum qui sacro sanctae Eucharistiae ministerio addici possit; insuperque nos habere prius legium ab Apostolica Sede concessum, et huic Fratri communicatum; ut extra tempore á Jure statuta, et absque observatione interitiorum tribus Dominicis, fortis diebus, ad omnes sacros [199r] etiam Presbiterarus, Ordine promoveatur. Hunc igitur Fratrem, Excellentissima ac Reverendissima Antistes, tibi commendamus et vita legitimeque presantamus ob nixa suplicantes ut illum etate debito omnibusque aliis juxta decreta sacri concili preditum, jamque omnibus aliquis = que ad Diaconatum ordinibus initiatum ad sacrum ordinem Presbiteratus digneris in Domino promovere. Date hoc nostro sancti P. Joannis á Cruce conventu sub sigillo nostri officii, propria manu, ac secretaris nostri nomine subscripte, die duodecima mensis Aprilis anni millesimi septimigesimi quadragessimii tertii

Frater Paulus á JESU Maria secretarius

Supra dicta attestaciones concordant
cum suis originalibus adque este et in fidem est

Vincentius Gomes Sottomayor
E.^{mi} ac R.^{mi} Dni Card. Secretarius